Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária.

Período de Análise: 01/09/2016 a 30/09/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Incra/SE qualifica cadastro de famílias quilombolas para acesso a políticas sociais. INCRA, 02/09/2016. 6
Escola de assentamento catarinense é melhorada com apoio do Incra. INCRA, 02/09/2016. 7
Feira da reforma agrária integra o campo e a cidade em Vitória (ES). INCRA, 02/09/2016. 8
Incra/PB assume gestão de assentamento criado no Rio Grande do Norte. INCRA, 02/09/2016. 9
Oficina define propostas para revisão do programa de reforma agrária. INCRA, 02/09/2016. 10
1ª Feira de Produtos da Reforma Agrária é realizada no Espírito Santo. Site do MST, 02/09/2016. 12
MST realiza 17ª Feira da Reforma Agrária em Maceió. Gustavo Marinho. Site do MST, 02/09/2016. 13
Fetraf de Santa Catarina se destaca no balanço do PNCF. Patrícia Costa. Fetraf, 02/09/2016. 17
"Ações de Temer mostram total descompromisso com a reforma agrária no Brasil", destaca Patrus. Lizely Borges. Site do MST, 03/09/2016. 17
Organizações do campo ocupam Ministério do Planejamento durante Jornada Unitária. Site do MST, 05/09/2016. 21
No RN, 600 famílias Sem Terra ocupam fazenda da família do governador, Robinson Farias. Jailma Lopes. Site do MST, 05/09/2016. 22
MST ocupa Incra e Ministério da Fazenda e exige retomada da Reforma Agrária. Catiana de Medeiros. Site do MST, 05/09/2016. 24
No Ceará, dois mil Sem Terra ocupam Agências do Banco do Nordeste. Aline Oliveira. Site do MST, 05/09/2016. 26
Mais de 15 toneladas de alimentos são vendidos na 1ª Feira Capixaba de Produtos da Reforma Agrária. Site do MST, 05/09/2016. 27
Em Vitória, Sem Terra ocupa Incra e reivindica a criação de assentamentos. Site do MST, 05/09/2016. 27
Camponeses reivindicam assentamento das famílias acampadas em Mato Grosso. Site do MST, 05/09/2016. 28
Sem Terra ocupa Incra em Pernambuco e seguem mobilizados. Site do MST, 05/09/2016. 29
Incra discute ações voltadas para a reforma agrária em Roraima. INCRA, 05/09/2016. 30
Trabalhadores(as) rurais permanecem acampados no Ministério do Planejamento e aguardam negociação da pauta. CONTAG, 05/09/2016. 31
Governo faz reunião com representantes de MST e Contag. Andrea Jubé. Valor Econômico, 05/09/2016. 32
Em defesa das políticas de habitação para o campo, camponesas e camponeses marcham até o Ministério das Cidades em Brasília. CONTAG, 06/09/2016. 33

Governo Federal recepciona reivindicações de movimentos do campo. MST, 06/09/2016. 34
MST ocupa a capital baiana com mais de mil trabalhadores. Site do MST, 06/09/2016. 35
Incra e movimentos do campo discutem pauta de reivindicações. INCRA, 06/09/2016. 37
MST inicia 17ª Feira da Reforma Agrária em Alagoas. Site do MST, 06/09/2016.. 37
'Para o TCU, os assentados estão proibidos de melhorar de vida', diz MST. Marco Weissheimer. Site do MST, 06/09/2016. 39
Movimentos do campo realizam manifestação no Incra do RJ. Site do MST, 06/09/2016. 40
"É uma injustiça o que o governo está fazendo com os assentados", diz Sem Terra. Zá Luís Costa e Júlia Araújo. Site do MST, 06/09/2016. 42
Militantes vão ao MDS por avanços nas políticas públicas agrárias. Patrícia Costa. FETRAF, 07/09/2016. 44
Movimentos contestam medidas ineficazes do governo sobre a reforma agrária. Patrícia Costa. FETRAF, 07/09/2016. 45
Militantes desocupam sedes do Incra e da Fazenda em Porto Alegre. Valor Econômico, 07/09/2016. 47
MST ocupa fazenda improdutiva ligada à senadora Ana Amélia em Formosa. Site do MST, 08/09/2016 47
Sem terra ocupa Incra em Minas Gerais. Site do MST, 08/09/2016. 49
Organizações do campo afirmam continuidade das mobilizações após acampamento unitário. Site do MST, 08/09/2016. 51
Sem Terra permanecem ocupando Incra por tempo indeterminado. Site do MST, 08/09/2016. 53
MST intensifica a luta pela terra em Santa Catarina. Site do MST 08/09/2016..... 54
Incra faz levantamento ambiental em assentamentos de Rondônia. INCRA, 08/09/2016. 55
Organizações do campo afirmam continuidade das mobilizações após acampamento unitário. CONTAG, 08/09/2016. 56
Incra em Alagoas tem novo superintendente. INCRA, 09/09/2016. 57
Sem Terra desocupam Incra em São Paulo. Site do MST, 09/09/2016. 58
MST manifesta repúdio ao tratamento violento do Governo de Goiás. Site do MST, 09/09/2016. 59
Povos e comunidades tradicionais ameaçados pelo governo Temer. Eduardo Sá. Site do MST, 10/09/2016. 61
PFDC quer inconstitucionalidade de decisão do TCU que paralisa reforma agrária no País. CONTAG, 10/09/2016. 65
Audiência aborda demandas da reforma agrária na Bahia. INCRA, 12/09/2016. . 67
Acampamento do MST sofre ataque de fazendeiro em Marabá. Site do MST, 12/09/2016. 68
MST ocupa latifúndio no interior de São Paulo. Site do MST, 12/09/2016..... 68
Sem Terra ocupa área da Fíbria no Espírito Santo. Site do MST, 12/09/2016..... 69

Movimentos populares protestam contra anúncio de paralisação da política habitacional rural. Lizely Borges. Site do MST, 12/09/2016. 70
Começa nessa semana em Sergipe, a Feira Estadual da Reforma Agrária. Luiz Fernando. Site do MST, 12/09/2016. 74
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão quer retomada da reforma agrária no país. Rodrigo Gomes. Site do MST, 12/09/2016. 75
Jagunços atacam acampamento no Pará. Nieves Rodrigues. Site do MST, 12/09/2016. 77
Comunidade quilombola afirma resistência política e cultural em Aracati. Thiago Pereira. Site do MST, 13/09/2016. 79
Atividades culturais movimentam acampamento do MST no Incra em Salvador. Site do MST, 13/09/2016. 80
Ato Público em defesa dos direitos dos trabalhadores(as). CONTAG, 13/09/2016. 82
Incra usa sensoriamento remoto para qualificar obtenção de terras para reforma agrária. INCRA, 13/09/2016. 83
Incra disponibiliza na internet dados da reforma agrária. INCRA, 13/09/2016..... 85
Incra solicita atuar como amicus curiae no STF para manter legislação ambiental de assentamentos. INCRA, 14/09/2016. 86
MST comercializa mais de 400 toneladas de alimentos durante Feira em Maceió. Gustavo Marinho. Site do MST, 14/09/2016. 88
Sem Terra desocupam o Incra após resposta positiva das negociações. Site do MST, 14/09/2016. 90
Quilombolas de Caetés conquistam novas moradias. CONTAG, 14/09/2016..... 92
MST realiza o 18º Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária na Bahia. Site do MST, 15/09/2016. 93
Empossado novo superintendente do Incra/BA. INCRA, 15/09/2016. 94
Incra estabelece cronograma para implantar assentamento sustentável em Macaé (RJ). INCRA, 15/09/2016. 94
Incra estabelece cronograma para implantar assentamento sustentável em Macaé (RJ). INCRA, 15/09/2016. 96
Incra apresenta estratégia para solução de conflitos agrários ao governador de Rondônia. INCRA, 16/09/2016. 98
Incra discute mecanismos para assegurar políticas públicas a comunidades quilombolas. INCRA, 19/09/2016. 99
Mais de 50 toneladas de produtos da Reforma Agrária foram comercializadas em Sergipe. Luiz Fernando. Site do MST, 19/09/2016. 100
CPT denuncia assassinatos de camponeses em Rondônia. Site do MST, 19/09/2016. 102
Acórdão do TCU compromete 575 mil famílias assentadas. Cristiane Sampaio. Site do MST, 19/09/2016. 104
PNCF: Agricultores recebem escrituras em condomínio cujo nome homenageia a coordenadora de juventude da Fetraf. FETRAF, 19/09/2016. 107
Acampamento sofre ameaça de despejo iminente em Ecoporanga-ES. Demian Cunha. Site do MST, 20/09/2016. 110

Indígenas ocupam Dsei há 10 dias no MT. Felipe Milanez. Carta Capital, 14/09/2016. 112
Indígenas denunciam violência e racismo na ONU. Felipe Milanez. Carta Capital, 21/09/2016. 115
Solicitação do Incra é atendida e TCU desbloqueia 400 mil famílias de assentados do PNRA. INCRA, 22/09/2016. 118
CONTRAF BRASIL E FETRAF PARÁ divulgam NOTA PÚBLICA sobre assassinatos no assentamento. Cristalino. FETRAF, 22/09/2016. 119
CONTRAF BRASIL cobra do Governo medidas para reforma agrária e violência no campo. Patrícia Costa. FETRAF, 23/09/2016. 122
Após dez anos de luta, 45 famílias são assentadas no sudeste goiano. Maisa Lima. Site do MST, 27/09/2016. 122
Acampamento do MST sofre despejo ilegal por pistoleiros em Rondônia. Site do MSt, 27/09/2016. 124
Latifúndio de dez mil hectares é ocupado no Vale do Rio Doce. Geanini Hackbardt. Site do MST, 27/09/2016. 126
Da lona preta para alvenaria: famílias Sem Terra comemoram conquistas de moradias no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 28/09/2016. 126
Incra realiza auditoria em certificações de imóveis rurais de todo o Brasil. INCRA, 28/09/2016. 129
A luta contra o latifúndio na região noroeste do Paraná. Geani Paula. Site do MST, 30/09/2016. 132
Mais de 40 lideranças da reforma agrária voltam a discutir pautas com o Governo Federal. Patrícia Costa. FETRAF, 30/09/2016. 134

Incra/SE qualifica cadastro de famílias quilombolas para acesso a políticas sociais. INCRA, 02/09/2016.

O Incra realiza na comunidade Sítio Alto, em Simão Dias, no Sertão Ocidental de Sergipe, uma ação para facilitar o acesso de famílias quilombolas no estado ao conjunto de políticas sociais gerenciadas pelo governo federal. Iniciada na última segunda-feira (29/8), a primeira experiência com a adoção do novo modelo de cadastro será concluída nessa sexta-feira (02/9).

A ação prevê a qualificação do cadastro das famílias quilombolas, com a ampliação do leque de informações coletadas. “Esse novo modelo dá maior qualidade e transparência ao cadastro realizado pelo Incra, contribuindo para o acesso às políticas públicas e para o reconhecimento de demandas”, analisou Robervone Pereira do Nascimento, perita federal agrária do Incra.

Pelo novo modelo, passam a ser solicitados no cadastramento documentos como carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF), certidão de casamento ou de união estável e comprovante de residência, além da inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e do extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), expedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Com a publicação pela autarquia da Portaria nº 175, de abril deste ano, todas as famílias quilombolas que vivem no meio rural passam a ser consideradas público da reforma agrária. Com a medida, elas serão incluídas, futuramente, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), passando a ser atendidas por políticas desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Incra. “Aqui em Sergipe, as comunidades quilombolas, em sua grande maioria, são compostas por trabalhadores rurais e essa qualificação dos dados nos permitirá articular ações que possam influenciar de forma determinante em diversas políticas do governo federal destinadas a esse público”, explicou Sany Mota, chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/SE.

Em Sítio Alto, a previsão é de que sejam cadastradas aproximadamente 210 famílias. Em todo o estado de Sergipe, integram o cadastro mantido pelo Incra cerca de cinco mil famílias, que vivem em 30 das 31 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A partir da experiência em Sítio Alto, todos os cadastros realizados previamente serão complementados e atualizados, passando, também, a contar com as novas informações estabelecidas pela portaria.

Escola de assentamento catarinense é melhorada com apoio do Incra. INCRA, 02/09/2016.

A Escola Municipal Rodolfo Nickel, localizada no assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, em Caçador, no Meio Oeste de Santa Catarina, foi contemplada com uma Unidade Demonstrativa que garantiu a implantação de pomar e de canteiros de flores, ampliação da horta, pintura e embelezamento do local.

Segundo a técnica Neiva Carneiro Melo, a proposta partiu da comunidade, por meio do grupo de mulheres do assentamento. A ideia era ‘dar uma cara nova’ ao colégio e ampliar sua atuação na conscientização ambiental. A escola já conquistou o primeiro lugar em um concurso estadual que premia as instituições de ensino destaques em projetos de Educação Ambiental.

Para alcançar o objetivo, foram disponibilizados R$ 1,9 mil em recursos da Assistência Técnica do Incra para aquisição de mudas, adubos e implementos. A ação também contou com doações de materiais pela escola e pela comunidade.

Cerca de 50 pessoas contribuíram na atividade, entre técnicos, servidores da escola, alunos e pais. A colaboração começou com a arrecadação, nas oficinas da cidade, de 400 pneus usados, utilizados na confecção de canteiros e brinquedos decorativos. Depois, foi a vez de todos se unirem para colocar mãos à obra. "Foi um trabalho que envolveu toda a comunidade. Ao ver as coisas andando, todos se sentem incentivados a participar", conta a professora Dilce Guzi.

A assentada Meri de Oliveira foi uma das participantes e comemora a iniciativa. "Mudou totalmente o lugar e com a horta é uma maravilha poder colher tudo fresquinho e fortalecer a merenda", diz. Além das verduras e ervas medicinais da horta, em breve, as 72 crianças da escola poderão comer bergamotas (tangerinas), laranjas, entre outros.

Atualmente, já podem desfrutar de um ambiente mais colorido e com brinquedos reformados.

Feira da reforma agrária integra o campo e a cidade em Vitória (ES). INCRA, 02/09/2016.

Apresentar a produção, a cultura, dialogar com a cidade e comercializar produtos oriundos do campo. Esses são os objetivos da I Feira Capixaba dos Produtos da Reforma Agrária, que se realiza em Vitória (ES), até sábado (03). Com uma diversidade de produtos agrícolas *in natura* e processados, a feira conta também com a exposição de artesanato e pratos típicos estão disponíveis para os visitantes que prestigiam o evento.

Nas barracas distribuídas na praça Costa Pereira, região movimentada do centro da capital capixaba, é possível encontrar iguarias como os doces e geleias produzidas pelo coletivo de mulheres do assentamento Florestan Fernandes. Para a assentada Marilza de Carvalho, que integra o grupo, o evento é uma oportunidade para que as famílias possam apresentar o resultado do trabalho desenvolvido nas áreas de reforma agrária: "as pessoas da cidade precisam conhecer aquilo que é produzido pelos famílias".

Organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) o evento mobilizou famílias de 20 assentamentos no estado. Estima-se que serão comercializados mais de 13 toneladas de produtos durante os três dias. Segundo Adelso Rocha Lima, um dos coordenadores do evento, a feira permite o contato direto entre os produtores e os consumidores, promovendo um diálogo entre universos diferentes. "A feira tem oportunizado o diálogo com as pessoas da cidade. Além disso, tem servido para confirmar que a reforma agrária é possível e dá resultados", destacou Lima.

Acampados

Até as famílias que aguardam a oportunidade de acessar o Programa Nacional de Reforma Agrária aproveitam o evento e comercializam alguns itens produzidos nos acampamentos capixabas. É o caso da senhora Edna de Freitas, do acampamento Índio Galdino, que trouxe para a feira pintura em tecido e bordado. "Estamos aqui para mostrar que nós também somos capazes de produzir. Se embaixo da lona já oferecemos

muitos produtos, imagina depois de conquistarmos um pedaço de terra para trabalhar", ressalta a acampada.

Incra/PB assume gestão de assentamento criado no Rio Grande do Norte. INCRA, 02/09/2016.

Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (2) transferiu oficialmente à Superintendência do Incra na Paraíba (Incra/PB) a jurisdição do assentamento Barbaço, criado em outubro de 1996 pelo Incra no Rio Grande do Norte (Incra/RN). A constatação, a partir de georreferenciamento, de que a área do assentamento, na divisa entre os dois estados, pertence integralmente ao território paraibano, nos municípios de Araruna e Cuité, na região do Curimataú, foi feita por equipe composta por técnicos de órgãos federais e estaduais, além das prefeituras envolvidas.

Participaram da elaboração do relatório técnico sobre o posicionamento do assentamento Barbaço técnicos do Incra/RN, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Paraíba e no Rio Grande do Norte, do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (Interpa), da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do RN (Seara), além de representantes das Prefeituras de Japi (RN) e Araruna (RN) e da Associação do Assentamento Barbaço.

A equipe foi criada em 2014 com o objetivo de dirimir dúvidas com relação aos limites interestaduais do Rio Grande do Norte e da Paraíba por meio do levantamento de informações históricas das comunidades envolvidas, de folhas topográficas, de mapas municipais estatísticos e históricos, e de leis de criação dos municípios norte-rio-grandenses de Japi e Monte das Gameleiras e dos municípios paraibanos de Araruna e Cuité.

De acordo com o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra/PB, Edvaldo Pereira da Silva, após a constatação de que toda a área do assentamento encontra-se na Paraíba, o processo de desapropriação dos imóveis rurais Fazenda Barbaço e Fazenda

Macambira para a criação do assentamento foi enviado à superintendência da autarquia na Paraíba, que passa a ter jurisdição sobre a área.

A transferência da jurisdição já foi efetuada no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), onde também serão inseridos os dados das famílias assentadas na área. A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/PB fará a atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e a inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro da área na base de dados topográficos da autarquia. As prefeituras envolvidas também serão comunicadas sobre a conclusão do trabalho da equipe e a transferência da jurisdição do assentamento.

Com a transferência do assentamento Barbaço para o Incra/PB, o estado passa a ter 310 assentamentos da reforma agrária, onde vivem e produzem cerca de 14,7 mil famílias de agricultores.

Sobre o assentamento

O assentamento Barbaço foi criado pelo Incra/RN por meio da Portaria Nº 42, de 18 de outubro de 1996, publicada no DOU de 21 de outubro do mesmo ano. A jurisdição da área de reforma agrária foi transferida para o Incra/PB por meio da Portaria Nº 5, de 1º de setembro de 2016, publicada no DOU desta sexta-feira (2). São aproximadamente quatro mil hectares e capacidade para 211 famílias.

Os assentados exploram, em pequena escala, lavouras de subsistência, como milho e feijão, além da cultura da palma forrageira e da pastagem nativa para pecuária extensiva de bovinos, ovinos e caprinos.

Oficina define propostas para revisão do programa de reforma agrária. INCRA, 02/09/2016.

Servidores da sede e das superintendências regionais do Incra participaram de oficina, que discutiu propostas para aperfeiçoar o processo de seleção e admissão de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de supervisão e de titulação de famílias assentadas. O evento foi realizado em Brasília (DF), no período de 29 de agosto a 1º de setembro.

Durante o encontro foram analisadas também providências para atender às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, que identificaram inconsistências na relação de beneficiários assentados. Desde abril deste ano, as famílias com indícios de irregularidades estão impedidas de ter acesso às políticas do PNRA.

Para o coordenador geral de Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Sidnei Ferreira da Silva, a organização da oficina foi produtiva, já que as contribuições dos servidores vão aprimorar procedimentos e rotinas do programa de reforma agrária. Ele destaca que as propostas serão analisadas e podem integrar novo normativo que será publicado com a revisão de regras vigentes.

O Instituto prepara ainda nota técnica com orientações para as superintendências regionais em relação aos procedimentos de admissão de candidatos, de supervisão ocupacional e retomada de parcelas em assentamentos.

Na oficina foi apresentada a prévia do plano de providências que será encaminhado ao TCU para cumprimento das determinações previstas no acórdão 775/2016, visando solucionar os indícios de irregularidades apontados no Programa Nacional de Reforma Agrária. Também foram discutidas diretrizes e iniciativas que as superintendências regionais devem adotar nos estados para analisar as inconsistências e a permanência ou não dos beneficiários bloqueados pelo Incra no programa de reforma agrária.

Prioridade

No encerramento do evento, o presidente da autarquia, Leonardo Góes, destacou que a meta é apresentar e aprovar o plano de providências junto ao TCU para sanear as irregularidades identificadas e regularizar a situação dos beneficiários com o objetivo de assegurar o acesso dessas famílias às políticas de incentivo à agricultura familiar. “A prioridade é cumprir as determinações dos órgãos de controle e aprimorar os processos de execução de nossas políticas”, disse.

Góes afirmou que a autarquia precisa aprimorar a governança e o controle de suas ações para assegurar mais transparência e eficiência, ressaltando que as colaborações dos servidores que participaram da oficina serão analisadas para aperfeiçoar os processos de inscrição, seleção, homologação, supervisão ocupacional e titulação de famílias beneficiárias do PNRA.

Ele relatou ainda que o governo federal prepara medidas para fortalecer a política de reforma agrária beneficiando milhares de agricultores familiares assentados em todo o país.

1ª Feira de Produtos da Reforma Agrária é realizada no Espírito Santo. Site do MST, 02/09/2016.

São dezenas de produtos de assentamentos do MST em todo o estado que serão comercializados até o próximo sábado (3)

Começou na última quinta-feira (1) a 1ª Feira Capixaba de Produtos da Reforma Agrária, no Centro de Vitória, Espírito Santo.

Dezenas de produtores vindos dos diversos municípios onde o MST conquistou assentamento, puderam comercializar os mais variados produtos como verduras e legumes, frutas, além de pães e biscoitos; produtos agroindustrializados como licores, leite, arroz e outros cereais; mudas de plantas, artesanatos e outros artigos também estão à disposição do público.

A atividade também contou com palestra aberta ao público com membros da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida.

Na ocasião foram debatidos os perigos da produção agrícola baseada no uso de agrotóxicos e o preocupante aumento do uso desses produtos na lavoura capixaba, principalmente nos monocultivos que atendem as necessidades do setor industrial, em especial os plantios de eucalipto – o Espírito Santo é o estado brasileiro que mais consome agrotóxicos no país.

Durante o período da noite aconteceu a mística de abertura do evento, que contou com a presença de representantes de diversas organizações, movimentos populares, sindicatos e autoridades parceiras do MST, que contribuíram com o debate acerca da necessidade da realização da Reforma Agrária.

Após a abertura, MC Naira Valente do Grupo Mina Sound abriu a noite e empolgou o público com sua performance cheia de rimas que criticam o machismo, o racismo e denunciam as condições de vida das mulheres negras no Espírito Santo.

A 1ª Feira Capixaba de Produtos da Reforma Agrária acontece até o próximo sábado (3) na Praça Costa Pereira, Centro de Vitória.

MST realiza 17ª Feira da Reforma Agrária em Maceió. Gustavo Marinho. Site do MST, 02/09/2016.

Em entrevista, Débora Nunes, do setor de produção do Movimento, destaca o papel político e social que a feira cumpre ao longo das suas edições

Entre os dias 6 e 9 de setembro, o MST realiza na capital alagoana a 17ª edição da Feira da Reforma Agrária. Por mais um ano os Sem Terra acampados e assentados de todas as regiões de Alagoas levam para Maceió uma variedade de alimentos produzidos sem uso de agrotóxico, comercializados direto da mão do produtor, por um preço abaixo do mercado convencional.

Além da comercialização dos alimentos, os Sem Terra devem ocupar a Praça da Faculdade, no bairro do Prado, com uma variedade de artesanatos, bolos, doces, atividades culturais e experiências desenvolvidas pelos camponeses no campo da agroecologia.

Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, reforçou a simbologia que a Feira da Reforma Agrária tem para os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. De acordo com a coordenadora a "Feira é a expressão daquilo que queremos enquanto projeto de sociedade".

Em entrevista, Nunes, que também integra o setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST, destaca o papel político e social que a feira cumpre ao longo das suas edições em Maceió.

Confiram a entrevista completa:

Hoje, prestes a completar 17 anos, a Feira já é uma atividade consolidada e esperada todos os anos pelos camponeses e pela sociedade maceioense. Quais foram as necessidades que despertaram a necessidade de construir anualmente a Feira em Maceió?

A principal necessidade política era de dialogar diretamente com a sociedade. Mesmo não tendo uma estratégia política tão clara como temos hoje, esse foi o principal motivo que levou o Movimento a vir para Maceió realizar a Feiras da Reforma Agrária. Esse espaço nos permite ocupar a cidade de uma maneira diferente do que habitualmente fazemos em marchas, mobilizações e ocupações.

Através desse diálogo foi-se construindo a perspectiva da feira, que também é um produto de pressão e de luta dos Sem Terra. Com o tempo, a sociedade começou a compreender a necessidade e a importância da realização da Reforma Agrária.

Fala-se da necessidade de uma constância maior das feiras, pela demanda que existe na cidade de consumo. Quais os limites e os entraves para que isso ocorra?

São muitos os limites e entraves, e não falo apenas do período de realização das feiras. Toda essa produção é resultado de muitos processos: a ocupação da terra, a conquista do assentamento, o acesso ao crédito, às condições de produção, as politicas de comercialização e etc.Quando o Estado brasileiro não cumpre a constituição destinando terras que não cumprem a função social para a Reforma Agrária se constitui aí o primeiro entrave de avançarmos nas feiras, seja em frequência, qualidade ou diversidade de produtos.

As políticas agrícolas também se constituem como um entrave, pois não garantem que se estabeleça um processo de transição agroecológica na produção, possibilitando a produção de alimentos saudáveis com créditos específicos. Lidamos também como os limites estruturais, falta mecanização na produção para aumentar a escala, diminuir custos, as estradas dos assentamentos são intransitáveis no inverno, não existem agroindústrias para beneficiamento da produção. Além do crédito ser limitado, burocratizado e vinculado a um pacote tecnológico que reproduz a lógica dominante do agronegócio.

Existem famílias, por exemplo, que passam cinco anos, depois que a área se torna assentamento, para saber onde serão seus lotes. Mais três a cinco anos para ter acesso ao crédito. Diante de tudo isso, muito do que chega às feiras é resultado do compromisso das famílias que vão buscando formas e alternativas para ir tentando organizar a produção.

Essas são só algumas questões, temos que lidar também com questões estruturais como transporte, infraestrutura das barracas, banheiros, palco e etc.

Em Alagoas, o Governo do Estado tem sido o maior apoio que recebemos em termos estruturais no momento da Feira, através de projetos apresentados por entidades parceiras, contudo já ocorreu de passar mais de 6 meses para que fossem pagos os fornecedores.

Outro aspecto importante de ressaltar é no próprio espaço a Praça Afrânio Jorge, a Praça da Faculdade, após 15 anos de realizações das Feiras nenhum gestor municipal se preocupou em viabilizar melhores condições da Praça. E falo de um espaço que deveria estar permanentemente à disposição da sociedade local e que contemplasse as necessidades de realização das Feiras. Pois hoje pensar a revitalização da Praça sem considerar a necessidade de ter um palco fixo, banheiros e das condições gerais para as Feiras é desconsiderar algo que já se tornou patrimônio da sociedade maceioense: as Feiras da Reforma Agrária.

Um fato que chama a atenção de quem passa pela Feira são os preços dos produtos comercializados, com valores abaixo dos mercados convencionais e acessíveis ao público. O que representa essa decisão para a concepção da Feira da Reforma Agrária e do próprio contexto da luta pela terra?

Sim, essa é uma decisão do Movimento e que temos buscado garantir ao longo dos anos, inclusive com uma metodologia de fazer cotação de preços previamente nas feiras locais em vários municípios e nos principais supermercados e feiras livres de Maceió. A partir destas cotações fazemos uma tabela referência para a Feira da Reforma Agrária de maneira que seja acessível a quem vem comprar e que o assentado também não tenha prejuízos.

Fazemos isso porque a feira não pode ser um espaço de especulação ou de revenda através de atravessadores, com isso estou dizendo que só pode vender mais barato quem produz. A Feira é o espaço de comercialização restrito de quem faz a produção.

Além disso, a nossa compreensão é que toda a sociedade, em especial, as mais pobres tem o direito de alimentar-se bem com produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, sem veneno. Mas com alimento caro é praticamente impossível que isso ocorra. Assim, nosso projeto é que com a reforma agrária tenhamos condições de produzir alimentos saudáveis, baratos e acessíveis a todo o povo.

Claro que ter produtos mais baratos está diretamente ligado à superação dos limites e entraves que tratamos anteriormente, com uma política agrária e agrícola de Estado que priorize a agricultura camponesa. Por isso a necessidade de toda a sociedade se somar a luta pela realização da Reforma Agrária.

De que maneira a Feira expressa para a sociedade o projeto de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST?

A Reforma Agrária Popular se propõe a resolver questões fundamentais dos camponeses, mas também de toda a sociedade, aí está o caráter popular da sua necessidade e construção.

Dentre as questões fundamentais estão as condições necessárias para desenvolver um modelo de produção em equilíbrio com a natureza. A mudança de modelo tecnológico de produção com a agroecologia, produzindo em escala e qualidade o alimento que chegará nas cidades, a agroindustrialização do campo, garantia de educação em todos os níveis, garantir as diversas dimensões da vida humana, a cultura, o lazer, a saúde, dos sujeitos camponeses.

O desafio de construí-la vem também para a Feira, quando trazemos as diversas dimensões do que é a vida no campo, mesmo que ainda tenha muitos desafios a serem superados, para que as pessoas tenham a possibilidade de refazer a leitura que os grandes meios de comunicação fazem.Tudo que construímos na Feira é a expressão daquilo que queremos enquanto projeto de sociedade. E não é tarefa pequena e nem apenas dos Sem Terra. Todos estão convidados a serem construtores deste projeto.

Fetraf de Santa Catarina se destaca no balanço do PNCF. Patrícia Costa. Fetraf, 02/09/2016.

Agricultores e agricultoras familiares são beneficiadas com o programa que viabiliza o acesso à terra para a produção agrícola.

A Fetraf tem trabalhado em 11 estados com o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Inúmeras famílias de agricultores e agricultoras familiares são beneficiadas com o programa que viabiliza o acesso à terra para a produção agrícola.

Através da entidade, o convênio atende o estado da Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O programa permite as famílias melhorarem suas rendas, como também contribui para a produção de alimentos saudáveis e de qualidade.
De acordo com o sistema de informações gerenciais do crédito fundiário, os estados que se destacam referente ao maior número de propostas qualificadas do PNCF, sob a orientação da Fetraf são: São Paulo, Goiás, Santa Catarina.
Ainda, referente a participação da Fetraf nas contratações de 2016, o balanço indica que Santa Catarina é o estado com maior número de contratações efetivadas.
Para este ano, a Fetraf de Santa Catarina, realizará 7 encontros de capacitação inicial para possíveis beneficiários do crédito fundiário. No encontro haverá seminários para mobilizar os agricultores familiares e preparar as famílias para acessar o programa. A atividade está prevista para o final de setembro.

“Ações de Temer mostram total descompromisso com a reforma agrária no Brasil”, destaca Patrus. Lizely Borges. Site do MST, 03/09/2016.

Ministro do Desenvolvimento Agrário na gestão de Dilma problematiza o desmonte arquitetado da política agrária e submissão aos interesses internacionais nas ações do governo Temer

Logo após a finalização do julgamento do processo de impeachment pelo Senado, na última quarta-feira (31), os movimentos camponeses demonstraram grande preocupação

com o cenário que se avizinha com a ascenso golpista de Michel Temer (PMDB) à presidência da República.

Durante o pouco mais de 100 dia de governo interino, o peemedebista adotou medidas que afetaram fortemente as realidades no campo. Sob argumento de enfrentamento do déficit econômico, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, desfazendo o planejamento de 40 mil moradias previstas para o campo neste ano.

O orçamento de 2016 de R$540 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi bloqueado após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), a política de assistência técnica foi fragilizada com a paralização do Plano Safra 2016/2017 e a exoneração do presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Paulo Guilherme Cabral.

Patrus Ananias (PT) era o ministro do MDA até o afastamento temporário de Dilma Rousseff, em 11 de maio, após a abertura do processo de impedimento pelo Senado. No dia seguinte, o então interino emitiu a Medida provisória nº 726 que extingue o Ministério. Ao final de maio Temer transferiu para a Casa Civil a administração das cinco pastas ligadas à Reforma Agrária.

Em entrevista para a Página do MST, realizada nas dependências do Palácio Alvorada, em Brasília-DF, logo após a finalização do julgamento da presidenta, Patrus argumenta sobre as ações adotadas no período interino e afirma que elas sinalizam como o Temer tratará a reforma agrária e a produção de alimentos

Diante do cenário de redução do papel do Estado na efetivação de direitos básicos, o ministro deposto convoca as forças de esquerda a se unirem para o debate com a população.

“Com o golpe confirmado, temos que nos mobilizar para preservar os nossos direitos e

continuar a nossa luta pelas reformas fundamentais que o Brasil precisa – a reforma tributária, no sentido que os ricos paguem mais impostos, a reforma agrária, a urbana, na perspectiva de colocarmos em prática o princípio constitucional da função social da propriedade e das riquezas", pontua.

Que ações adotadas pelo governo de Michel Temer impactarão mais fortemente as realidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais?

Patrus Ananias: Vemos um processo de entrega do país, de total privatização. A PEC 241 [apresentada por Temer em maio deste ano, estabelece um novo regime fiscal para gastos com saúde e educação] que acompanho mais diretamente, chamo de PEC do desmonte do estado democrático de direitos. Ela afronta a Constituição, desmonta as políticas de inclusão e justiça social voltadas para os mais pobres, e desmonta o estado brasileiro num processo entreguista.

Com relação a reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar, na perspectiva da agroecologia e cooperativismo, os sinais foram imediatos. O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), logo após o primeiro passo do golpe. Tivemos ainda a retirada de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - um programa que unifica todos os movimentos sociais ligados ao campo no Brasil. Enquanto garante um preço justo ao agricultor familiar ele atende às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Tentaram acabar com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), estamos na justiça tentando preservá-la, e retiraram todos os recursos de apoio ao cooperativismo - o que mostra um total descompromisso com o desenvolvimento da agricultura familiar e com a reforma agrária no Brasil.

Qual é o lugar que o governo de Michel Temer reserva para a classe trabalhadora urbana e camponesa, para a agroecologia e a agricultura familiar na produção, considerando que estes garantem o alimento consumido pela população brasileira?

A tentativa deles [de Temer e sua base de apoio] é implantar um modelo de total submissão aos interesses internacionais. A leitura que faço, e muita gente tem feito, é

que este golpe é arquitetado pelos interesses econômicos internacionais e os históricos serviçais do Brasil. É para atender a demanda do agronegócio brasileiro no que ele tem de mais atrasado, da agricultura voltada para exportação e não para atendimento das necessidades do povo brasileiro. Nossa esperança é a de que, quando as políticas implementadas por eles começarem a apresentar os resultados perversos, certamente teremos mobilizações no campo e na cidade contra esse desmonte.

Com o golpe confirmado, temos que nos mobilizar para preservar os nossos direitos e continuar a nossa luta pelas reformas fundamentais que o Brasil precisa – a reforma tributária, no sentido que os ricos paguem mais impostos, a reforma agrária, a urbana, na perspectiva de colocarmos em prática o princípio constitucional da função social da propriedade e das riquezas. É exatamente contra diretrizes mais avançadas na nossa Constituição que eles fizeram este golpe.

Como um cidadão que desconhece as realidades do campo e a adoção de medidas retrocessuais na política agrária por Michel Temer, além de ter ficado apartado do processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, pode identificar em seu cotidiano a ingerência de um governo não legitimado nas urnas e não alinhado aos interesses populares?

Certamente os trabalhadores do campo e da cidade vão sentir as consequências quando as políticas antinacionais e antipopulares do governo ilegítimo e golpista começarem a apresentar os seus resultados.

Para nós, os parlamentares, os partidos de esquerda, as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, o desafio é unirmos as forças democrático-populares no Brasil, as forças de esquerda que querem soberania nacional, as reformas básicas que eu mencionei.

É importante também que voltemos com o trabalho de base, a partir dos movimentos sociais a com as comunidades – o trabalho com as pessoas. Não na proposta de fazer a cabeça das pessoas, mas numa linha de levar informações.

Nós temos uma mídia subordinada ao golpe, pelo menos a grande maioria, setores não só coniventes, mas também que apoiaram o golpe. Nós temos que fazer então o trabalho de debate público, e para isso temos que estar unidos – partidos de esquerda, movimentos sociais, universidades, igrejas - todos que querem um país justo, realizar um debate de uma forma respeitosa, dialogável, como dizia o saudoso professor Paulo Freire, sobre o que está acontecendo no país.

Organizações do campo ocupam Ministério do Planejamento durante Jornada Unitária. Site do MST, 05/09/2016.

A questão agrária é a pauta principal da jornada, como a reivindicação de assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o País

Cerca de 2 mil pessoas ocuparam na madrugada de hoje (5) o Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal. A ação faz parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por Movimentos populares, sindicais e pastorais, que acontece em todos os estados do País, com grande concentração em Brasília, entre os dias 5 a 7 de setembro.

As atividades da Jornada de Lutas Unitária estarão concentradas neste local, onde já está sendo montando um acampamento que durará até o dia 7, quando os manifestantes também se integrarão às ações do Grito dos Excluídos.

A questão agrária é a pauta principal da jornada, como a reivindicação de assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o País. A revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros é outra pauta que ameaça a soberania nacional. Os movimentos não aceitam a revogação desta lei. A defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroecologia são também alguns dos destaques da pauta de reivindicações. Outro ponto é relacionado ao

desenvolvimento e infraestrutura no campo, como o fortalecimento de programas estruturantes, assistência técnica e demais programas que garantem a produção da agricultura familiar e camponesa.

A reforma da previdência, apresentada pelo governo ilegítimo de Michel Temer traz a perda de muitos direitos para trabalhadoras e trabalhadores, como a equiparação da idade de aposentadoria entre homens, mulheres e trabalhadores do campo e da cidade. A medida é contestada pelos movimentos que defendem uma Previdência garantidora de direitos. O enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais e a defesa da demarcação de terras indígenas e quilombolas também serão debatidos.

Entre as pautas da Jornada Nacional de Lutas também está à defesa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As organizações exigem a restituição do Ministério extinto por Temer, mas, sobretudo sua capacidade e condições de operacionalizar as políticas públicas de direito e fundamentais para a dignidade da vida no campo, nas águas e nas florestas.

A Jornada é realizada por organizações do campo unitário, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Fetraf – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, MCP – Movimento Camponês Popular, coletivos, e comissões pastorais.

No RN, 600 famílias Sem Terra ocupam fazenda da família do governador, Robinson Farias. Jailma Lopes. Site do MST, 05/09/2016.

O objetivo dos trabalhadores é transformar o espaço em uma Comuna Urbana. Alternativa que surge como projeto de transformação social frente ao Capital

Abrindo a Jornada Nacional de Luta Unitária dos Trabalhadores e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, 600 famílias Sem Terra ocuparam na madrugada desse domingo (04), uma área improdutiva de 300 hectares localizada na Zona Norte de Natal (Parque dos Coqueiros). O terreno é de posse da família do governador do Rio Grande do Norte, Robinson Farias (PSD).

Segundo, Lucenilson Angelo, da direção nacional do MST, nos últimos meses, com a crise econômica e com os meses de instabilidade política que consolidou o golpe que levou o então vice-presidente Michel Temer à Presidência da República, a situação da população do campo piorou significativamente.

"Dentro desse contexto, muitas famílias têm buscado no MST maneiras de enfrentar essa crise. Por isso, o Movimento reafirma sua postura organizativa e de resistência, essa será nossa resposta aos golpistas", disse.

Especulação Imobiliária

Assim como no campo, a terra na cidade é também concentrada nas mãos de latifundiários, das oligarquias políticas e de grandes grupos empresarias. Legitimada pelo poder público, essa concentração de terra e renda deixa ainda mais distantes condições dignas de moradia, trabalho, educação, saúde, mobilidade urbana e qualidade de vida para a classe trabalhadora.

Ainda de acordo com a coordenação estadual do Movimento, não há, como pensar a questão agrária, sem pensar a questão urbana: "pois a concentração de terra que atinge os dois pólos é a mesma, logo não existe cisão entre campo e cidade. Nesse contexto, o MST do Rio Grande do Norte, tem apontado a especulação imobiliária como um dos grandes inimigos da classe trabalhadora".

Comunas

O objetivo dos trabalhadores é fazer com que a área ocupada se transforme em uma Comuna Urbana. Alternativa que surge como projeto de transformação social frente ao Capital.

Essa é a segunda Comuna Urbana da Terra, criada no estado. A primeira conta com 300 famílias e está localizada em Mossoró, na propriedade do senador José Agripino Maia (PMDB).

O Movimento entende que as Comunas Urbanas - nessa conjuntura política de Estado Exceção -, é a reafirmação do projeto de Reforma Agrária Popular.

Jornada Nacional de Luta

Até o próximo dia (7) em todo Brasil, o MST mobiliza-se em ações de resistência ao golpe de Estado parlamentar-jurídico-midiático-empresarial em curso no país.

Os trabalhadores denunciam a paralisação das políticas públicas e o retrocessos sociais que atingem todo o conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade.

A coordenação do Movimento, afirma ainda que: "as trabalhadoras e trabalhadores não recuarão nenhum centímetro na luta, muito pelo contrário, avançarão ainda mais e não darão nenhum minuto de sossego ao governo golpista de Michel Temer".

MST ocupa Incra e Ministério da Fazenda e exige retomada da Reforma Agrária. Catiana de Medeiros. Site do MST, 05/09/2016.

No RS, Movimento cobra o assentamento de 2,3 mil famílias acampadas

Por Reforma Agrária, contra o golpe e a retirada de direitos, cerca de dois mil trabalhadores Rurais Sem Terra ocupam desde a manhã desta segunda-feira (5) o pátio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério da Fazenda em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Os agricultores exigem a retomada da Reforma Agrária com o assentamento de 2,3 mil famílias acampadas no estado e a suspensão da decisão do Tribunal de Contas da União

(TCU) de penalizar mais de 578 mil assentados no país por considerá-los irregulares. No RS, onde há em torno de 13 mil famílias assentadas, segundo informações do Incra, mais de 10,5 mil beneficiários da reforma agrária encontram-se em situação de irregularidade.

“Hoje, para o Tribunal, é crime as famílias se organizarem para terem renda e melhores condições de vida no campo. Ele só não enxerga que essas melhorias vieram após a reforma agrária. Essas famílias estão com as vidas bloqueadas, não conseguem acessar a créditos e a outros recursos e programas”, explica Cedenir de Oliveira, da direção estadual do MST.

Os trabalhadores, que não têm previsão para deixarem o Incra e o Ministério da Fazenda, ainda protestam contra a reforma da previdência rural, que prevê a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres; a titulação de lotes e a venda de terras brasileiras aos estrangeiros, medidas já sinalizadas pelo governo de Michel Temer (PMDB).

O MST também está preocupado com a retirada de direitos e reforça que não aceita retrocessos nas políticas públicas conquistadas nos últimos anos, como o direito à habitação rural, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida; ao ensino, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera); à assistência técnica e créditos para a produção de alimentos saudáveis, com o apoio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); entre outras. Conforme o Movimento, “a desvalorização dessas políticas pode estimular o êxodo rural e inchar os perímetros urbanos, gerando miséria e a degradação humana”.

Jornada Nacional

As duas ocupações no RS fazem parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras, e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Em todo o Brasil serão realizadas ações em denúncia à paralisação de políticas públicas, à ameaça à soberania

nacional e à criminalização dos movimentos populares, indígenas, quilombolas e mulheres.

Em Porto Alegre, além do MST, participam da jornada a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

No Ceará, dois mil Sem Terra ocupam Agências do Banco do Nordeste. Aline Oliveira. Site do MST, 05/09/2016.

Os trabalhadores e trabalhadoras também exigem a suspensão imediata do Acórdão de número 775/2016 que inviabiliza a Reforma Agrária

Cerca de dois mil trabalhadores rurais ocuparam na manhã desta segunda-feira (5) seis agências do Banco do Nordeste, nos municípios de Santa Quitéria, Quixadá,Crateús, Quixeramobim, Itapipoca e Canindé.

A ação faz parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

Os camponeses também exigem a suspensão imediata do Acórdão de número 775/2016 que inviabiliza a Reforma Agrária.

Eles também reivindicam o assentamento imediato das 120 mil famílias acampadas em todo Brasil, demarcação de terras indígenas e a não retirada de direitos pelo governo golpista de Michel Temer.

Para discutir as pautas estaduais, os Sem Terra aguardam audiências com representantes do Banco do Nordeste, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) e do Governo Estado.

Mais de 15 toneladas de alimentos são vendidos na 1ª Feira Capixaba de Produtos da Reforma Agrária. Site do MST, 05/09/2016.

A feira aconteceu de 1 a 3 de setembro, na Praça Costa Pereira, no centro da capital do Espírito Santo

Terminou no último sábado (03) a primeira Feira Capixaba de Produtos da Reforma Agrária. A feira aconteceu entre os dias 1 e 3 de setembro, na Praça Costa Pereira, no centro da capital do Espírito Santo, e contou com várias atrações culturais, formativas e uma variedade de alimentos e artesanato.

Pelo espaço passaram aproximadamente 15 mil pessoas que tiveram acesso às mais de 15 toneladas de alimentos vindos de diversos municípios onde o MST conquistou assentamentos.

Durante a feira, também aconteceram momentos de formação e dialogo com os trabalhadores do campo e da cidade, como os seminários sobre a *Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida* e sobre *Agroecologia e Soberania Alimentar.*

A arte e a cultura também estiveram presentes na atividade que contou com apresentações teatrais, de hip hop, forró e samba e pagode.

Para Adelso Lima, da direção estadual do MST, “a feira é a prova de que ao ocupar uma terra e distribuir o chão, o Sem Terra multiplica o pão".

"Os toneladas de alimentos que aqui estão são fruto da Reforma Agrária, da produção camponesa, isso é o que o trabalhador faz, produz", finalizou.

Em Vitória, Sem Terra ocupa Incra e reivindica a criação de assentamentos. Site do MST, 05/09/2016.

O estado tem pelo ao menos 750 famílias acampadas que aguardam a desapropriação imediata das áreas já decretadas para criação de assentamentos

Na manhã desta segunda-feira (05), cerca de 300 trabalhadores e trabalhadoras sem terra ocuparam a Superintendência Regional do Incra em Vitória, Espírito Santo.

Com a ocupação o MST afirma a luta em resistência ao Golpe no Brasil, que ameaça a soberania nacional, criminaliza os movimentos sociais e a paralisação das políticas sociais e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo os Sem Terra, "o Movimento ocupa por acreditar que políticas concernentes aos trabalhadores e trabalhadoras do campo sejam mantidas e efetivadas". Eles se referem ao PRONERA, Assistencia Técnica, Social e Ambiental, Minha Casa minha vida, o PAA, o PNAE, entre outros.

Outra reivindicação é o fortalecimento do Incra para a criação de assentamentos da Reforma Agrária. No Espírito Santo tem pelo ao menos 750 famílias acampadas que aguardam a desapropriação imediata das áreas já decretadas para criação de assentamentos. Aproximadamente 30 áreas estão em processo de desapropriação no estado.

Além da busca por efetivar o direito a terra, os camponeses querem um posicionamento do Incra em relação ao reconhecimento imediato da Pedagogia da Alternância em tempo integral, nas escolas do campo.

A ocupação integra a Jornada Nacional de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

Camponeses reivindicam assentamento das famílias acampadas em Mato Grosso. Site do MST, 05/09/2016.

Desde o último domingo (04), o MST mais uma vez se coloca em luta na capital e ocupa a sede do Incra

Desde o último domingo (04), o MST mais uma vez se coloca em luta na capital do Mato Grosso, Cuiabá. Cerca de 250 integrantes do Movimento vindos de todas as regiões do estado ocupam a sede do Incra.

No Mato Grosso, a questão agrária segue pendente. De acordo os Sem Tem, existe uma histórica pauta de reivindicações que ha tempos se atualiza, porém sem apresentar resoluções concretas para as famílias.

“Queremos o assentamento imediatas das duas mil famílias que se encontram acampadas no estado, a adequação de infraestrutura dos assentamentos já existentes e a agilidade no processo de regularização das famílias beneficiarias da Reforma Agrária junto ao TCU”, afirmam.

Denunciamos também a ameaça de despejo do Acampamento Dandara em Rondonópolis, que sofre um cerco policial e tentativa de despejo.

A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas Unitárias dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Em todos os estados do país ocorrem ações em resistência ao Golpe ao mesmo tempo em que os Movimentos denunciam a ameaça à soberania nacional, a criminalização dos movimentos sociais, aos povos indígenas, quilombolas e mulheres e a paralisação e enfraquecimento de diversas políticas públicas

---

Sem Terra ocupa Incra em Pernambuco e seguem mobilizados. Site do MST, 05/09/2016.

A mobilização faz parte da Jornada de Lutas Unitária e reivindica a desapropriação das áreas improdutivas para o assentamento das família acampadas no estado

Na manhã desta segunda-feira (05), cerca de 500 trabalhadores Sem Terra ocuparam a sede do Incra em Pernambuco e permanecem no local até sexta-feira (09).

Segundo Maria da coordenação do MST, a pretensão é de que este número aumente, uma vez que, mais pessoas chegarão para se somar à ocupação.

“No Pernambuco, permaneceremos mobilizados até a sexta-feira. Queremos a desapropriação das áreas improdutivas, bem como vistorias de nova área para o assentamento das famílias acampadas no estado. Além de reivindicarmos as políticas de crédito para a agricultura familiar”, salienta.

A mobilização faz parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos populares, sindicais e pastorais que atuam no campo brasileiro.

Incra discute ações voltadas para a reforma agrária em Roraima. INCRA, 05/09/2016.

O presidente do Incra, Leonardo Góes, participou de reuniões, dias 2 e 3 de setembro, em Boa Vista, para discutir questões ligadas à implementação de ações voltadas para a reforma agrária em Roraima. Além disso, ele compareceu à cerimônia oficial de abertura da colheita de soja no cerrado do estado – evento realizado na Universidade Federal de Roraima (UFRR) - que reuniu autoridades, agricultores, além de entidades ligadas ao desenvolvimento da agricultura.

A cultura de soja em Roraima ocupa cerca de 25 mil hectares. De acordo com projeções, a safra 2016 deve render algo em torno de 76 mil toneladas do grão e injetar R$ 80 milhões na economia do estado. O evento contou também com a participação do senador Romero Jucá; do secretário de Política Agrária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller; e da prefeita de Boa Vista, Teresa Surita.

Papel do Incra

Nas reuniões de que participou, Góes destacou o papel do Incra em ajudar Roraima a estabelecer um modelo autossustentável de agricultura, com geração de renda e respeito ao meio ambiente. Segundo ele, a titulação de lotes e a emancipação de assentamentos podem alavancar o crescimento econômico em Roraima.

“A emissão de títulos dá maior segurança jurídica ao ocupante do lote, além de ampliar o acesso a linhas de crédito. A titulação é uma demanda dos assentados no estado e o Incra vai atendê-la. Tenho certeza de que essa iniciativa dará um novo impulso econômico a Roraima. O melhor é que podemos fazer isso respeitando o meio ambiente, sem desmatamento e de uma forma autossustentável”, ressaltou o presidente do Incra.

A série de reuniões abordou questões como zoneamento ecológico-econômico, licenciamento ambiental, regularização fundiária e política de assistência técnica aos

assentados. O senador Romero Jucá destacou características que conferem a Roraima competitividade na agricultura. Segundo ele, posição geográfica, luminosidade, além da oferta de água e terra fértil dão aos produtores "plenas condições de desenvolver a cultura de grãos no estado".

Trabalhadores(as) rurais permanecem acampados no Ministério do Planejamento e aguardam negociação da pauta. CONTAG, 05/09/2016.

Os movimentos sociais e sindicais iniciaram nesta segunda-feira (5) a Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Em todo o País são mais de 12 mil pessoas mobilizadas, com ações em Brasília e em mais oito estados. A Jornada Unitária defende a retomada da democracia, a soberania territorial e alimentar e impedir qualquer retrocesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Em Brasília, ainda na madrugada, cerca de 2 mil trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas ocuparam o Ministério do Planejamento. Com as bandeiras em punho e com frases de ordem, as lideranças reforçaram os principais pontos da pauta de reivindicações, entre eles o desbloqueio da reforma agrária, contra a reforma da previdência, contra o retrocesso de direitos e das políticas públicas, contra a criminalização dos movimentos sociais, entre outros.

Durante a manhã foram realizadas assembleias, místicas, conversas e negociações. A expectativa é que uma comissão seja recebida ainda nesta segunda por representantes do governo ilegítimo para negociar os pontos da pauta de reivindicações. "Caso não haja negociação ou se não ficarmos satisfeitos com a resposta, continuaremos em luta, acampados e mobilizados por tempo indeterminado", enfatizou o secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Xavier.

A Jornada é realizada por organizações do campo unitário, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos

por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento Camponês Popular (MCP), coletivos, e comissões pastorais.

“Essa Jornada de Lutas Unitária demonstra a organicidade e união dos movimentos sociais e sindicais do campo diante de uma conjuntura de um governo ilegítimo, de um governo que já vem trazendo um retrocesso muito grande no ponto de vista das políticas públicas e dos direitos. Com os movimentos unidos, o nosso objetivo é conseguir mobilizar e conquistar avanços na reforma agrária e garantir nenhum retrocesso nos direitos da classe trabalhadora brasileira, em especial dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, destacou o dirigente da CONTAG.

Governo faz reunião com representantes de MST e Contag. Andrea Jubé. Valor Econômico, 05/09/2016.

O governo convocou cinco ministros para dialogarem com representantes de movimentos sociais que invadiram, nesta segunda-feira, os prédios do Ministério do Planejamento e do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O ministro Geddel Vieira Lima, da Secretaria de Governo, comandou reunião nesta tarde no Palácio do Planalto com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), junto com mais quatro ministros. Até o início da noite, os manifestantes haviam se retirado do Ministério do Planejamento, mas outro grupo continuou acampado na sede do antigo MDA.

Geddel fez publicação sobre a reunião em suas redes sociais. "Agora no P [Palácio] do Planalto em reunião com movimentos sociais, inclusive o MST. Diálogo sério sem sectarismo. Vamos avançar", escreveu, no Twitter.

O MST e a Contag, que fazem oposição aberta ao governo de Michel Temer, estão convocando militantes para um grande protesto no dia 7 de setembro, tradicional “Grito dos Excluídos".

Participaram da reunião, além de Geddel, os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Bruno Araújo (Cidades), Dyogo Oliveira (Planejamento) e Sérgio Etchengoyen (Gabinete de Segurança Institucional).

Ficou decidido que o governo manterá o diálogo com os manifestantes. Nesta terça-feira, o grupo fará novas reuniões com o ministro Bruno Araújo, bem como serão recebidos no Incra e no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
O governo não se comprometeu, entretanto, com nenhuma das bandeiras dos manifestantes. Entre elas, a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a manutenção da proibição da venda de terras aos estrangeiros. O estudo sobre a liberação da venda de terras aos estrangeiros está avançado no governo, que cogita criar uma contrapartida, para que um percentual da propriedade seja obrigatoriamente revertido para a reforma agrária.

Em defesa das políticas de habitação para o campo, camponesas e camponeses marcham até o Ministério das Cidades em Brasília. CONTAG, 06/09/2016.

Na tarde de hoje (6), camponeses e camponesas de todo o Brasil marcharam até o Ministério das Cidades, em Brasília/DF. Na pauta, destaca-se a retomada imediata das políticas públicas de habitação para o campo, fundamentais para superar o déficit habitacional que atinge milhares de famílias em todo o País. Os movimentos exigem a retomada imediata da "faixa 1" do Minha Casa Minha Vida, que foi extinta pelo Governo Temer.

O governo extinguiu exatamente a faixa de maior subsídio e que atenderia as famílias mais necessitadas do País. Além disso, as organizações do campo exigem o retorno do Minha Casa Minha Vida entidades.

A Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos sociais e sindicais, acontece em todos os estados do País, com grande concentração em Brasília, entre os dias 5 a 7 de setembro.

Em defesa das políticas de habitação para o campo, camponesas e camponeses marcham até o Ministério das Cidades em Brasília. CONTAG, 06/09/2016.

Na tarde de hoje (6), camponeses e camponesas de todo o Brasil marcharam até o Ministério das Cidades, em Brasília/DF. Na pauta, destaca-se a retomada imediata das políticas públicas de habitação para o campo, fundamentais para superar o déficit habitacional que atinge milhares de famílias em todo o País. Os movimentos exigem a retomada imediata da "faixa 1" do Minha Casa Minha Vida, que foi extinta pelo Governo Temer.

O governo extinguiu exatamente a faixa de maior subsídio e que atenderia as famílias mais necessitadas do País. Além disso, as organizações do campo exigem o retorno do Minha Casa Minha Vida entidades.

A Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos sociais e sindicais, acontece em todos os estados do País, com grande concentração em Brasília, entre os dias 5 a 7 de setembro.

Governo Federal recepciona reivindicações de movimentos do campo. MST, 06/09/2016.

O ministro da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, recebeu nesta segunda-feira (5/9) representantes de movimentos sociais e sindicais ligados à questão agrária. Participaram do encontro os titulares das pastas da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, além do secretário nacional da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Ricardo Ramos Roseno, e do presidente do Incra, Leonardo Góes. Treze entidades assinam a pauta de reivindicações.

O Governo mantém abertos os canais de negociação com os movimentos sociais, porém alertou que condiciona o prosseguimento do diálogo à desocupação dos prédios públicos. Durante a reunião foi apresentada uma lista de reivindicações, que será analisada pelas respectivas áreas da administração federal. Entre as medidas solicitadas, destacam-se o veto ao PL 4.559/2012, que altera as regras para a aquisição de terras por estrangeiros; a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a ampliação do

volume de recursos destinados às ações de reforma agrária; a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e a manutenção da idade mínima para aposentadoria.

MST ocupa a capital baiana com mais de mil trabalhadores. Site do MST, 06/09/2016.

Com a bandeiras vermelhas estendidas sobre o prédio, os trabalhadores denunciaram, a paralisação da Reforma Agrária, e a ofensiva do agronegócio e das transnacionais sobre a agricultura camponesa

Mais de 1,5 mil trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra chegaram a capital baiana nesta última segunda-feira (5) em defesa da Reforma Agrária, pela democracia e contra o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

Munidos de suas ferramentas de trabalho e reivindicando alguns pontos específicos, em especial o descaso com a educação do campo - pauta histórica do MST na Bahia -, os trabalhadores montaram um grande acampamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por tempo indeterminado.

Com a bandeiras vermelhas estendidas sobre o prédio, os trabalhadores denunciaram, a paralisação da Reforma Agrária, e a ofensiva do agronegócio e das transnacionais sobre a agricultura camponesa.

Além disso, os trabalhadores trouxeram o debate das organizações do campo a necessidade da unidade para o acúmulo de forças diante da política de repressão construída pelo modelo de produção do agronegócio, que tem ameaçado o direito à liberdade de expressão e organização do povo brasileiro.

Afirmam também, que o processo de criminalização das lutas e repressão aos movimentos sociais por setores dos governos, do parlamento, da mídia e do judiciário está ainda mais acirrado.

Grito dos Excluídos

Como parte fundamental deste processo de luta, o MST soma-se a milhares de trabalhadores nesta quarta-feira, 7 de setembro, no Grito dos Excluídos que está marcado para acontecer a partir das 9h, com concentração no Campo Grande, Centro.

No Grito, estarão reunidos movimentos e organizações populares, do campo e da cidade, que juntos marcharão pelo centro da capital levantando diversas bandeiras de luta. Dentre elas, a ilegitimidade do governo golpista de Temer.

Um ponto fundamental, colocado pelo MST, é a estagnação de diversas políticas que garantem direitos aos trabalhadores do campo.

De acordo com a direção do Movimento, o Tribunal de Contas da União (TCU), em uma ação que supera as suas atribuições constitucionais, o órgão determinou a paralisação completa do Programa Nacional de Reforma Agrária. Diante de uma metodologia questionável, que não contempla uma pesquisa sobre a realidade do campo brasileiro.

O TCU enquadrou como irregulares 578 mil beneficiários em todas as regiões do país. Estas pessoas, que nem sabem que estão irregulares, já que os dados são sigilosos, estão impedidas de acessar políticas públicas e exercer seus direitos sociais, em decorrência dos bloqueios determinados pelo TCU, que o Incra passou a cumprir.

Jornada Nacional de Lutas

Este amplo processo de luta faz parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos populares, sindicais e pastorais que atuam no campo brasileiro.

A questão agrária é a pauta principal da jornada, que tem entre as suas reivindicações o assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o país, a revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros, a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroecologia.

Na Bahia, estas pautas tomam um caráter emergencial, diante dos diversos conflitos e liminares de despejo emitidas pelo judiciário no decorrer do ano.

Incra e movimentos do campo discutem pauta de reivindicações. INCRA, 06/09/2016.

O presidente do Incra, Leonardo Góes, recebeu lideranças dos movimentos sociais e sindicais do campo para reunião de trabalho na manhã desta terça-feira (6) em Brasília (DF). Na pauta do encontro três pontos de discussão: a obtenção de terras com vistas ao assentamento de famílias sem-terra; o Acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou, por medida cautelar, a suspensão da concessão de benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária, e as políticas de desenvolvimento para a reforma agrária.

Depois de uma rodada de apresentações e questionamentos dos representantes dos movimentos do campo, o presidente do Incra afirmou que a autarquia segue trabalhando em favor da reforma agrária. Ele destacou algumas ações na área de obtenção de terras, vistoria de imóveis rurais e assistência técnica. Góes, no entanto, destacou a necessidade de modernização do Instituto que garanta transparência e celeridade no processo de reforma agrária e demais políticas.

O ponto que mais preocupa as lideranças dos movimentos ligados à questão agrária é o acórdão TCU 775/16. Na prática, a medida cautelar do tribunal suspendeu o acesso à concessão de benefícios, entre eles o crédito para o plantio que em muitos estados começa em setembro. Conforme alguns representantes dos agricultores assentados, a determinação ameaça a soberania alimentar das famílias assentadas.

O chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, Júnior Divino Fideles, destacou o diálogo permanente que a autarquia vem mantendo com o TCU na busca de uma solução para a questão. Fidélis destacou a elaboração do plano de providências elaborado pelo órgão e trabalho entre os técnicos das duas instituições para resolver as questões postas pelo órgão de controle externo o mais breve possível.

MST inicia 17ª Feira da Reforma Agrária em Alagoas. Site do MST, 06/09/2016.

A programação conta com um arsenal de atividades na praça central da feira, onde se concentram os restaurantes de culinária camponesa

De 6 a 9 de setembro a Praça da Faculdade, no bairro do Prado em Maceió, recebe a 17ª Feira da Reforma Agrária, comercializando produtos saudáveis vindos dos assentamentos e acampamentos de toda Alagoas.

Para mais essa edição, que já se enraizou no calendário da capital, o MST trouxe cerca de 150 agricultores e pretende superar o volume de vendas da última edição.

Para Débora Nunes, da coordenação nacional do Movimento, “a feira é a oportunidade da população da cidade conferir de perto a produtividade das áreas de Reforma Agrária, nossos artesanatos, culinária e culturas”.

Ainda para Nunes, essa é uma ferramenta de diálogo importante que pode ajudar a combater a imagem ora vigente de que o Sem Terra está sempre ligado à conflito.

“Sentindo os cheiros, cores e sabores da produção vinda dos assentamentos e acampamentos, o cidadão pode enxergar que tudo aquilo que empreendemos, sejam marchas, bloqueios de estradas, ocupações de latifúndios, tem um sentido de lutar para conquistar uma alternativa de desenvolvimento. O que está aqui, é fruto daquelas lutas”, conclui a militante.

A feira já está funcionando a todo vapor, com comercialização de produtos da Reforma Agrária, cultivados segundo os preceitos da agroecologia.

Os preços dos produtos são abaixo da média da cidade, pois, com a eliminação da figura do atravessador, a venda direta entre produtor e famílias consumidoras significa mais rentabilidade para ambas as partes.

A programação conta com um arsenal de atividades na praça central da feira, onde se concentram os restaurantes de culinária camponesa.

Ali, os visitantes também encontram a Tenda de Educação Popular em Saúde, com atendimentos gratuitos e debates, bem como exposições sobre os empreendimentos produtivos de sucesso organizados pelos trabalhadores rurais.

No palco, um Festival de Cultura Popular recheado de atrações faz a festa de feirantes e moradores de Maceió, todos os dias de Feira, sempre a partir das 17 horas. A cerimônia

de abertura está marcada para esta terça-feira (6), às 18h, com a presença de sindicatos, militantes sociais e autoridades.

'Para o TCU, os assentados estão proibidos de melhorar de vida', diz MST. Marco Weissheimer. Site do MST, 06/09/2016.

Famílias que apresentaram melhoria na renda após serem assentadas foram incluídas pelo TCU em uma relação de suspeita de irregularidades

A decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de penalizar mais de 578 mil assentados no país por considerá-los irregulares está mobilizando assentamentos de Reforma Agrária em todo o país.

No Rio Grande do Sul, onde há em torno de 13 mil famílias assentadas, segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mais de 10,5 mil beneficiários da reforma agrária encontram-se em situação de irregularidade. Famílias que apresentaram melhoria na condição de renda após serem assentadas foram incluídas pelo TCU em uma relação de suspeita de irregularidades.

"Hoje, para o Tribunal, é crime as famílias se organizarem para terem renda e melhores condições de vida no campo. Essas famílias estão com as vidas bloqueadas, não conseguem acessar a créditos e a outros recursos e programas", diz Cedenir de Oliveira, da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A denúncia dessa situação, bem como da paralisia do programa de Reforma Agrária, são dois dos principais pontos da agenda da jornada nacional de mobilização do MST que, em Porto Alegre, ocupou os pátios do Ministério da Fazenda e do Incra.

"Estamos mobilizados em dez estados hoje dentro da jornada nacional de lutas em defesa da reforma agrária e contra esse governo ilegítimo de Temer. Provavelmente outros estados se somarão a essa mobilização nesta terça-feira. No Rio Grande do Sul nós temos hoje mais de duas mil famílias acampadas, sem nenhuma perspectiva de assentamento. Em nível nacional, temos mais de 100 mil famílias acampadas", assinala Ildo Pereira, também integrante da direção do MST, que participa da ocupação no Ministério da Fazenda e no Incra.

"A lista do TCU tem vários absurdos. Temos companheiros assentados que são aposentados e estão impedidos e de dizer que são assentados. Além disso, o assentado não pode ser um técnico, um professor, pois o TCU vê isso como sinal de riqueza indevida. Não dá para aceitar que um assentado não pode também ter um carro no valor de 35 mil reais. Onde está escrita essa lei que o assentado não pode melhorar de vida?", questiona Ildo Pereira. Ele cita outros exemplos de problemas que estão atingindo muitos assentados

"O assentado tem o seu talão de produtor. Agora, quando vai vencer a última nota do talão, ele está impedido de pegar um novo talão para vender o seu produto. Isso está acontecendo com vários produtores de leite. Ingressar numa universidade também virou um problema. Nós tivemos um exemplo claro disso na turma de Veterinária que formamos. Dos quinhentos e poucos alunos que estavam aptos a frequentar a faculdade só conseguimos inscrever 149, cujos pais estavam com a situação legalizada. Os demais não conseguiram a certidão que comprova que são filhos de assentados da reforma agrária. Isso é um absurdo que está provocando uma revolta muito grande nos assentamentos".

No Rio Grande do Sul, das 13.500 famílias assentadas, cerca de 10.500 estão impedidas de ter acesso a créditos e a programas de reforma agrária. "O povo dos assentamentos está muito revoltado e quer entender o que está acontecendo. Vai ser através da luta que vamos reverter essa situação. Queremos explicações".

Movimentos do campo realizam manifestação no Incra do RJ. Site do MST, 06/09/2016.

Os movimentos entregaram uma pauta unificada dos movimentos do campo e afirmaram seu posicionamento contra o golpe

Nesta terça-feira (06), cerca de 200 camponeses, agricultores, quilombolas de diversos movimentos sociais realizaram manifestação em frente à sede do Incra, no centro do Rio de Janeiro, reivindicando a obtenção de terras para famílias acampadas, assistência técnica e créditos para Reforma Agrária, além de outras pautas.

Desde o período da manhã, as famílias estavam concentradas na Praça da Candelária, no centro da capital e depois caminharam até a sede do prédio, na Avenida Presidente Vargas.

Além do MST, também estavam presentes o MAB, o MPA, a UNACOOP, o SEDRO, a AQUILERJ, a CONAQ e a FETAG. Bem como, sindicatos apoiadores como o SEPE-RJ, Sindipetro-RJ e o ANDES.

Abaixo uma Carta aberta dos Movimentos. Confira.

ARTICULAÇÃO DO CAMPO, DA CIDADE, DAS AGUAS E DAS FLORESTAS POR TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE!

Nos últimos meses acompanhamos um processo devastador de retrocessos nos direitos e garantias fundamentais das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

Em pouco tempo em que está exercendo o comando do país, o presidente golpista Michel Temer vem tendo um papel fundamental em abolir direitos em defesa dos interesses econômicos de empresários nacionais e transnacionais, proprietários rurais, enfim uma elite que historicamente sempre enriqueceu da exploração das trabalhadoras e trabalhadores, bem como dos bens da natureza.

O que se observa é um verdadeiro desmonte na legislação trabalhista, impondo uma total desregulamentação do trabalho, com propostas de fim do 13º, aumento da jornada de trabalho, aumento da idade para aposentadoria, dentre muitos outros direitos.

No plano agrário, esses grupos estão atacando com as garantias constitucionais dos territórios indígenas, quilombolas, dentre outras comunidades tradicionais, com a aprovação da PEC 215, que retira do executivo a competência para regularização dos territórios indígenas e quilombolas e a transfere para o Congresso, marcadamente composto pela bancada ruralista que visa impedir a demarcação desses territórios.

A ofensiva contra a reforma agrária fica evidente na recente resolução do Tribunal de Contas da União que determina ao Incra a suspensão de todos os procedimentos para efetivação da reforma agrária. Isso significa paralisação das desapropriações e de

qualquer acompanhamento aos assentamentos realizados, trata-se de estrangular as trabalhadoras e os trabalhadores rurais apostando na retomada da terra por setores econômicos.

Não é pouco significativo que esteja em debate no congresso a alteração da lei de vendas de terras para estrangeiros. O que o governo golpista de Michel Temer e a bancada ruralista querem com a aprovação do PL 4059/12 é a transferência do território nacional, incluindo a Amazônia, para empresas ou proprietários estrangeiros. Isso significará perda da soberania do território nacional e desnacionalização de recursos naturais como a água.

Os ataques não param aí. A bancada ruralista no congresso nacional está atuando para aprovar leis que expõem para a sociedade a uma vulnerabilidade em sua saúde, na medida em que busca revogar a lei dos agrotóxicos de 1989 e implementar a lei do Veneno. Torna-se fundamental lutar para que esta legislação não seja aprovada, além de garantir a implantação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos, consolidando uma política que preze, acima de tudo, a saúde humana e ambiental.

Mas não é apenas ameaças aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, o que está em jogo é a própria democracia. O governo golpista de Michel Temer e seus aliados não possuem nenhum compromisso com a democracia, tanto é assim que os movimentos sociais que lutam que lutam em defesa de seus direitos são criminalizados. Lutar por terra tornou-se crime de associação criminosa, lutar por territórios tradicionais tem levado a morte comunidades indígenas, quilombolas, sem terras e camponeses.

Por isso lutamos. Resistiremos a esse avanço conservador que ameaça direitos em múltiplos campos, resistiremos ao avanço do agronegócio que vem impondo a morte a diversas comunidades indígenas e ao ambiente. Resistiremos em defesa da terra, do território e das águas, LUTAREMOS EM NOME da vida com dignidade!

“É uma injustiça o que o governo está fazendo com os assentados”, diz Sem Terra. Zá Luís Costa e Júlia Araújo. Site do MST, 06/09/2016.

Com a determinação do TCU, cerca de 30 mil famílias estão impedidas de realizar quaisquer atividade como assentado no Maranhão

Ocupado por cerca de 260 famílias do MST, na manhã desta segunda-feira (05), a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Maranhão mais uma vez recebeu a pauta de reivindicações das trabalhadoras e dos trabalhadores Sem Terra.

Das 120 mil famílias acampadas no país, mais de 2000 se concentram à beira de estradas do estado. Os trabalhadores reivindicam o assentamento dessas famílias.

Após a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), das quase 500 mil famílias em todo o Brasil que tiveram o Sistema Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) bloqueado, aproximadamente 30 mil são do Maranhão e estão impedidos de realizar quaisquer atividades como assentado.

“Queremos que a Reforma Agrária volte a ser pautada. Que se libere terra para o assentamento das famílias acampadas, projetos para os assentamentos, que possam melhorar as condições de vida”, afirma Alzerina Carneiro, da Direção Nacional do MST no estado e que é assentada no projeto de Assentamento Cristina Alves, Vila 17 de Abril, município de Itapecuru.

Alzerina acrescenta ainda que o Movimento está questionando a forma como o TCU tem conduzido esses bloqueios e que o acordão também prejudica os assentados que atuam como funcionários público na área rural, mesmo que isso tenha ocorrido após terem tido acesso à políticas públicas de educação do campo, como o Pronera.

Francisco Araújo Pinho, assentado no Projeto de Assentamento Califórnia, cidade de Açailândia, está revoltado com o bloqueio de seu cadastro. O Assentamento Califórnia existe há 20 anos e Tim, como é conhecido na regional de Açailândia, diz que não concorda em viver uma situação como essa.

“Há 20 anos que sou assentado e depois desses anos, vem uma situação dessas contra os assentados [sic]. Eu não concordo. É por isso que estou aqui fazendo parte dessa luta. Considero uma profunda injustiça o que o governo está fazendo com os assentados. Bloqueando o Sipra e negando o direito à terra conquistada. Estou revoltado e indignado com o que considero uma grande injustiça de um governo ilegítimo que não foi eleito pelo povo”, afirma.

A ocupação do Incra no Maranhão, faz parte da Jornadas de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das

Florestas, organizada por movimentos sociais e sindicais, com previsão de se juntar ao Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro.

A Jornada também tem em sua pauta de reivindicações, a revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros; a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroeocologia; infraestrutura no campo, como o fortalecimento de programas estruturantes, assistência técnica e demais programas que garantem a produção da agricultura familiar e camponesa.

De acordo Leandro Diniz, da direção do MST, esse é um momento de luta contra a retirada de direitos dos povos campo e de construir novas formas de produção de alimentos.

"Esse é um instante de luta, sobretudo, para o desbloqueio da Reforma Agrária e para a construção de uma nova matriz produtiva com alimentos saudáveis e acessíveis à população brasileira". Diniz ainda acrescenta que a reforma Agrária Popular pode ser o instrumento de enfrentamento da crise econômica e que precisamos lutar para o que os nossos direitos não sejam retirados.

Militantes vão ao MDS por avanços nas políticas públicas agrárias. Patrícia Costa. FETRAF, 07/09/2016.

A reunião ocorreu após as manifestações dos povos do campo e da agricultura familiar na Jornada Nacional de Lutas Unitária do Campo.

As lideranças dos movimentos sociais, da Jornada de Lutas Unitária do Campo, discutiram os entraves das políticas agrárias com o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Alberto Beltrame, na manhã desta terça-feira 06.09. A defesa das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e soberania alimentar foi uma das principais questões apontadas na reunião.
Para os movimentos, a liberação de recursos suficientes e a revisão das normas restritivas, que asseguram a regularização do acesso dos trabalhadores e trabalhadoras aos programas PRONERA, ATES, Terra Forte, PAA, PNAE, forma o conjunto de pontos chaves para a continuidade da produção da agricultura familiar no país.

“Nos últimos anos conseguimos avançar nas políticas públicas para a agricultura familiar. Os recursos são pequenos diante da nossa demanda, mas estávamos crescendo. Queremos saber quais recursos teremos para 2017, pois há quatro anos começamos com 1,2 bi. Se esse governo tiver seriedade com as pautas agrárias, não pode existir margem para a descontinuidade do que já vínhamos construindo”, pontua o coordenador geral da Fetraf Brasil Marcos Rochinski.

A política contra os agrotóxicos também fez parte da pauta e os movimentos destacaram a importância do direito à alimentação saudável. “Hoje esse governo fala muito no agronegócio e esquece da agricultura familiar. No meu município, hoje, posso comer o que é produzido na minha própria região, o que não ocorria antes quando eram apenas enlatados. Agora, temos qualidade de vida! ”, explica Rosane Piovizani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), referindo-se aos projetos da bancada ruralista no Congresso Nacional, como é o caso do Projeto de Lei que intitula os defensivos fitossanitários, mas que, na prática, revoga a lei dos agrotóxicos de 1980 e implementa a lei do veneno.

O problema do acesso a água foi outro assunto abordado na reunião, inclusive, com a denúncia de que a Defesa Civil está coagindo famílias assentadas e limitando o seu acesso a água. “Nós temos três agricultores nessa Jornada de Lutas que sofreram ameaças da defesa civil, dizendo-lhes que só podiam consumir uma lata de água por dia. Isso, fere todos os princípios de condição de vida humana e de tudo que conquistamos até hoje. Queremos ser vistos como produtores de alimentos saudáveis, ou seja, produtores de vida, porque hoje o há no comércio é uma indústria de veneno”, aponta Maria Kazé, do Movimento dos Pequenos Agricultores.

Com a política de nenhum direito a menos, as lideranças pontuaram todas as reivindicações para os executivos da política agrária do MDS, como também para a Conab, na presença do presidente Caio Rocha, que se comprometeu em atender os movimentos sociais. Ele de já, anunciou que em 2017, cinco mil escolas do semiárido, que não possuem cisternas, serão comtempladas com o programa.

Movimentos contestam medidas ineficazes do governo sobre a reforma agrária. Patrícia Costa. FETRAF, 07/09/2016.

O atual governo propõe realizar a titulação de todas as terras públicas, regularizando a grilagem e ampliando a oferta de terras no mercado.

Cobrar a execução do plano de reforma agrária e o direito de assentamento imediato de 120 mil famílias assentadas em todo o país. Essa foi a proposta levada ao INCRA pelas lideranças dos movimentos da Jornada de Lutas Unitária do Campo, acampados em Brasília entre os dias 5 a 7 de setembro.

O atual governo propõe realizar a titulação de todas as terras públicas, regularizando a grilagem e ampliando a oferta de terras no mercado. Esse processo, é bastante ameaçador para as organizações populares do campo brasileiro, visto que a titulação vem com o pacote do individualismo onde a mediação para a conquista não é mais a organização e sim o mérito e a competitividade.

Para agravar a política de reforma agrária, uma medida do Tribunal de Contas da União (TCU), acórdão 775/2016, determinou a suspensão da concessão de benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária, e as políticas de desenvolvimento para a reforma agrária.

"É necessário que o INCRA defina as áreas para a demarcação e aquisição de terras, como também, estabelecer metas de assentamentos de famílias visando solucionar, de uma vez por todas, o problema das 120 mil famílias que vivem debaixo da lona e às margens das estradas há mais de 20 anos", comenta Lázaro Bento, coordenado de gestão e finanças da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf Brasil).

Diante disso, os movimentos querem que o TCU revise, imediatamente, suas deliberações que bloqueiam os cadastros dos assentados, e afirmam que a metodologia utilizada e os critérios estabelecidos estão impedindo que tenham acesso aos direitos e às políticas públicas que são a eles assegurados e que o Incra adote as providências para sanar, com urgência, os problemas e inconsistências em seus sistemas.

"Existe uma demora inexplicável dos técnicos da superintendência que vão realizar as vistorias nas terras e demoram até 6 meses para apresentar um laudo, enquanto que deveria sair em 30 dias. Nós ficamos refém dessa burocracia", diz Gerailton dos Santos, coordenador de Reforma Agrária e Meio Ambiente, Fetraf de Goiás.

Na mesa de negociação com as lideranças sindicais e dos movimentos estava o presidente do INCRA Leonardo Góes e procurador federal do INCRA, Júnior Divino Fideles.

Militantes desocupam sedes do Incra e da Fazenda em Porto Alegre. Valor Econômico, 07/09/2016.

Os camponeses que estavam na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério da Fazenda, em Porto Alegre, desocuparam os pátios onde estavam acampados desde segunda-feira. Os militantes são integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

O grupo desmontou o acampamento após participar da marcha do Grito dos Excluídos na capital gaúcha. A desocupação ocorreu após dois dias de negociações entre camponeses e o governo federal, em Brasília, que pautou a situação da reforma agrária. Uma das principais queixas dos militantes é a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que pediu que o Incra cortasse o auxílio de cerca de 500 mil famílias beneficiárias da reforma agrária por considerá-las irregulares.

"Esta foi mais uma etapa importante da luta pela terra no país. Neste primeiro diálogo com o governo, encaminhamos várias reuniões para continuar tratando das nossas reivindicações. Enquanto isso, permaneceremos atentos e mobilizados para cobrar ações que realmente possam mudar para melhor a vida das pessoas", avaliou Cedenir de Oliveira, da direção estadual do MST.

Com a desocupação, o expediente nos prédios do Incra e do Ministério da Fazenda, que estavam suspensos, devem ser retomados nesta quinta-feira.

MST ocupa fazenda improdutiva ligada à senadora Ana Amélia em Formosa. Site do MST, 08/09/2016

O objetivo da ocupação é denunciar a existência de espaços improdutivos, ao mesmo tempo em que é negado à milhares de famílias um espaço de terra

A fazenda Saco de Bom Jesus, de propriedade da senadora Ana Amélia (PP), foi declarada improdutiva. A senadora também declarou parcialmente o patrimônio ao TRE.

O MST ocupou na madrugada desta quinta-feira (06) a fazenda Saco de Bom Jesus, localizada no município de Formosa, interior de Goiás. A fazenda é ligada à senadora Ana Amélia Lemos (PP).

Apenas algumas horas após a ocupação, a tropa de choque da PM de Goiás, realiza despejo arbitrário mesmo não havendo nenhuma ordem judicial. Os policiais agiram de forma truculenta contra os Sem Terras, afirmando que "não precisavam de pedido de reintegração".

O objetivo da ação é denunciar a existência de espaços improdutivos, ao mesmo tempo em que é negado à milhares de famílias um espaço de terra. A estimativa é que em Goiás, tenha cerca de 5 a 08 mil famílias acampadas à espera da terra.

A ação segue o conjunto de mobilizações realizadas pelo país pela Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Aguas e das Florestas.

Em Brasília, 2000 integrantes de movimentos campesinos, reunidos nos dias 05 a 07 de setembro, ocuparam o Ministério do Planejamento e apresentaram à Casa Civil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ministérios das Cidades e Desenvolvimento Social um conjunto de pautas de reivindicações para retomada das políticas agrárias, paralisadas com as medidas adotadas pelo governo interino de Michel Temer (PMDB), e para defesa de uma reforma agrária de caráter popular.

O membro da coordenação nacional, Marco Antônio Baratto comenta sobre as mobilizações de reivindicação. “Tensionar o governo é central para iniciar um processo de negociação em torno da reforma agrária, agricultura familiar e camponesa”, aponta.

Terra improdutiva e não declarada

A fazenda Saco de Bom Jesus, de extensão de 1.909 hectares, foi adquirida por Ana

Amélia e pelo marido, senador Octávio Cardoso, em dois momentos, em 1984 e 1986. No ano que incluiu a fazenda de Goiás em seu inventário, em 2011, a senadora não declarou parte de seu patrimônio ao Supremo Tribunal Federal (STF) – cerca de 36% das terras em Goiás, correspondente a 680 hectares, não constam na parte somada ao patrimônio da senadora após o falecimento de Cardoso, no mesmo ano.

As informações sobre a fazenda também apontam várias contradições. Conforme a Escritura Pública de Inventário e partilha, publicada pela imprensa, a fazenda de Ana Amélia possui 600 cabeças de gado. E de acordo com o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural do espólio, junto ao Incra, disponível na internet, a área seria de 1.562,70 hectares, classificada como grande propriedade. Porém, os dados do Inventário constam 1.909,00 hectares.

Pela legislação vigente, as entidades signatárias entendem que a lotação de gado não atende aos índices de produtividade do estado de Goiás. Seiscentas cabeças em 1909 hectares resultariam numa lotação de 0,31 cabeça por hectare. Segundo os movimentos sociais, índice muito baixo para quem diz representar o "moderno modelo do agronegócio. Conforme o artigo 184 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a fazenda que não cumpre a função social deve ser declarada de interesse social e destinada para fins de Reforma Agrária.

Pedido de vistoria ao Incra

Em setembro de 2014, a Via Campesina se reuniu com o Superintendente Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, Roberto Ramos, para exigir a vistoria da fazenda. Então candidata ao governo do estado do Rio Grande do Sul, a lei eleitoral exige que candidatos declarem integralmente seu patrimônio. O pedido de vistoria foi encaminhado à sede do Incra, mas a vistoria não teve andamento.

Sem terra ocupa Incra em Minas Gerais. Site do MST, 08/09/2016.

A mobilização unitária denuncia o esvaziamento da pauta da reforma agrária diante do avanço do agronegócio

O MST ocupou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na manhã desta quinta-feira (08). A mobilização conta com 300 famílias e integra a Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

A pauta é ampla e abrange desde a regularização da documentação de famílias, implantação de estruturas básicas para o desenvolvimento da produção como água, energia, habitação, estradas, assistência técnica e agroindustrialização nos assentamento, até a liberação das cestas básicas e vistorias de novas áreas para assentar duas mil famílias acampadas no estado.

A mobilização unitária denuncia o esvaziamento da pauta da reforma agrária diante do avanço do agronegócio, como alerta Ester Hoffmann, da Direção Nacional do MST, “a jornada vem no sentido de afirmar que, mesmo diante do golpe e das investidas da direita, nosso povo continua mobilizado. A ocupação do INCRA é uma forma de fazer a denuncia do abandono da Reforma Agrária e pressionar o governo golpista”.

Ela destaca que mídia, judiciário e capital internacional atuam em consonância para ampliar a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. “O grande capital, apoiado pela mídia, vem fazendo todo esforço para criar um consenso na sociedade e convencê-la de que o agronegócio é capaz de abastecer os trabalhadores de alimentos, o que não e verdade. O processo de golpe, vem intensificando essa situação. Junto a isso, se soma o travamento das políticas públicas para reforma agrária pelo TCU.”

Desde abril o Tribunal de Contas da União travou os recursos do INCRA, impedindo a aplicação de todas as políticas relacionadas aos assentados e acampados. A dirigente estadual, Tatiana Gomes, explica que se trata de mais uma forma de criminalização da luta pela terra.

“Com a justificativa de irregularidades, a justiça persegue assentados que conseguiram melhorar um pouco a qualidade de vida, investigam aqueles que conseguiram comprar um carro novo, construir uma casa melhor, como se fosse crime os sem terras adquirirem algum bem”.

A ocupação permanecerá até o encerramento das negociações com o superintendente em Minas Gerais.

Organizações do campo afirmam continuidade das mobilizações após acampamento unitário. Site do MST, 08/09/2016.

A Jornada mobilizou 30 mil pessoas em 14 estados mais o Distrito Federal, com ocupações de terras, prédios públicos e marchas realizadas por uma ampla unidade dos movimentos do campo

Com a participação no 22° Grito dos Excluídos, a Jornada Unitária dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas encerra as atividades do acampamento unitário, realizado entre os dias 5 a 7 de setembro em Brasília. Ao todo, a Jornada mobilizou 30 mil pessoas em 14 estados mais o Distrito Federal, com ocupações de terras, prédios públicos e marchas realizadas por uma ampla unidade dos movimentos populares camponeses.

“A conjuntura de ameaça aos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas nos exige a construção da unidade. Todas as conquistas que obtivermos no próximo período será mérito da nossa unidade. A ordem é seguirmos mobilizados até que a democracia seja restaurada e os nossos direitos garantidos”, afirma Alexandre Conceição, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

De acordo com Alessandra Lunas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a jornada de lutas foi o início das lutas que ainda estão por vir. “Inauguramos este acampamento, mostrando ao governo golpista a nossa unidade e nossa capacidade de luta permanente, o recado já está dado agora ele sabe o que vai enfrentar", concluí.

Para Anderson Amaro, da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, a jornada reforçou a unidade no campo, “a jornada foi fundamental para dar o tom ao governo do que eles irão enfrentar. A unidade é fundamental para fazer frente a onde de perdas de direitos que estamos sofrendo. Só uma sólida articulação barrará isso” enfatiza Amaro.

A questão agrária é a pauta principal dos movimentos sociais que atuam em unidade. Entre as reivindicações, está o assentamento imediato das mais de 120 mil famílias

acampadas em todo o país, a revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros, a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroecologia.

"O governo não demonstra intenção de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, como também da reforma agrária. Isso remete à necessidade para os próximos dias de continuarmos mobilizados, firmes, e imbuídos de muita garra e determinação, para que consigamos, efetivamente, fazer com que nossas reivindicações sejam atendidas", avalia Marcos Rochinski, coordenador geral da Fetraf Brasil.

Outro ponto trata do desenvolvimento e infraestrutura no campo, como o fortalecimento de programas estruturantes, assistência técnica e demais programas que garantem a produção da agricultura familiar e camponesa.

As organizações ainda denunciam a ameaça aos direitos previdenciários e trabalhistas, a criminalização dos movimentos populares e, principalmente, o golpe à democracia após a violação da Constituição brasileira pelo Congresso Nacional e pela elite econômica e política do país que levou Michel Temer à Presidência da República.

Mobilização permanente

Após o acampamento unitário em Brasília, muitos estados seguem mobilizados em todo país. Segundo Kelli Mafort, da direção nacional do MST, a pauta central das reivindicações continua sendo o assentamento das 120 mil famílias acampadas em todo o país.

Mafort também frisa outra pauta de luta que é o acesso à infraestrutura nos assentamentos já existentes.

"Nossas famílias estão abandonadas, sem infraestrutura. O Plano Plurianual (PPA) está completamente parado. Há ainda, a ação civil pública que quer deslegitimar a luta das famílias acampadas. Além disso, o governo golpista de Michel Temer impõe a agenda de retirada de direitos dos povos do campo. Quando saímos às ruas, debaixo de bombas de gás e repressão policial, estamos lutando por nossos direitos e resistindo contra essa ditadura imposta por esse governo golpista", afirma Kelli.

Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, São Paulo e Minas Gerais seguem em ocupações no Incra. Já no Ceará, trabalhadores ocuparam na manhã dessa quinta-feira (8) a Prefeitura de Limoeiro do Norte, em Pernambuco também foram realizados trancamento de rodovias no estado.

Sem Terra permanecem ocupando Incra por tempo indeterminado. Site do MST, 08/09/2016.

A decisão foi reafirmada durante uma grande assembleia realizada com todos os trabalhadores que não irão desocupar o prédio enquanto não tiver uma reunião com o presidente nacional, Leonardo Góes

Após reunião realizada na tarde desta quinta-feira (08) com o atual superintende do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Helder Almeida, a direção estadual do MST, afirmou que não vai desocupar o prédio enquanto tiver uma reunião com o presidente nacional do instituto, Leonardo Góes.

Cerca de 1500 trabalhadores e trabalhadoras ocuparam a área externa do prédio na manhã desta última segunda-feira (05) e reivindicam uma pauta que possui um acúmulo de passivos que até então não foram negociados. Para o Movimento a pauta está completamente travada sendo necessário a presença do presidente nacional para dá os devidos encaminhamentos.

A decisão foi reafirmada durante uma grande assembleia realizada com todos os Sem Terra. “Não podemos brincar de fazer negociação e as pautas precisam ser tratadas com prioridade e seriedade”, destaca Evanildo Costa, da direção nacional do MST.

Entre os diversos pontos de pauta, o MST solicita uma solução acerca dos conflitos nas áreas localizadas nos perímetros irrigados e de celulose no estado.

Elizabeth Rocha, também da direção nacional, pontua a necessidade da presença do presidente nacional para dialogar com o Movimento, “tendo em vista que a Reforma Agrária possui diversas prioridades e nossa tarefa é cobrar que os direitos sejam garantidos à muitos trabalhadores e trabalhadoras”.

MST intensifica a luta pela terra em Santa Catarina. Site do MST 08/09/2016.

Sem Terra ocupa diversas áreas devedoras da União no estado e reivindica sua desapropriação para Reforma Agrária

Desde a última terça-feira (06), o MST realiza diversas ocupações de terras no estado de Santa Catarina. Uma delas ocorreu no município de Zortéia, onde cerca de 200 pessoas ocuparam a fazenda volta grande, de aproximadamente 80 hectares e montaram o Acampamento Celeste Melo.

A área esta com processo de adjudicação, pois o proprietário tem uma divida com a união de cerca de 30 milhões de reais e está disposto a ceder o local para abater a dívida. A fazenda onde as famílias estão acampadas foi avaliada em torno de 18 milhões.

No entanto, existe um processo levantado pelos arrendatários que reivindicam a posse da terra, alegando ter um contrato. Segundo Vilson Santin, da Direção Nacional do Movimento, o documento apresentado não tem validade, pois sequer tem registro em cartório.

"A família Vagner, que são os arrendatários, iniciaram um processo de titulação como donos da área, mas o contrato que eles apresentaram não é autenticado pelo cartório, e a data que o contrato foi construído é recente, depois que a propriedade já estava empenhorada. De qualquer forma, eles também são grandes devedores da União", afirma Satin.

Também houve ocupação no município de três Barras, o acampamento que leva o nome em homenagem a Chico Lessa foi ocupado por cerca de 40 famílias. A área também se enquadra no mesmo processo de grandes devedores.

Outra ocupação ocorreu na Residência FUCK, no município de Monte Castelo. O acampamento Hugo Chávez que conta com cerca de 50 famílias. Ao todo a área tem 700 ha, sendo que o imóvel já se encontra em domínio do Banco do Brasil e passa pelo mesmo processo de áreas com dividas na União.

Nesta semana, o Movimento esteve em Brasília e o Incra se comprometeu em dar continuidade aos processos existentes no estado, como é o caso de Zortéia e Xanxerê, ocupadas no mês passado.

“Arrecadar áreas que são de grandes devedores da União é a nova estratégia do Incra, uma vez que, o país está em crise e na prática o governo não precisa desembolsar recursos para aquisição de novas terras”, explica Santin.

No estado de Santa Catarina existem aproximadamente 11 acampamentos com cerca de 1500 famílias acampadas no total.

Incra faz levantamento ambiental em assentamentos de Rondônia. INCRA, 08/09/2016.

O Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais da superintendência regional do Incra em Rondônia concluiu o levantamento de áreas degradadas em quatro assentamentos do município de Machadinho D'Oeste em agosto. Os projetos Asa do Avião, Amigos do Campo, Cedro Jequitibá e Belo Horizonte tiveram as áreas monitoradas para mapear locais com lagos e rios e identificar terras degradadas com indícios de ilícitos ambientais.

Em todos esses assentamentos foi utilizada a mesma metodologia, priorizando as exigências do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal (PPCADI-Amazônia), criado a partir do termo de compromisso celebrado entre o Incra e o Ministério Público Federal em 2013.

O mapeamento de áreas antropizadas, isto é, com alguma intervenção humana, de terras preservadas e de áreas de represas e igarapés auxilia na gestão ambiental dos assentamentos. Segundo o engenheiro florestal do Incra/RO e coordenador do trabalho, Altenísio Albuquerque, com o levantamento é possível analisar as necessidades ambientais das áreas de reforma agrária. “Isso é uma forma de reduzir os desmatamentos no estado de Rondônia, cumprindo meta da superintendência na região”, explica.

Em 2016, a superintendência deve realizar também o levantamento nos assentamentos Flor do Amazonas I, em Candeias do Jamari, Joana D'Arc I e II, em Porto Velho, Santa Maria, União e Tabajara, em Machadinho do Oeste, e Vale Encantado, em Theobroma.

Organizações do campo afirmam continuidade das mobilizações após acampamento unitário. CONTAG, 08/09/2016.

Com a participação no 22° Grito dos Excluídos, a Jornada Unitária dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas encerra as atividades do acampamento unitário, realizado entre os dias 5 a 7 de setembro em Brasília. Ao todo, foram 13 estados mobilizados por meio de ocupações de terras, prédios públicos e marchas realizadas por uma ampla unidade dos movimentos sociais do campo.

“A conjuntura de ameaça aos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas nos exige a construção da unidade. Todas as conquistas que obtivermos no próximo período será mérito da nossa unidade. A ordem é seguirmos mobilizados até que a democracia seja restaurada e os nossos direitos garantidos”, afirma Alexandre Conceição, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

De acordo com Alessandra Lunas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a jornada de lutas foi o início das lutas que ainda estão por vir. “Inauguramos este acampamento, mostrando ao governo golpista a nossa unidade e nossa capacidade de luta permanente. O recado já está dado e agora ele sabe o que vai enfrentar", conclui.

Para Anderson Amaro, da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a jornada reforçou a unidade no campo. “A jornada foi fundamental para dar o tom ao governo do que eles irão enfrentar. A unidade é fundamental para fazer frente a onda de perdas de direitos que estamos sofrendo. Só uma sólida articulação barrará isso”, enfatiza Amaro.

A questão agrária é a pauta principal dos movimentos sociais que atuam em unidade. Entre as reivindicações, está o assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o País, a revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros, a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de

transição para a agroecologia.

"O governo não demonstra intenção de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, como também da reforma agrária. Isso remete à necessidade para os próximos dias de continuarmos mobilizados, firmes, e imbuídos de muita garra e determinação, para que consigamos, efetivamente, fazer com que nossas reivindicações sejam atendidas", avalia Marcos Rochinski, coordenador geral da Fetraf Brasil.

Outro ponto trata do desenvolvimento e infraestrutura no campo, como o fortalecimento de programas estruturantes, assistência técnica e demais programas que garantem a produção da agricultura familiar e camponesa.

As organizações ainda denunciam a ameaça aos direitos previdenciários e trabalhistas, a criminalização dos movimentos populares e, principalmente, o golpe à democracia após a violação da Constituição brasileira pelo Congresso Nacional e pela elite econômica e política do país que levou Michel Temer à Presidência da República.

Incra em Alagoas tem novo superintendente. INCRA, 09/09/2016.

A cerimônia de posse do novo superintendente regional do Incra em Alagoas, Alberto Nascimento, foi realizada no dia 2 de setembro, no auditório da Superintendência do Banco do Brasil, Centro de Maceió.

Além dos servidores do órgão, estiveram presentes: Alair Correia, superintendente regional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); André Ramalho, superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); José William, chefe da Controladoria Geral da União (CGU/AL); Bernardo Gonçalves, superintendente da Polícia Federal (PF/AL); Franklin Barros, representando a chefia do Gabinete Civil de Alagoas; Gustavo Martins, da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; Alan Pais, gerente de negócios do Banco do Brasil; Elizeu Rêgo, superintendente regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/AL); coronel Alessandro Paranhos, do Centro de Gerenciamento de Crises da PM/AL.

Alberto Nascimento tem mestrado em Nutrição Animal pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foi superintendente da Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas, onde também foi coordenador técnico de projetos especiais; professor substituto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); lecionou ainda na Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), na Universidade Norte do Paraná (Unopar), Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT), Universidade Tiradentes (UNIT) e na Faculdade OPET em Curitiba/PR. Também foi diretor de Laboratório Itinerante de Águas do Laboratório Central de saúde Pública de Alagoas (Lacen); gerente da Usina Lajinha, em União dos Palmares/AL e gerente da Usina Medasa, no Espírito Santo.

Durante a cerimônia, Nascimento reconheceu os avanços na reforma agrária no estado, mas afirmou que ainda há muito a fazer para o desenvolvimento dos 176 projetos de assentamentos e mais de 14 mil beneficiários em Alagoas. “Vou utilizar meu conhecimento e experiência para e trabalhar pela reforma agrária no estado”, disse.

Sem Terra desocupam Incra em São Paulo. Site do MST, 09/09/2016.

Além de apresentar a pauta de reivindicações, os Sem Terra realizaram debates, atividades culturais e participaram do Grito dos Excluídos

Após quatro dias de intensas lutas, o MST desocupou a Superintendência do Incra na noite desta quinta-feira (8). A sede da autarquia foi ocupada por 300 sem terra na última segunda-feira (05).

Além de apresentar a pauta de reivindicações dos assentamentos e acampamentos do estado, o sem terra realizaram debates, atividades culturais e participaram do Grito dos Excluídos e das mobilizações contra o governo golpista, reforçando o coro de Fora Temer.

A ocupação fez parte da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e

Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos populares, sindicais e pastorais que atuam no campo brasileiro e que mobilizou 30 mil pessoas em 15 estados.

No interior de São Paulo, as famílias que ocuparam as fazendas Santa Maria (Pirajuí), Torrão de Ouro (Alvinlândia) e o Horto Florestal (Itaberá) durante a jornada, seguem resistindo nos acampamentos.

MST manifesta repúdio ao tratamento violento do Governo de Goiás. Site do MST, 09/09/2016.

Ao mesmo tempo em que há um contingenciamento progressivo do orçamento voltado à Reforma Agrária, ocorre também o aumento da violência no campo aos que lutam pela terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) repudia a intensa violência do Estado às e aos trabalhadores rurais Sem Terra – ao negar a terra e ao usar intensa força policial repressora. Nesta quinta-feira (08), as mil famílias a ocupação Adão Pretto sofreram arbitrária despejo em Formosa , Goiás.

Ao mesmo tempo em que há um contingenciamento progressivo do orçamento voltado à Reforma Agrária, violando o direito à terra, ao alimento saudável e ao trabalho para milhares de trabalhadoras e trabalhadores rurais pelo Brasil, ocorre também o aumento da violência no campo aos que lutam pela terra.

Em nota, o MST manifesta repúdio ao tratamento violento do Governo de Goiás e reafirma a continuidade da luta pelo direito à terra, direito assegurado na Constituição Federal.

NOTA DE REPÚDIO AO DESPEJO ARBITRÁRIO DE FAMÍLIAS SEM TERRA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia o violento despejo das mil famílias sem terra acampadas na Ocupação Adão Pretto, na Fazenda Saco Bom Jesus, de propriedade da senadora Ana Amélia Lemos (PP), no município de Formosa –

GO, no dia 08 de setembro. A ocupação, realizada no mesmo dia, mostrou à sociedade a existência de latifúndios improdutivos ao mesmo tempo em que é negado o acesso à terra à milhares de famílias.

Para a realização do despejo um grupamento da Polícia Militar de Goiás, composto por grupos de operações especiais, com cerca de 30 soldados fortemente armados com fuzis e escopetas, romperam as cercas e adentraram violentamente a ocupação. Eles exigiram a imediata retirada das famílias, ameaçando com um despejo forçado, sem que houvesse sequer um Boletim de Ocorrência. Ainda observamos a atuação de milícias a paisana, sem identificação, atuando em conjunto com as forças policias.

Na violenta ação os comandantes da polícia afirmaram a impossibilidade de diálogo do Movimento com o Governo de Goiás, sob mando do governador Marconi Perillo (PSDB). O governo julgou não ser necessária uma reintegração de posse expedida por juiz para que realizem o despejo.

Os comandantes informaram que o Governo de Goiás havia suspendido a comissão estadual de mediação de conflitos agrários, o que era mais um motivo para não ocorrer qualquer diálogo entre o Estado e as famílias que lutam pela terra. Por diversas vezes os comandantes ameaçaram voz de prisão, como instrumento de coerção, às pessoas da ocupação. Estavam ali mulheres, homens, crianças e pessoas idosas.

A truculência demonstrada com o acampamento Adão Pretto é mais um capítulo da atuação repressora do Governo do estado de Goiás, cujo respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra é negado diuturnamente.

A criminalização da luta social no estado de Goiás tem como base de sustentação o pacto realizado entre o governador Marconi Perillo, via seu vice-governador e Secretário de Segurança Pública, José Elinton, com setores do agronegócio e o poder judiciário.

O objetivo desse pacto é criminalizar os movimentos de luta pela terra e tentar inviabilizar qualquer movimentação das famílias sem terra. É fruto dessa articulação entre Judiciário e Executivo local a tentativa de enquadramento do MST na Lei 12.850/2103, de definição de organização criminosa.

A prisão de Luiz Batista Borges e José Valdir Misnerovicz, ambos integrantes do MST e detidos há cinco e três meses, respectivamente, é um exemplo da ação do Estado em transformar os defensores do direito à terra em criminosos.

O que acontece em Goiás é uma escalada de violações aos direitos humanos e a negação do direito à organização de qualquer cidadão. Exigimos do governo de Goiás o cumprimento do seu dever estatal de promover a Reforma Agrária.

Contamos com a solidariedade e pressão de todas as organizações populares, sindicais, partidárias e religiosas no repúdio à violência sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. De nossa parte, mantemos o compromisso de não recuar da justa luta pela terra para a produção de alimentos saudáveis e sem venenos.

Povos e comunidades tradicionais ameaçados pelo governo Temer. Eduardo Sá. Site do MST, 10/09/2016.

O atual momento político exige atenção redobrada dos povos e comunidades tradicionais e mobilização de amplos setores da sociedade na luta por nenhum direito a menos

A diversidade de povos e comunidades tradicionais no Brasil é imensa, assim como seus saberes, crenças e costumes, dentre outros elementos que compõem nossa riqueza cultural. Quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, dentre tantos outros segmentos, tendo os quilombolas e indígenas à frente na raiz da identidade nacional, são alguns deles. Todos são afetados diretamente com as mudanças em curso no cenário político e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Embora os movimentos tenham críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), estão todos preocupados com os possíveis retrocessos e perdas de direitos nesse contexto de golpe parlamentar que levou Michel Temer (PMDB) à presidência.

O atual Congresso brasileiro é considerado o mais conservador das últimas décadas, no qual a bancada ruralista, cujos interesses são opostos aos dos povos e comunidades tradicionais, tem muitos representantes. São eles que estão pressionando pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que delega ao legislativo a

exclusividade de demarcar terras indígenas, o que hoje é atribuição da Fundação Nacional do Índio (Funai). São muitas as ofensivas, como o Projeto de Lei 654, que visa criar um licenciamento ambiental especial para mega obras de infraestrutura consideradas "estratégicas" pelo governo. Com sua aprovação, as comunidades diretamente afetadas terão ainda menos voz na aprovação dos projetos.

Segundo o Ministério da Cultura, há cerca de 4,5 milhões de famílias que se identificam em populações tradicionais. De acordo com a Funai, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam para a existência de 305 etnias e 274 línguas indígenas, uma população de aproximadamente 900 mil pessoas distribuídas em mais de 500 territórios. A Fundação Palmares, por sua vez, informa que 2.600 comunidades quilombolas espalhadas pelo território nacional já foram certificadas.

A ONG Terra de Direitos atua em defesa dos povos e comunidades tradicionais, e está muito atenta aos desdobramentos desse processo. De acordo com André Dallagnol, o Brasil está passando por uma gravíssima ruptura democrática com a implantação de um projeto que não venceu nas urnas por ser antipopular. Violações de direitos, impactos de grandes empreendimentos e a violência no campo tendem a ter uma sensível piora como conseqüência, acrescentou o advogado. A ameaça, segundo ele, é que todos os projetos de lei de cunho neoliberal sejam aprovados.

"Projetos que pretendem reduzir direitos e o poder de interferência do Estado sobre as atividades privadas tendem a ser aprovados com maior facilidade. Refiro-me à PEC 65, que acaba com o licenciamento ambiental, aos PL's dos agrotóxicos (3200, 1687/2015 e 6299/2002) que acabam com o poder de veto da ANVISA e destravam a aprovação de agrotóxicos mais danosos à saúde da população, aos PL's das leis de sementes e cultivares (PL827/2015) que pretendem reduzir o direito das agricultoras, agricultores, povos e comunidades tradicionais ao livre uso das sementes e mudas, reduzir o livre uso da agrobiodiversidade, além de ampliar a criminalização contra as práticas camponesas", disse.

Para ele, é momento de união do povo contra um projeto que quer colocar o Brasil novamente de joelhos perante as grandes potências mundiais, empresas transnacionais de mineração, do agronegócio, dentre outras. "São propostas que acabam com a saúde (privatização do SUS), com a educação (congelamento dos investimentos por vinte anos), os ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, que já estão sendo

amplamente denunciadas. É hora de radicalizar a democracia e lutar pelos nossos direitos conquistados com muita luta nos últimos anos", concluiu.

Movimento Quilombola

Os quilombolas estão hoje espalhados por todo o país. São mais de cinco mil comunidades, aproximadamente 16 milhões de brasileiros, de acordo com a Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Segundo Denildo Biko Rodrigues, da direção nacional do movimento, não chega a 200 o número de terras tituladas e isso reflete a incapacidade dos sucessivos governos de lidar com o tema desde a Constituição Brasileira de 1988.

"O governo interino teve como primeira medida tirar a pauta quilombola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e transferir para o Ministério da Educação, e como não foi bem recebido voltou atrás. Aí acabou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem políticas voltadas aos quilombolas. Excluiu a secretaria de Mulheres e de Diversidades do MEC, iniciativas contra o nosso direito. Temos dificuldade de saber como vai ficar daqui para frente. São vários processos que foram parados, apenas um foi aprovado. Medidas que levamos toda uma vida para construir e o governo interino desconstruiu em um mês", afirmou.

Não houve até o momento nenhuma alteração de competência da Fundação Palmares, e saíram somente os servidores detentores de cargo de confiança, informou a assessoria de imprensa do órgão. "Obviamente isto impacta no quadro. Houve somente corte de cargos de confiança, ainda no governo anterior. Não houve cortes orçamentários", explicou a assessoria da Fundação.A perspectiva é a "continuação dos serviços para o segmento da cultura negra e o fortalecimento da Fundação Cultural Palmares como órgão de difusão e proteção do patrimônio afro-brasileiro", acrescentou. O novo presidente da Fundação é Erivaldo Oliveira da Silva, e também foi nomeada uma nova diretoria.

Se a morosidade no processo de regularização fundiária dos territórios já era muito grande, em torno de 15 a 25 anos até chegar à titulação, a preocupação agora é ainda maior. No final de 2015, o segmento já havia sofrido com um corte orçamentário da ordem de quase 80%, e agora as perspectivas com a nova composição ministerial e maior fortalecimento da bancada ruralista são ainda piores. A cada dia os conflitos vêm aumentando, assim como a insegurança alimentar das famílias nos territórios que não

têm nenhum instrumento jurídico que garanta a terra e estimule seu desenvolvimento. Mas a Conaq reconhece, apesar das críticas, avanços do governo petista.

"No governo Lula a comunidade quilombola ficou em evidência e acessou algumas políticas públicas, embora não tenha avançado na titularidade das terras. Temos receio de perder esse diálogo, que foi um avanço. A nova composição dos ministérios está ocupada pela bancada ruralista, que sempre foi nossa inimiga. São eles que propõem a PEC 215, que defende os seus interesses. Quanto aos cortes, está tudo parado no Incra. Não queremos retroceder nas nossas conquistas. Estamos preocupados com a perda de direitos e voltar a estaca zero. O Estado Brasileiro tem o dever de titular as terras quilombolas", afirmou.

Os indígenas fizeram diversas mobilizações contra a saída da presidente Dilma Rousseff, incluindo ocupações em Brasília, e avaliam que estão perdendo diversos direitos com o governo Temer. De acordo com Dourado Tapeba, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), é preciso se mobilizar contra o governo golpista.

"Revogaram vários decretos de homologação de terras, estamos preocupados. Estão querendo abrir outra CPI da FUNAI [a entrevista foi antes de reabrirem]. Barramos a nomeação de um general para a presidência da Funai. Eles têm que nomear alguém escutando as comunidades e movimentos", disse o indígena do Ceará.

A avaliação dos movimentos indígenas é que só ocorreram retrocessos com o governo Temer, e uma das preocupações de perda de direitos dos indígenas, por exemplo, é a modificação que estão fazendo no Sistema Único de Saúde (SUS) que vai afetar diretamente os povos e comunidades tradicionais e toda a população.

A Funai informou, por meio de sua assessoria, que "até o momento não houve nenhuma mudança efetiva no órgão. Ocorreram cortes orçamentários, mas antes da saída de Dilma da presidência, acrescentou. O orçamento total de 2016 é de aproximadamente R$ 502 milhões. À exceção do ex-presidente da Funai [João Pedro Gonçalves], toda a direção foi mantida até o momento e o funcionamento da instituição continua o mesmo. Até o momento não há nenhuma confirmação de nome para sua presidência".

A CPI que acusava a Funai e o Incra foi encerrada no último dia 17 sem aprovação do relatório final, mas no dia da votação do impeachment e defesa da presidenta Dilma foi reaberta. Desde o encerramento o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), então

presidente da comissão, entregou na Secretaria-Geral da Mesa (SGM) um documento com a assinatura de mais de 200 parlamentares solicitando a extensão das suas atividades. Embora o documento não tenha sido aceito por razões regimentais, a bancada ruralista continuou se articulando e recriou o instrumento no dia 31 de agosto para investigar os órgãos de acordo com seus interesses.

O atual momento político exige atenção redobrada dos povos e comunidades tradicionais e mobilização de amplos setores da sociedade na luta por nenhum direito a menos.

PFDC quer inconstitucionalidade de decisão do TCU que paralisa reforma agrária no País. CONTAG, 10/09/2016.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) solicitou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que apresente ao Supremo Tribunal Federal pedido de inconstitucionalidade de acórdão do Tribunal de Contas da União que paralisou a política de reforma agrária no Brasil.

No pedido ao PGR, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, solicita a proposição de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), tendo como base violação aos artigos 1º, 3º, 5º e 6º da Constituição Federal.

A PFDC destaca que o Acórdão Nº 775/2016 do TCU suspendeu a concessão de benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária a partir de indícios de irregularidades identificadas por meio de cruzamentos de bancos de dados. A medida suspendeu os processos de seleção de novos beneficiários para o programa, o assentamento de novos beneficiários e o acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Bolsa Verde, o Pronera e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros.

“A decisão, como visto, paralisou, por tempo indeterminado, a política da reforma agrária e impediu que 578 mil beneficiários acessassem políticas públicas indispensáveis ao exercício de direitos fundamentais. Isso sem que previamente lhes

fosse dada a oportunidade de se defenderem", aponta a PFDC.

O texto reforça que as conclusões preliminares que deram suporte ao acórdão do TCU provêm, apenas e tão somente, de cruzamentos de dados – sem trabalho de campo e sem interlocução prévia com quaisquer dos supostos beneficiários irregulares. "Trata-se de meros 'indícios de irregularidade', contestados, em sua grande maioria, pelo próprio INCRA, que critica a metodologia utilizada e, especialmente, a interpretação conferida à legislação de regência da reforma agrária".

Direitos constitucionais – A representação ao procurador-geral da República lembra que a reforma agrária é política que concretiza o direito à moradia e, em consequência, densifica o princípio da dignidade da pessoa humana, além de realizar os objetivos que a Constituição coloca para o Estado brasileiro de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicar a pobreza e a marginalização e de reduzir as desigualdades sociais.

"Nesse desenho que a Constituição e o aparato internacional lhe confere, parece absolutamente fora de propósito paralisar a reforma agrária, mesmo diante de irregularidades na concessão de lotes. Apenas uma hipótese teria idoneidade de acarretar uma breve suspensão dessa política: a prova de que o arcabouço legislativo existente não cumpre as múltiplas facetas da reforma agrária. Já eventuais irregularidades, objeto de mera suspeita por ora, hão de ser apuradas, mas sem possibilidade de gerar a paralisia do programa".

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão ressalta ainda que não parece haver, nas atribuições conferidas ao TCU pela Constituição Federal, autorização para sustar o andamento de uma política pública e tampouco para determinar que ela caminhe segundo a sua compreensão.

Conforme ressalta o texto, não se pretende ignorar eventuais irregularidades ou mesmo crimes na política de reforma agrária, mas assegurar que a apuração ocorra: "provados os fatos, as medidas hão de vir, depois de assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme determina a Constituição Federal e entendimento consolidado

pelo Supremo Tribunal Federal ".

O pedido de descumprimento de preceito fundamental será analisado pelo PGR – a quem cabe ingressar com ações de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Audiência aborda demandas da reforma agrária na Bahia. INCRA, 12/09/2016.

Em continuidade ao processo de diálogo com organizações sociais e sindicais do campo, o presidente do Incra, Leonardo Góes, recebeu, nesta segunda-feira (12), representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Bahia. Na pauta, temas como obtenção de áreas e investimentos em assentamentos no estado.

A audiência aconteceu na sede da autarquia, em Brasília (DF). Também estiveram presentes à reunião o diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos, Luiz Antônio Possas de Carvalho, o coordenador substituto de Obtenção de Terras, Érico Melo Goulart, o coordenador de Infraestrutura, Douglas Souza de Jesus, e o assessor da Presidência do Instituto Jorge Tadeu Jatobá Correia.
Durante o encontro, foi discutida a necessidade de ajustes nos convênios firmados com o Governo da Bahia para a implantação de sistemas de abastecimento de água e de agroindústrias em assentamentos baianos. A realização de vistorias de imóveis rurais e a emissão de Títulos da Dívida Agrária para obtenção de áreas também foram assuntos tratados, assim como o desbloqueio de beneficiários com indícios de irregularidade apontados pelo Tribunal de Contas da União na Bahia.

Góes destacou o compromisso da autarquia de recepcionar as demandas dos movimentos do campo e de construir propostas para atender parte das reivindicações apresentadas. "Apesar do cenário de ajuste orçamentário e financeiro, é importante ouvir essas representações para definirmos prioridades", disse.

Nova reunião será realizada dia 19 de setembro com o objetivo de dar continuidade ao debate.

Acampamento do MST sofre ataque de fazendeiro em Marabá. Site do MST, 12/09/2016.

Segundo os Sem Terra, o ataque desde domingo, é resultado de uma série de pequenas ações que ocorreram durante a semana

Na manhã deste domingo (11), o Acampamento Hugo Chávez organizado pelo MST em Marabá, estado do Pará, sofreu ataque de pistoleiros da fazenda onde está localizado.

Pistoleiros da fazenda colocam fogo ao redor do acampamento, com grande ameaça de pegar fogo nas casas de palha e a comunidade tentou controla-lo, enquanto isso, as roças de macaxeiras foram sapecadas pelo fogo.

Na parte da tarde, um grupo da comunidade tentou entrar em diálogo com pistoleiros da fazenda e foram atacados com tiros. As famílias estiveram sob ameaça de serem atacadas durante a madrugada.

Segundo os Sem Terra, o ataque desde domingo, é resultado de uma série de pequenas ações que ocorreram durante a semana. Relatos confirmam que o fazendeiro tem construído uma cerca ao redor do acampamento para impedir o direito de entrada e saída das famílias acampadas no local. Além disso, sofrem com uma série de intimidações e ameaças. O clima é de tensão e medo, pois o acampamento fica localizado a 14 km da BR 155, onde os ataques comandados pelo empresário Rafael Saldanha ficam invisíveis aos olhos da sociedade.

MST ocupa latifúndio no interior de São Paulo. Site do MST, 12/09/2016.

A Fazenda que fica na Rodovia Ronan Rocha é objeto de ação federal por crime contra a liberdade individual

Na manhã desde domingo (11), cerca de 200 famílias de trabalhadores e trabalhadoras

rurais Sem Terra ocuparam a fazenda Ouro Verde, em Itirapuã, próxima ao município de Franca-SP.

A Fazenda que fica na Rodovia Ronan Rocha, km 1, é objeto de ação federal por crime contra a liberdade individual.

Em 2013, a Polícia Federal e o Ministério Público do Trabalho libertaram 28 trabalhadores da condição análoga à escravidão. Na ocasião, o proprietário, Ademir Andrade de Oliveira, e seu capataz, Miguel Ferreira de Almeida, foram presos.

Para a direção do MST, "a área deve ser expropriada e destinada para a Reforma Agrária, conforme prevê o artigo 243 da Constituição Federal. Assim, exigimos sua destinação imediata para o assentamento das 200 famílias do acampamento Irmã Dorothy, que há quatro anos lutam pelo direito à terra

---

Sem Terra ocupa área da Fíbria no Espírito Santo. Site do MST, 12/09/2016.

A ocupação faz parte da luta pela Reforma Agrária que está paralisada no estado

Na manhã desta segunda-feira (12), cerca de 150 famílias do MST ocuparam uma área de aproximadamente 1.200 ha de posse da empresa Fíbria, localizada no município de Linhares.

A ocupação faz parte da Jornada de luta pela Reforma Agrária que está paralisada no estado. Ao todo são 750 famílias acampadas no Estado do Espírito Santo, além de denunciar os impactos do agronegócio.

De acordo Rodrigo Gonçalves, dirigente do MST, o agronegócio é responsável pela degradação ambiental e envenenamento do solo no estado. Enquanto que o Movimento propõe uma nova forma de matriz produtiva com a democratização da terra.

"Queremos construir nessa área hoje ocupada, alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, contribuindo para a eliminação da fome e da pobreza", afirma.

Os trabalhadores e trabalhadoras do campo também estão em luta em defesa da Democracia, pelo retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e fortalecimento do INCRA.

Movimentos populares protestam contra anúncio de paralisação da política habitacional rural. Lizely Borges. Site do MST, 12/09/2016.

Ministério das Cidades afirma que a meta de unidades disponibilizada em 2016 será de 18 mil, número alcançado em maio deste ano. A meta inicial para o ano era de 35 mil unidades

Movimentos populares do campo manifestaram reprovação ao anúncio do ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB), em reunião realizada no dia 06 de setembro em Brasília-DF, de rebaixamento da meta de disponibilização de moradias para a população do campo. A meta estabelecida para 2016 era, inicialmente, de 35 mil unidades para a população de baixa renda pela faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Na reunião com o Ministério para apresentação das reivindicações dos movimentos campesinos durante a Jornada Nacional das e dos Trabalhadores Rurais, das Águas e Florestas, valendo do argumento de contingenciamento do orçamento público como resposta à crise econômica, o ministro afirmou que a meta passaria a ser de 18 mil unidades.

Este número representa o total de contratos firmados até maio deste ano, antes do afastamento da presidenta destituída Dilma Rousseff (PT). Com este anúncio o ministro afirma, desta forma, que em 2016 não será disponibilizada mais nenhuma moradia à população do campo pela política de habitacional rural. Como os contratos das 18 mil casas estão em tramitação, a proposta do ministro restringe-se a auditar os contratos já firmados para identificar irregularidades.

“Estamos escutando da mesa a impossibilidade de contratação em 2016. Dezoito mil já foram contratadas. Não adianta auditar as 18 mil que já foram contratadas. O problema que estamos denunciando é que em 2016 não haverá contratação”, denuncia o secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Arnaldo Britto.

A fala do ministro contraria a afirmação feita no dia anterior pelo chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), aos movimentos populares. Em audiência com o governo federal, ao ser questionado pelas lideranças dos movimentos sobre a efetivação da meta da faixa 1 do Programa, Eliseu afirmou que as 35 mil unidades estavam asseguradas como meta para 2016.

Déficit habitacional x meta habitacional 2017

Na reunião com Ministério das Cidades Araújo apresentou como meta para 2017 o número de 35 mil unidades rurais para a faixa 1 pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. O número, ainda que seja o dobro da realidade presente para este ano, preocupa os movimentos.

De acordo com o levantamento Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD), o ultimo mapeamento realizado em âmbito nacional, o déficit habitacional no campo era, em 2012, de 741.953 mil domicílios. O mapeamento aponta que cerca de 67% do déficit refere-se a precariedade da habitação – domicílios improvisados ou rústicos, casas ou apartamentos feitos predominantemente de taipa não revestida, palha ou madeira aproveitada.

Para o integrante responsável pelo setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Daniel Vieira, a efetivação do direito à moradia a um reduzido número de trabalhadores com a meta de 2017 reserva ao campesino a permanência da dificuldade de acesso à outras políticas públicas agrárias. “O orçamento sempre foi um problema, escutamos isso há tempos. Não é novo. Para a realidade dos assentamentos da Reforma Agrária, o não acesso à moradia impede o acesso a outras políticas públicas como o crédito. Uma política pública não pode inviabilizar a outra – se ele não acessou moradia, ele não pode acessar o credito. Dobrar o orçamento para o próximo ano não passa nem perto do déficit habitacional no campo”, diz.

O mesmo estudo do PNAD aponta que houve uma redução em 25% do déficit habitacional de 2012 em relação ao ano de 2007. Como o primeiro programa habitacional com ações para o campo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, foi lançado só em 2009 e a faixa 1, que cobre 90% de subsídio do valor do imóvel, representa um baixo número de moradias do Programa, uma das conclusões possíveis é a de que a população rural mais empobrecida tenha, neste período, migrado para a área urbana.

Na avaliação dos movimentos a paralisação ou baixa meta da política habitacional para 2017, aliada à obstrução de políticas públicas agrárias com as medidas adotadas pelo governo de Michel Temer (PMDB), pode intensificar o êxodo rural em curso.“Antes financiaram a casa do boi, do terneiro, mas não tinha condição de fazer um financiamento para nós. A interrupção do Programa ou as baixas metas trazem um grande prejuízo para nós. As pessoas estão indo embora. A casa não é só uma casa, ela fixa as pessoas no meio rural”, pondera Arnaldo. A liderança refere-se ao fato de que anterior à política habitacional rural o governo federal desenvolveu políticas públicas de financiamento para aquisição de animais, como o Crédito Pronaf.

Em março, no lançamento da terceira fase do Programa, a meta inicial era de 500 mil unidades para faixa 1 para o campo e cidade. Esta faixa, a mais demandada pela população rural, é destinada a famílias com renda mensal de valor limite de R$ 1.800,00 e prevê que os beneficiários paguem prestações mensais de até R$ 270, de acordo com a renda, sem juros e durante 10 anos. Com a paralisação de liberação de moradias neste ano e baixa meta para 2017 a moradia rural volta a um lugar de baixo orçamento e prioridade na ação do estado brasileiro.

“Se pegarmos número de moradias para o campo está aquém do que vai para o urbano. Queremos que [o governo] dê relevância para suprir aos poucos o déficit. Se não vamos gastar algumas décadas para suprir este déficit. Temos que ser ousados, respeitando o orçamento, mas possibilidade de estruturação no próximo período”, defende o coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Anderson Amaro.

Retomada do Grupo de Trabalho de Habitação Rural

Outra reivindicação defendida pelos movimentos populares é a retomada do grupo de trabalho de habitação rural, paralisado em abril deste ano. Vinculado ao Ministério das Cidades, o espaço de caráter consultivo é entendido pelos movimentos como canal necessário à participação direta dos sujeitos mais interessados na política para a moradia no campo. Até sua paralisação o GT contava com participação de representantes de movimentos populares, agentes financeiros, Incra e Ministérios das Cidades, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário, este último extinto durante o governo interino de Michel Temer.

Para os movimentos, a eficácia do Programa só foi possível com a contribuição dos movimentos populares – grandes conhecedores das realidades do campo. O coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf), Marcos Rochinski, recorda o reconhecimento do governo federal para a contribuição dos movimentos para a eficácia do Programa para a população rural: “Ontem vocês diziam das qualidades das casas rurais. Quem construiu, deu primeiros passos e ensinou o estado a executar a política habitacional rural foram os movimentos sociais. Temos orgulho de ter construído um programa de habitação rural. A gente preza muito por isso”, diz.

Marcos complementa que a continuidade da eficácia de políticas rurais está necessariamente vinculada à participação dos movimentos e defende a transformação do grupo de trabalho em Conselho permanente, não mais vulneráveis à ações de gestões. “O fato de ter sido ventilado de não mais existência de GT rural, um espaço de relacionamento de entidade rurais, cria um mal-estar muito ruim. O senhor quer efetividade no Programa faça parceria com esse povo – o que de melhor qualidade tem no programa. Quer tornar esse Programa mais exitoso transforme o grupo de trabalho num conselho de habitação rural. Dê ao Programa de habitação o status de habitação e não apêndice que é no MCMV”, complementa.

Os movimentos destacaram que o objeto de debate pelo grupo de trabalho não se limita à construção de casas, mas a estruturação das condições para uma moradia digna, tal como saneamento e cisternas.

Alterações nas Portarias

Outro ponto sensível nas reivindicações dos movimentos é a necessidade de revisão das Portarias 172 e 235, ambas publicadas em 2016, 12 de maio e 09 de junho, respectivamente. A primeira trata da regulamentação do MCMV nesta terceira fase. E a segunda dispõe sobre a habilitação das entidades sem fins lucrativos no desenvolvimento no Programa. Entre diversos pontos a serem revisados pelo Ministério, as lideranças presentes destacam a necessidade de alteração da atribuição dos movimentos populares como fiscalizadores das obras no campo pelo Minha Casa, Minha Vida Entidades.

“Apresentamos propostas de mudanças e não nos foi ouvido. Na obrigação de fiscalizarmos a obra há contradição porque somos executores da obra. Sem falar que

não temos condição técnica para fiscalizar a obra", pondera Arnaldo. Os movimentos defendem que a fiscalização seja feita pelos agentes financeiros.

Outra alteração reivindicada trata das exigências de documentos apresentados por posseiros de terras públicas e privadas. Muitos deles não dispõem dos documentos, o que os excluem como beneficiários do Programa. "A portaria não atende a posseiros. É preciso um parecer favorável da Justiça a quem está 30, 40 anos na terra", completa o coordenador do Movimento Camponês Popular (MCP), Denis Lucas Gonçalves.

Novas agendas

O Ministro comprometeu-se com os movimentos populares a retomar o grupo de trabalho em reunião em outubro e a revisar as portarias para incluir as proposições feitas pelos movimentos. "O objetivo da reunião era o de retomar o diálogo com o Ministério, assim como havíamos feito com o governo anterior. Com exceção da retomado do grupo de trabalho e o debate sobre a alteração das portarias, saímos decepcionados.

No detalhamento da pauta foi desdito o que foi confirmado na reunião com Casa Civil [sobre metas de moradias rurais]. Não tendo efetividade dos compromissos firmados não há outro caminho senão mobilizar", avalia Marcos.

Começa nessa semana em Sergipe, a Feira Estadual da Reforma Agrária. Luiz Fernando. Site do MST, 12/09/2016.

Serão comercializados produtos de 200 assentados e acampamentos de toda a região do estado

Começa nessa segunda-feira (12), a partir das 15h, na praça Fausto Cardoso, em Aracaju, a Feira Estadual da Reforma Agrária do Sergipe.

Organizada pelo MST, a feira - que esse ano tem como tema "Alimentação saudável: um direito de todos" -, tem entre seus principais objetivos o fortalecimento da relação

entre campo e cidade, fazendo com que todos conheçam a produção da Reforma Agrária.

Serão comercializados produtos de 200 assentados e acampamentos de toda a região do estado.

Produção

Um dos grandes diferenciais dos produtos é a forma de produção agroecológica, sem agrotóxicos, possibilitando aos consumidores o acesso à uma alimentação saudável. Durante a feira serão vendidas frutas, verduras, hortaliças, produtos de origem animal, além de um espaço que contará com culinária típica do Sergipe.

Apresentações artísticas e culturais também acontecem durante todo o evento que vai até a próxima quinta-feira (15).

Entre as atrações confirmadas estão a dupla Chico Queiroga e Antônio Rogério, Mosquito e Heitor Mendonça, Vanessa Góis, Lupércio Damasceno, Val Santos e trios pé de serra, além do grupo de Teatro Raízes Nordestinas de Poço Redondo.

A feira também contará com palestras e debates. Entre as temáticas abordadas estão: agroecologia, fitoterapia, produção de mudas, oficinas de reciclagem e plantio de sementes em horta vertical, entre outras.

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão quer retomada da reforma agrária no país. Rodrigo Gomes. Site do MST, 12/09/2016.

Para o órgão, decisão do TCU que suspendeu programa nacionalmente fere a Constituição e pode prejudicar milhões de pessoas que não tiveram o direito de se defender da acusação

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF) solicitou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que questione no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que paralisou a política de reforma agrária no Brasil, em abril deste ano.

Segundo o órgão, o acórdão “impôs severos ônus a 578 mil beneficiários da reforma agrária, suspeitos de irregularidades, ao impedi-los de acessar diversas políticas públicas indispensáveis a uma existência digna no campo. Tudo isso, no entanto, sem que fossem chamados a se explicar”.

Uma auditoria do TCU indicou que haveria políticos, pessoas de alta renda, falecidos e pessoas já beneficiadas no cadastro de beneficiários do programa de reforma agrária. O tribunal cruzou dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e bases de origem pública, como a Receita Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), o Sistema de Controle de Óbitos (Sisibi), o Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged) e a Relação Anual de Informações do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (Rais).

A partir disso, concluiu haver irregularidade em quase um terço do 1,5 milhão de beneficiários da reforma agrária.

No entanto, para a procuradora Deborah Duprat, responsável pelo pedido, “as conclusões preliminares que deram suporte ao acórdão do TCU provêm, apenas e tão-somente, de cruzamentos de dados, sem trabalho de campo e sem interlocução prévia com quaisquer dos supostos beneficiários irregulares”. Ou seja, trata-se de “indícios de irregularidade”, não de conclusão de uma investigação.

O Instituto de Colonização e Reforma Agrária também contestou a metodologia e a interpretação feita pela TCU sobre as regras e programas da reforma agrária. Primeiro, porque o levantamento abrange os 45 anos de atuação do Incra, abarcando todos os governos deste período e não sendo uma situação atual.

Além disso, o instituto explicou que a legislação veda a homologação de beneficiários que sejam servidores públicos ou proprietários de empresas e de cooperativas, mas não impede que o beneficiário regularmente assentado venha a tornar-se servidor público, ser proprietário, quotista ou acionista de empresa ou de cooperativa.

Para a procuradora, a paralisação da reforma agrária sugere que a distribuição da terra no país, “profundamente desigual”, conta com o Estado para manter-se assim. “A reforma agrária, como instrumento, a um só tempo, conformador do direito à moradia e de redução da pobreza e das desigualdades sociais, não pode sofrer descontinuidades.

Ressalte-se que não se pretende ignorar aqui eventuais irregularidades ou mesmo crimes. A apuração deve ocorrer e, provados os fatos, as medidas hão de vir, depois de assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa", conclui Deborah.

Para Joaquim Modesto, coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em São Paulo, a paralisação só tem servido a ampliar as dificuldades dos pequenos agricultores e famílias sem-terra. Isso porque, além da redistribuição de terras, foram paralisados todos os programas de financiamento e apoio técnico aos assentados.

"Essa é uma ação que busca inviabilizar a reforma agrária. Sem esses programas, ainda que tenha terra, o agricultor passa dificuldades imensas. E a produção fica quase impossível de escoar, tem de vender de porta em porta", afirmou Modesto, que espera que a ação da procuradoria prospere.

Jagunços atacam acampamento no Pará. Nieves Rodrigues. Site do MST, 12/09/2016.

Em 2014 a Fazenda Santa Tereza de propriedade do latifundiário Rafael Saldanha, foi ocupada por cerca de 1200 famílias organizadas pelo MST. Desde a primeira semana de ocupação as famílias sofrem com intimidações

Desde o ultima segunda feira (05) o acampamento Hugo Chavéz, em marabá, no Pará, sofre ataques e intimidações por parte dos jagunços da fazenda onde esta localizado. O ápice da violência aconteceu com um incêndio criminoso que cercou todo acampamento, atingindo uma casa e causando a perca total da roça coletiva de três alqueires de mandioca.

Durante as madrugadas têm sido possível escutar tiros e bombas. Segundo dona Tereza, acampada, as noite são de medo e tensão.

"Dia desses quando eu já estava me preparando pra deitar, eu escutei os tiros e as bombas, então eu corria aqui pro meio da praça onde o povo começou a se concentrar. Nós todos amanhecemos aqui, com medo"

Histórico

Em 2014 a Fazenda Santa Tereza de propriedade do latifundiário Rafael Saldanha, foi ocupada por cerca de 1200 famílias organizadas pelo MST. Desde a primeira semana de ocupação as famílias sofrem com intimidações como exibições de jagunços fortemente armados com rifles em cima de caminhonetes. Há relatos também de ameaças diretas ao moradores do assentamento 26 de março, que faz divisa com a área do acampamento Hugo Chavez, para que estes não deem nenhum suporte aos acampados.

Além de latifundiário Rafael Saldanha é proprietário de metade dos empreendimentos econômicos da cidade de Parauapebas, entre eles postos de gasolinas, supermercados e a construtora e incorporadora Nova Carajás.
Em 2006 a família Saldanha foi investigada por envolvimento em sonegação de impostos, concorrência desleal, falsidade ideológica e formação de quadrilha em Montes Claros, Minas Gerais.

Em 2002 o fazendeiro Osvaldo Saldanha foi condenado a pagar indenização para trabalhadores encontrados em situação de escravidão em uma de suas fazendas no município de Parauapebas.

Rafael Saldanha tem fortes alianças politicas, como a de Joaquim Roriz, ex-governador do Distrito Federal, que participou de esquemas de corrupções e lavagem de dinheiro, a amizade foi relatada em um comentário de Junior White, também empresário de Parauapebas, para um site de noticias sobre economia, o que vem a justificar uma das formas de seu sucesso empresarial.

Além disso, o latifundiário faz parte do grupo de fazendeiros que articulou e mandou assassinar duas lideranças do MST, Onalício Araujo Barros (Fusquinha) e Valentin Serra (Doutor), em dia 26 de março de 1998. Até hoje nenhuma ação penal que criminaliza os fazendeiros foi ajuizada.

Saldanha já havia mostrado interesse em negociar a venda da fazenda para o Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (Incra) mas até o momento nenhuma ação foi formalizada. O Incra trata com lentidão o processo da área, bem como as ameaças por parte de Saldanha e sua família.

Na ultima Jornada, as famílias Sem Terra permaneceram 17 dias acampadas no Incra. Em resposta, uma audiência entre representantes do órgão e o Movimento está marcado para essa terá-feira (13).

As famílias também formularam uma denúncia na Delegacia Especializada em Conflitos Agrários e esperam resposta imediata pelos ataques sofridos com a responsabilização do fazendeiro Osvaldo Saldanha e Rafael Saldanha.

Comunidade quilombola afirma resistência política e cultural em Aracati. Thiago Pereira. Site do MST, 13/09/2016.

O evento se configura como um espaço político e cultural para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade

Entre os dias 09 a 11 de setembro, ocorreu a III Festa do Mangue: "Pela Identidade Quilombola Pesqueira e Território Livre", na comunidade Quilombola do Cumbe, em Aracati, estado do Ceará.

Organizada pela Associação de pescadores e pescadores da comunidade e com o apoio de várias organizações como o MST, Movimento de Pescadoras e Pescadores (MPP) e Organização Popular de Aracati (OPA), o evento contou com mais de 300 participantes oriundos tanto do estado do Ceará, quanto do Rio Grande do Norte.

De acordo João do Cumbe, "a festa é um espaço de afirmar a identidade dos pescadores e pecadoras, bem como, as lutas do povo do Cumbe e sua resistência". O evento também se configura como um espaço político e cultural para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade.

Nos últimos anos, a comunidade vem sofrendo grandes conflitos territoriais e ambientais, seguidos de perseguições a militantes locais.

Segundo Cleomar Ribeiro, da coordenação da comunidade, e evento além de celebrar as conquistas divulga a luta e os trabalhos que a comunidade desenvolve. "Vivemos em conflito diário por causa da energia eólica e da criação de camarão que privatiza o território e impedem o acesso à praia e ao rio", salienta.

A festa que durou três teve uma programação recheada de visita e trilhas nas dunas durante o dia e a noite animada por grupos de capoeira e Maculelê da região. Também houve a vivência no mangue com oficinas de mariscagem, pescaria e cata de caranguejo e apresentação teatral da Cia de artes andanças de Fortaleza, com o espetáculo Devoração seguido de forró cultural. O encerramento foi marcado pelo concurso de cata de caranguejo acompanhado de trilhas que possibilitaram conhecer os lugares da memória ancestral do Cumbe.

Atividades culturais movimentam acampamento do MST no Incra em Salvador. Site do MST, 13/09/2016.

O acampamento montado no Incra faz parte da Jornada Nacional de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas

Ainda sem previsão de saída, o acampamento do MST montado durante a ocupação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Salvador, traz o sentimento de luta e resistência diante das negociações e de formação política entorno de diversas atividades de estudo, laser e confraternização.

Uma das primeiras ações com este caráter foi o “Sarau da Reforma Agrária”, realizado nesta última sexta-feira (9), que abordou o tema “Povo preto unido é povo preto forte” e contou com a participação de muitos trabalhadores e trabalhadoras que se inscreveram para contar uma piada, um causo, recitar uma poesia ou cantar uma canção.

No domingo (11) houve uma extensa agenda de atividades. Os jovens realizaram durante a tarde uma assembleia, onde foi anunciado o 4º Encontro Estadual da Juventude Sem Terra da Bahia, previsto para o mês de novembro, e a noite o “Cinema da Terra”. No final, a região recôncavo da Bahia brindou a todos com muito samba de roda, garantindo a integração entre os Sem Terra.

Simbologia

Os espaços foram acompanhados pelas simbologias que forjam a luta do MST, como a lona preta, a foice e o facão, dando um caráter político e indenitário.

A mística foi bastante explorada pela juventude como um instrumento permanente de diálogo e fortalecimento das lutas em defesa da Reforma Agrária Popular. Denunciando as contradições do agronegócio, as relações de dominação presentes na lógica do capital e pautando a construção de uma sociedade igualitária e socialista.

Estas questões estiveram presentes nas atividades e reafirmaram a necessidade da organização, da formação e da luta "como princípios que forjam a construção de uma sociedade diferente".

De acordo com Karla Oliveira, do coletivo de juventude do MST, diversos desafios estão apontados dentro e fora do Movimento sobre o atual cenário político brasileiro e, mais uma vez, muitas questões estão colocadas em torno do enfrentamento direto as forças reacionárias e os retrocessos políticos.

"Não podemos esquecer que falar de cultura é fazer política e que fazer política também é falar de cultura. Precisamos explorar nossa arte popular para fortalecer internamente a nossa organização e utiliza-la como ferramenta de diálogo social", explica Oliveira.

Já Elizabeth Rocha, da direção nacional do Movimento, acredita que a juventude assumiu esta tarefa dentro da organização no estado e vem apontando diversos avanços neste sentido. "Nossa luta e a nossa construção política é uma tarefa permanente. Nossos jovens estão ocupando muitos espaços de enfrentamento direto e o desafio da organização está colocado na ordem do dia".

Jornada de lutas

O acampamento montado no Incra faz parte da Jornada Nacional de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos populares, sindicais e pastorais que atuam no campo brasileiro.

Na Bahia, a questão agrária é central, assim como, a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição agroecológicas. Porém, o estado possui uma pauta com um acúmulo de passivos que até então não foram negociados. Para o Movimento as reivindicações estão completamente travadas, sendo necessário a presença do presidente nacional para dá os devidos encaminhamentos.

Ato Público em defesa dos direitos dos trabalhadores(as). CONTAG, 13/09/2016.

Durante toda esta terça-feira(13 de setembro), mais de 800 trabalhadores(as) do Mato Grosso do Sul, realizaram grande Ato Público na sede do INCRA em Campo Grande.

Na pauta de reivindicação apresentada pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS) e pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul (FETTAR), estavam:

* Desbloqueio do SIPRA que está impedindo os assentados a terem acesso a créditos, emissão de DAP, venda de produtos para o PNAE e PAA, Habitação Rural e a outras políticas públicas. Além disso, esse bloqueio está impedindo o cadastramento de novas famílias para o Programa de Reforma Agrária;

* Vistoria imediata das áreas indicadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, pelos Movimentos Sociais e pelas Centrais Sindicais para fins de reforma agrária, tendo em vista que nos últimos cinco anos o INCRA-MS instalou apenas o Assentamento Nazareth, que ainda não possui a infraestrutura básica. No Estado há mais de 21.000 famílias acampadas na luta pela terra, sendo que muitas delas se encontram cadastradas há mais de dez anos e muitas outras ainda não foram cadastradas;

*Extinção da Lista Única que trará prejuízos às famílias representadas por cada movimento, devido a área que um movimento específico está lutando por ela correr o risco de ser destinada a famílias de outros movimentos que não estão envolvidas nessa área pelo simples fato de terem sido cadastradas primeiro;

*Cadastramento das famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas e ainda não foram cadastradas;

*Fornecimento de cestas de alimentos às famílias acampadas que se encontram na luta pela terra;

* Retomada da contratação de assistência técnica, uma vez que sua suspensão está inviabilizando o desenvolvimento dos assentamentos, para elaboração de novos projetos e conclusão dos projetos que se encontram em andamento;

*Liberação dos créditos de apoio e do PRONAF, uma vez que os assentamentos criados a partir de 2008 ainda não receberam nem o crédito inicial;

*Manutenção e retomada imediata do Programa Nacional de Habitação Rural, tendo em vista que milhares de famílias não foram contempladas por esse programa.

PRAZO

De acordo com as Direções das Federações, a partir do Ato, o INCRA terá o prazo de 10 dias para apresentar resposta à pauta. Caso não sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do MS, será formulada uma nova agenda de luta.

Incra usa sensoriamento remoto para qualificar obtenção de terras para reforma agrária. INCRA, 13/09/2016.

O sensoriamento remoto de imóveis rurais está sendo aplicado pelo Incra para tornar mais eficiente a obtenção de terras para reforma agrária. O uso deste recurso foi testado por grupo de trabalho criado pela autarquia com o objetivo de identificar áreas com potencial para assentamento de famílias a partir do emprego de dados cadastrais e cartográficos, técnicas de geoprocessamento, imagens de satélite de alta resolução e outras fontes de informações georreferenciadas.

O Grupo de Estudos de Inteligência Territorial (GEIT) foi instituído em março deste ano para definir instrumentos que auxiliem o planejamento e a execução de ações nas áreas de ordenamento fundiário e reforma agrária. GEIT é composto por servidores da sede e das superintendências regionais e os trabalhos são coordenados pelas diretorias

de Ordenamento da Estrutura Fundiária e de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Segundo o coordenador geral de Cartografia do Incra, Cláudio Roberto Siqueira da Silva, o GEIT já utilizou o sensoreamento remoto para realizar vistorias prévias de imóveis rurais com o objetivo de identificar áreas com potencial para criação de assentamentos. “A iniciativa torna mais eficiente o processo de seleção de terras, já que há estudo prévio para verificar as áreas aptas, que posteriormente serão vistoriadas em campo. A autarquia passa a atuar com mais precisão, otimizando recursos financeiros e humanos no processo de obtenção”, afirma.

O engenheiro agrônomo Emerson Schmidt explica que o estudo piloto para verificar a aplicação do sensoriamento remoto na obtenção de imóveis rurais foi realizado nos estados de Mato Grosso, São Paulo e Tocantins, com a colaboração do consultor Wilson Silva Júnior. Com base nos resultados obtidos, a Presidência do Incra autorizou a criação do GEIT para avaliar e difundir o uso da técnica nas ações do Instituto. “As informações obtidas foram importantes para avaliar o potencial de cada imóvel. O uso de geoprocessamento qualificou o trabalho de análise que a autarquia necessita para obter terras e garantiu um salto de qualidade com o uso de informações georreferenciadas e imagens em alta resolução”, afirma.

Potencial

A partir do dia 19 de setembro de 2016, o GEIT reúne-se com servidores de algumas superintendências regionais, em Brasília (DF), para realizar o estudo de mais imóveis rurais, cujas análises vão subsidiar a obtenção de terras para reforma agrária. A intenção é produzir estudos com a identificação de áreas com maior potencial nos estados para aprimorar o trabalho de vistoria de áreas.

De acordo com o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Rogério Papalardo Arantes, o uso de sensoriamento e outras tecnologias qualifica o trabalho da autarquia e é importante para a gestão territorial. Ele destaca o potencial desse recurso para o desenvolvimento de outras ações, como: fiscalização cadastral e regularização fundiária de imóveis rurais, gestão ambiental e monitoramento de assentamentos com

precisão, agilidade e qualidade. “A iniciativa potencializa recursos humanos e financeiros e torna mais eficiente o processo de seleção e vistoria”, diz Arantes.

Inteligência territorial

O uso de tecnologias de sensoriamento remoto é uma aposta da instituição para execução de suas ações. Neste sentido, o Incra firmou cooperação técnica com a Embrapa Monitoramento por Satélite para capacitação de servidores em métodos e procedimentos de inteligência e gestão territorial estratégica aplicados à área agrária.

Também a autarquia formalizou junto à Universidade de Brasília (UnB) uma parceria visando a capacitação de servidores do Incra para o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT), bem como o processamento das imagens obtidas e aderiu a ata de registro de preço para aquisição de imagens de satélite de alta resolução para uso nos trabalhos de gestão territorial.

Incra disponibiliza na internet dados da reforma agrária. INCRA, 13/09/2016.

Dados gerais sobre os assentamentos no Brasil e em cada unidade da federação podem ser consultados por qualquer pessoa com acesso à internet. Desde o fim de agosto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) atualizou a página eletrônica intitulada Painel dos Assentamentos com informações sobre a reforma agrária no país e em cada superintendência regional da autarquia.

Quem acessar a página eletrônica pode consultar informações como: área, número de assentados, tipos de projetos da reforma agrária, município e estado de localização. O Painel dos Assentamentos é uma ferramenta de pesquisa e de busca de informações de iniciativa da Diretoria de Gestão Estratégica do Incra por meio da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão. Toda solicitação de dados pelos interessados pode ser salva em relatórios com formato PDF ou em planilhas eletrônicas nos formatos “.xls e .ods” (Microsoft Office e LibreOffice).

De acordo com o diretor de Gestão Estratégica do Incra, Juarez Delfino da Silveira, a ferramenta possibilita que pesquisadores, cidadãos e interessados no tema da reforma

agrária possam consultar dados oficiais diretamente, sem intermediários, garantindo transparência à informação.

Silveira ressalta ainda que, além de ser uma importante ferramenta de acompanhamento e controle por parte da sociedade, o Painel dos Assentamentos pode servir como fonte primária de pesquisa e de informações para o planejamento de ações do setor público.

Os órgãos de controle externo do executivo, do legislativo e do judiciário - nas esferas federal, estadual e municipal - podem averiguar informações sobre a política agrária efetuada pelo Incra nacionalmente ou em uma das suas 30 superintendências regionais.

Incra nos Estados

Desde o início de setembro, os dados do Painel dos Assentamentos também estão interligados às páginas regionais do Incra. Com a integração é possível acessar informações específicas sobre a reforma agrária em cada uma das 30 regionais da autarquia.

Buscando atender aos princípios da publicidade e da lei de acesso à informação, as páginas regionais contam também com endereços das unidades, telefones de contato, editais e outros documentos das superintendências. No final de cada página, há quadro com dados da Reforma Agrária no estado, extraídos diretamente do Painel dos Assentamentos, o que permite a cidadãos, comunicadores e pesquisadores em geral, acesso rápido e direto às informações da política.

Incra solicita atuar como amicus curiae no STF para manter legislação ambiental de assentamentos. INCRA, 14/09/2016.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio de sua Procuradoria Federal Especializada (PFE/Incra), solicitou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), participar como *amicus curiae*em defesa da atual legislação ambiental para assentamentos da Reforma Agrária.

A petição ao Supremo foi feita em 1º de setembro último e visa defender o rito já consolidado por lei para a regularização ambiental em áreas destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A solicitação de atuar como *amicus curiae* tem

como objetivo prestar esclarecimento sobre o assunto ao qual o Incra possui conhecimento de causa e esclarecer à Corte Suprema as diferenças entre o impacto ambiental para atividades de agricultura familiar e agricultura comercial.

A PFE/Incra defende o argumento de que as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares são classificadas como de baixo impacto ambiental e, portanto, estão dispensadas do licenciamento ambiental - uma vez que os Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos, estabelecidos pelo Incra no momento de implantação dos assentamentos, devem obedecer ao Código Florestal.

A defesa da atual legislação pelo Incra busca questionar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.547, movida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que solicita a alteração dos ritos do licenciamento ambiental voltado para criação de assentamentos da reforma agrária, que, segundo os autores, "violam o ordenamento constitucional ambiental e o dever da União e dos demais entes federados de proteção do ambiente e de preservar o ambiente para as presentes e futuras gerações".

O Incra se contrapõe a este entendimento, alegando que a Resolução nº 458, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), está em conformidade com o novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). De acordo com a autarquia agrária federal a resolução estabelece condições prévias para a implantação do assentamento sem impedir que sejam feitos licenciamentos junto às famílias assentadas

Eficiência

A participação do Incra visa demonstrar que a Resolução nº 458/2013 não representa um risco à tutela do meio ambiente. De acordo com a petição, "não há qualquer menção a prejuízos ambientais concretos ocorridos em virtude da norma impugnada, que está em vigor há mais de três anos e, em verdade, dotou de maior eficiência e efetividade o licenciamento de atividades desenvolvidas em assentamentos rurais".

Na solicitação para atuar como amicus curiae no processo a PFE/Incra defende que o atual licenciamento ambiental não exclui a possibilidade "caso os agricultores assentados decidam cultivar espécies exóticas, implantar empreendimentos

agroindustriais ou realizar qualquer atividade potencialmente causadora de degradação ambiental, tais atividades deverão ser licenciadas, como ordinariamente se faz nas atividades agropecuárias" e possíveis consequências.

Histórico

Com participação ativa na resolução 458/13 do Conama, o Incra defende a atual legislação em face à evolução normativa à antiga resolução 237, de 1997, que equiparava o uso da terra por famílias assentadas no mesmo rol de "atividades" ou "empreendimentos" da agricultura familiar.

O entendimento do Instituto é o de que o procedimento previsto anteriormente continha premissas equivocadas em relação à Política de Reforma Agrária e às próprias finalidades do licenciamento ambiental, enquanto instrumento da política ambiental. Por tal motivo, "redundava na ineficiência do instrumento e também em graves prejuízos à implantação dos assentamentos, gerando insegurança jurídica e morosidade na atuação da autarquia", considera.

A autarquia agrária defende que as atividades de assentados em lotes da reforma agrária não se enquadram em tais categorias, uma vez que o projeto de assentamento apenas dá origem a distintas unidades de exploração familiar, as quais constituem empreendimentos familiares específicos.

"Amigo da Corte"

Amicus curiae - expressão latina que significa "amigo da corte" ou "amigo do tribunal" -, é a pessoa ou entidade que vem auxiliar o tribunal, provocada ou voluntariamente, oferecendo esclarecimentos sobre questões essenciais ao processo. Deve demonstrar interesse na causa, em virtude da relevância da matéria e de sua representatividade quanto à questão discutida, requerendo ao tribunal permissão para ingressar no feito.

MST comercializa mais de 400 toneladas de alimentos durante Feira em Maceió. Gustavo Marinho. Site do MST, 14/09/2016.

Todos os dias, compondo a programação oficial da Feira, rodas de conversa sobre agroecologia, educação e saúde popular, práticas integrativas de saúde e o Festival de Cultura Popular, traziam uma diversidade de atrações.

Mais de 400 toneladas de alimentos foram comercializados durante a 17ª Feira da Reforma Agrária, realizada pelo MST na capital alagoana. A Feira aconteceu do dia 6 ao dia 9/09 e reuniu 150 trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra de todo o estado, que ocuparam a Praça da Faculdade, no bairro do Prado, com uma variedade de produtos vindos dos acampamentos e assentamentos de todas as regiões de Alagoas.

“Trouxemos para a capital o papel e a importância da Reforma Agrária, traduzida na produção de alimentos saudáveis para encher de fartura e saúde a mesa do povo alagoano”, destacou Débora Nunes, da coordenação nacional do MST.

Abóbora, banana, macaxeira, inhame, batata, ... De tudo era possível encontrar nas barracas onde, com orgulho, os feirantes apresentavam os alimentos como frutos da luta pela terra.

De acordo com Débora, além da característica presente na Feira da comercialização de alimentos produzidos agroecologicamente, sem o uso de veneno, os produtos eram vendidos a preço justo. “Com a compra diretamente das mãos de quem produz, eliminando a figura do atravessador, o consumidor tem a possibilidade de ter o alimento por um preço abaixo da média do mercado”, disse Nunes. “A Feira não pode ser um espaço de especulação ou de revenda através de atravessadores, a Feira é o espaço de comercialização restrito de quem faz a produção”.

A Feira que já é realizada há 17 anos em Maceió, além de levar a variedade dos alimentos produzidos nas áreas de Reforma Agrária de Alagoas, também ocupa a capital do estado com as mais diversas dimensões da vida do homem e da mulher no campo. Seja através da música, da troca de experiências no manejo e cuidado com a terra, no artesanato ou na culinária, os dias em que os Sem Terra realizam coletivamente a Feira da Reforma Agrária contagiam o coração da cidade em uma verdadeira celebração dos que querem construir para a vida no campo e também na cidade.

“Quando trazemos as diversas dimensões do que é a vida no campo em nossas Feiras, mesmo que ainda tenham muitos desafios a serem superados, é para que as pessoas

tenham a possibilidade de refazer a leitura que os grandes meios de comunicação fazem sobre os camponeses e camponesas", ressaltou Débora, que também compõe o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento.

Todos os dias, compondo a programação oficial da Feira, rodas de conversa sobre agroecologia, educação e saúde popular, práticas integrativas de saúde e o Festival de Cultura Popular, traziam uma diversidade de temas, debates e trocas de experiência que fortaleciam os espaços da Feira como uma grande expressão da aliança campo e cidade em suas mais diferentes expressões.

"Tudo que materializamos nos dias de realização da Feira da Reforma Agrária, é uma convocação para toda a sociedade compreender a necessidade e importância de realizar-se a Reforma Agrária", comentou Nunes. "Papel da Reforma Agrária inclusive no intuito de resolver os problemas estruturais que afetam diretamente quem está na cidade, como o inchaço decorrente do êxodo rural, o desemprego, as desigualdades sociais e os problemas de infraestrutura geral das cidades.", concluiu.

Sem Terra desocupam o Incra após resposta positiva das negociações. Site do MST, 14/09/2016.

A pauta estadual do MST dialogou diretamente com as demandas nacionais apontadas a partir da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

Após reunião em Brasília, realizada nesta última segunda-feira (12), com o presidente nacional do Incra, Leonardo Góes, e com representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrária (SDR), da Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), na terça-feira (13), o MST decidiu desocupar a área externa do Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (Incra) na manhã desta quarta-feira (14).

Foram dez dias de mobilização desde a última segunda-feira (5) quando cerca de 1,5 mil trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra ocuparam o órgão, em Salvador, cobrando agilidade em uma pauta de reivindicação que possui um grande acúmulo de passivos e em denúncia ao governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB).

A pauta estadual do MST dialogou diretamente com as demandas nacionais apontadas a partir da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por movimentos populares, sindicais e pastorais que atuam no campo brasileiro.

A questão agrária é a pauta principal da jornada, que tem entre as suas reivindicações o assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o país, a revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros, a defesa da produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição à agroecologia.

Na Bahia, estas pautas tomaram um caráter emergencial e dentre os diversos pontos, o MST solicitou uma solução acerca dos conflitos nas áreas localizadas nos perímetros irrigados e de celulose no estado. Além disso, denunciaram os conflitos e liminares de despejo emitidas pelo judiciário no decorrer deste ano.

Conquistas

Nacionalmente, as reivindicações foram negociadas e trouxe frutos as famílias assentadas e acampadas no estado, como a possibilidade de recriação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a retomada das vistorias nas áreas dadas como improdutivas pelo Movimento e do acesso às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social das famílias assentadas que estavam travadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que enquadrou como irregulares 578 mil beneficiários em todas as regiões país.

Esta ação superou as atribuições constitucionais e determinou a paralisação completa do Programa Nacional de Reforma Agrária, diante de uma metodologia questionável, que não contempla uma pesquisa sobre a realidade do campo brasileiro.

De maneira pontual, as principais conquistas estão no destravamento dos processos de vistorias e nas áreas que estão ajuizadas. Foi anunciado também, que ainda este ano, será efetivado a emissão de posse da área Serra Azul, Curitiba – em Iramaia- e outra no município de Brejolândia.

Além disso, as áreas que estão ameaçadas de despejo, como as de celulose e dos perímetros irrigados, foram suspensas. Garantindo assim a continuidade da luta em defesa da produção de alimentos saudáveis e das políticas agrárias no estado.

Uma demanda que recorre há alguns anos de lutas é a construção de escolas nos assentamentos do MST no estado. Foram dez escolas solicitadas, mais algumas quadras poliesportivas e calçamento. Essas questões precisam ser negociadas junto às prefeituras municipais, porém os entraves burocráticos e políticos persistem.

Pensando nisto, Evanildo Costa, da direção nacional do MST, durante assembleia afirmou que "ninguém vai calar a boca dos Sem Terra" e destacou que "a maior conquista obtida foi a capacidade de luta, a coragem de resistir a chuva e resistir o sol".

Costa disse também, que o maior desafio é nas nossas regiões aumentar o processo de formação política das famílias assentadas e acampadas para qualificar a análise entorno da realidade, “para não sermos manipulados ideologicamente por esta mídia golpista e fascista que está aí”.

Entendendo que a continuidade das lutas é ponto fundamental para o avanço de novas conquistas, ele conclui destacando que “enquanto houver terra sem gente e gente sem terra estaremos em luta”.

Quilombolas de Caetés conquistam novas moradias. CONTAG, 14/09/2016.

Em um ato organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Caetés, localizado no Agreste Meridional, em parceria com a Fetape, 26 famílias quilombolas do assentamento Atoleiro receberam as chaves de suas novas moradias do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), nesta terça-feira (13).

Segundo a presidente do STTR, Edvane Bezerra Araújo, as famílias viviam em casas precárias, mas agora já podem morar dignamente. “Estamos muito felizes. Foi uma vitória não só dos quilombolas, mas de todos nós. Isso é mais um fruto de nossas lutas. Quando nos organizamos, conseguimos realizar conquistas importantes”, comemora.

A cerimônia de entrega das casas contou com a presença do presidente da Contag, Alberto Broch, do presidente da Fetape, Doriel Barros, do diretor de Administração e Finanças da Contag, Aristides Santos, e do presidente da CUT, Carlos Veras.

“Isso é uma demonstração de que as políticas elaboradas pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma chegam, de fato, àquelas pessoas mais necessitadas. Ver essas famílias receberem as casas é algo que nos deixa bastante felizes. Acreditamos que somente com gestores públicos comprometidos com seu povo é possível transformar a nossa sociedade”, afirma o presidente da Fetape, Doriel Barros.

A ação é realizada pelo STTR de Caetés, em parceria com a Bemorar, empresa responsável pela construção das casas, e integra um convênio estabelecido entre a Contag, a Fetape e o Governo Federal, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, do qual o PNHR faz parte.

MST realiza o 18º Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária na Bahia. Site do MST, 15/09/2016.

Além das exposições em plenária, serão realizadas rodas de conversas para debater de maneira mais ampla os desafios e planejar ações.

Com o lema “Educação do Campo: por uma escola agroecológica e da classe trabalhadora”, mais de 350 profissionais da educação que atuam em áreas de assentamento e acampamento estão sendo esperados para o 18º Encontro Estadual de Educadores e Educadoras do MST, que começa nesta quinta-feira (15) e se estende até o sábado (17).

O encontro acontecerá no Centro de Treinamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) e contará com uma programação repleta de discussões sobre o atual cenário político e como isso influência diretamente nas políticas de educação, com ênfase no projeto da “Escola Sem Partido” e na paralisação da Reforma Agrária.

Outra questão que merece destaque serão os debates feitos acerca da produção agroecológica. Para isso, os educadores pretendem apresentar as diversas experiências em torno da temática e a sua inserção no currículo escolar em alguns municípios do estado.

Além das exposições em plenária, serão realizadas rodas de conversas para debater de maneira mais ampla os desafios e planejar ações que podem fazer a diferença na construção de um processo metodológico a partir das frentes que atuam no campo.

Empossado novo superintendente do Incra/BA. INCRA, 15/09/2016.

O novo superintendente regional do Incra na Bahia, Hélder Almeida, tomou posse na tarde desta quinta-feira (15), na sede do órgão, em Salvador. Ele já entra em exercício de suas atividades de imediato.

Almeida ressalta que sua gestão será marcada pelos princípios da verdade, transparência, diálogo e justiça nas decisões. Destaca que priorizará a criação de assentamentos e ações desenvolvimentistas, como a promoção da assistência técnica, concessão de créditos e infraestrutura.

"Promoveremos as oportunidades para geração de renda das famílias com objetivo garantir a titulação dos assentamentos", frisa. Almeida salienta a necessidade de manter projetos como o de implantação de agroindústrias e de sistemas de abastecimento de água.

O novo gestor contou que manterá o diálogo com o governo do estado e prefeituras, objetivando a garantia de benefícios para os agricultores da reforma agrária.

Histórico

Servidor de carreira do governo do estado e administrador, Almeida tem ampla experiência em gestão pública. Já foi superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e diretor financeiro do Centro de Recursos Ambientais, atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), do governo baiano.

Suas atuações passaram pelas prefeituras de Salvador e de Camaçari (na Região Metropolitana). Em Camaçari, comandou as secretarias de Obras e da Fazenda e assumiu a prefeitura por dois anos, quando foi vice-prefeito, 2002.

Incra estabelece cronograma para implantar assentamento sustentável em Macaé (RJ). INCRA, 15/09/2016.

O superintendente regional do Incra no Rio de Janeiro, Carlos Castilho, participou nesta terça-feira (13) da reunião do conselho gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, realizada no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé, região Norte do estado. Na ocasião, ele apresentou a portaria que oficializa a criação do conselho gestor e falou sobre as propostas de ações que serão realizadas pelo Incra no assentamento.

Instância deliberativa responsável por acompanhar a implantação, o desenvolvimento e a emancipação do PDS, o conselho gestor é formado por instituições que participaram, desde o início, da criação deste que foi o primeiro assentamento do estado concebido na modalidade ambientalmente diferenciada.

Integram o conselho, além do Incra, as secretarias municipais de Ambiente e de Agroeconomia de Macaé, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Organização Representativa dos Assentados do PDS Osvaldo de Oliveira, a escola Estadual Bernardo Marin Gomes, a Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Fértil (Coopaterra), o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, o Movimento dos Sem Terra do Rio de Janeiro (MST), as universidades federais Fluminense (UFF), do Rio de Janeiro (UFRJ) e Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Embrapa Agrobiologia.

Trabalho de campo

Até o final de outubro, o Incra irá concluir os trabalhos de campo necessários para a implantação do PDS. As atividades incluem a elaboração de um plano de exploração anual e de um programa produtivo para o PDS, o estudo de solos para definir a capacidade de uso e o zoneamento ambiental do assentamento, o desenvolvimento de um programa de formação e capacitação diferenciado com ênfase na questão ambiental para as famílias assentadas e a elaboração de um programa de monitoramento e fiscalização ambiental do PDS.

O Incra também pretende concluir, até a primeira quinzena de dezembro, a elaboração do Plano de Utilização (PU) do assentamento. O PU é um instrumento legal definidor das regras de convivência e de uso dos recursos naturais dentro do assentamento. Ele é elaborado de forma participativa nas comunidades, a partir de assembleias com as

famílias, e funciona de modo semelhante às regras de um condomínio, definindo, inclusive, sanções para famílias que não cumpram as regras estabelecidas.

Histórico

Com esse cronograma, o Incra/RJ cumpre com folga o prazo estipulado pela Vara Federal da Justiça em Macaé para realização dos trabalhos de implantação do assentamento. As ações administrativas do Incra no PDS Osvaldo de Oliveira haviam sido paralisadas por força de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, que apontava preocupação quanto à criação de um assentamento na área da antiga fazenda Bom Jardim, em função da relevância ambiental do local, com vasta cobertura da Mata Atlântica. A decisão judicial que reconheceu a validade dos atos do Incra e estipulou prazos para a conclusão dos trabalhos foi publicada em dezembro de 2015.

Atualmente, 42 famílias vivem no PDS Osvaldo de Oliveira e realizam uma produção totalmente sustentável, sem nenhum tipo de agrotóxico. Eles assinaram em agosto um contrato com a prefeitura de Macaé para fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Serão fornecidos mensalmente alimentos como batata doce, abóbora, quiabo e aipim.

Incra estabelece cronograma para implantar assentamento sustentável em Macaé (RJ). INCRA, 15/09/2016.

O superintendente regional do Incra no Rio de Janeiro, Carlos Castilho, participou nesta terça-feira (13) da reunião do conselho gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, realizada no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé, região Norte do estado. Na ocasião, ele apresentou a portaria que oficializa a criação do conselho gestor e falou sobre as propostas de ações que serão realizadas pelo Incra no assentamento.

Instância deliberativa responsável por acompanhar a implantação, o desenvolvimento e a emancipação do PDS, o conselho gestor é formado por instituições que participaram,

desde o início, da criação deste que foi o primeiro assentamento do estado concebido na modalidade ambientalmente diferenciada.

Integram o conselho, além do Incra, as secretarias municipais de Ambiente e de Agroeconomia de Macaé, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Organização Representativa dos Assentados do PDS Osvaldo de Oliveira, a escola Estadual Bernardo Marin Gomes, a Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Fértil (Coopaterra), o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, o Movimento dos Sem Terra do Rio de Janeiro (MST), as universidades federais Fluminense (UFF), do Rio de Janeiro (UFRJ) e Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Embrapa Agrobiologia.

Trabalho de campo

Até o final de outubro, o Incra irá concluir os trabalhos de campo necessários para a implantação do PDS. As atividades incluem a elaboração de um plano de exploração anual e de um programa produtivo para o PDS, o estudo de solos para definir a capacidade de uso e o zoneamento ambiental do assentamento, o desenvolvimento de um programa de formação e capacitação diferenciado com ênfase na questão ambiental para as famílias assentadas e a elaboração de um programa de monitoramento e fiscalização ambiental do PDS.

O Incra também pretende concluir, até a primeira quinzena de dezembro, a elaboração do Plano de Utilização (PU) do assentamento. O PU é um instrumento legal definidor das regras de convivência e de uso dos recursos naturais dentro do assentamento. Ele é elaborado de forma participativa nas comunidades, a partir de assembleias com as famílias, e funciona de modo semelhante às regras de um condomínio, definindo, inclusive, sanções para famílias que não cumpram as regras estabelecidas.

Histórico

Com esse cronograma, o Incra/RJ cumpre com folga o prazo estipulado pela Vara Federal da Justiça em Macaé para realização dos trabalhos de implantação do assentamento. As ações administrativas do Incra no PDS Osvaldo de Oliveira haviam sido paralisadas por força de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, que apontava preocupação quanto à criação de um assentamento na área da antiga fazenda Bom Jardim, em função da relevância ambiental do local, com vasta

cobertura da Mata Atlântica. A decisão judicial que reconheceu a validade dos atos do Incra e estipulou prazos para a conclusão dos trabalhos foi publicada em dezembro de 2015.

Atualmente, 42 famílias vivem no PDS Osvaldo de Oliveira e realizam uma produção totalmente sustentável, sem nenhum tipo de agrotóxico. Eles assinaram em agosto um contrato com a prefeitura de Macaé para fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Serão fornecidos mensalmente alimentos como batata doce, abóbora, quiabo e aipim.

Incra apresenta estratégia para solução de conflitos agrários ao governador de Rondônia. INCRA, 16/09/2016.

A Superintendência Regional do Incra/RO apresentou para o governador de Rondônia, Confúcio Moura, na manhã de quarta-feira (14), o Plano para Superação dos Conflitos Agrários no Estado. A ideia central do plano é alcançar o objetivo por meio da integração de ações dos governos Federal e Estadual para a obtenção de terras públicas no estado, implantação de projetos de assentamentos e inclusão social da população a ser atendida.

O estado conta atualmente com 106 áreas em situação de disputa, situadas em 23 municípios, com 8.759 famílias acampadas, sendo 25% enquadradas em alto grau de risco de conflitos graves. Do total de imóveis ocupados, 75% dependem de ação direta do programa Terra Legal para futura destinação à reforma agrária, e 25% demandam atuação do Incra.

Na estratégia apresentada pelo Incra foram propostas duas formas de atuação para a solução dos conflitos: destinação de imóveis rurais para a reforma agrária e titulação definitiva em projetos de assentamentos. As ações envolvem vistorias, arrecadação de áreas, indenizações e titulação.

O trabalho seria priorizado em dez fazendas, selecionadas segundo critérios como: grave conflito instalado ou iminente e nível avançado de andamento e instrução processual na Superintendência do Incra/RO. Essas áreas totalizam 25,5 mil hectares, que atenderão a 1.083 famílias. O custo seria de aproximadamente R$ 25 milhões com a indenização das benfeitorias úteis e necessárias a serem pagos em moeda corrente e R$ 79 milhões com a indenização da terra nua, pagos por meio Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Na titulação em assentamentos a demanda total é de 34.121 títulos definitivos. A Superintendência do Incra/RO estabeleceu a meta para 2016/2017 de emissão de dez mil títulos em projetos de assentamentos do estado.

De acordo com o superintendente do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito, a interveniência do governador na questão é fundamental - tanto no aspecto técnico, quanto no político. “Hoje temos uma importante parceria com o Governo do Estado no georreferenciamento nos lotes rurais dos assentamentos que possibilitam a titulação e também na construção e recuperação das estradas vicinais. Precisamos agora de sua intervenção junto ao Governo Federal para o aporte dos recursos orçamentários e financeiros e uma solução ao programa Terra Legal para concretizarmos as ações”, esclareceu o superintendente.

Após receber as informações detalhadas de cada área, o governador Confúcio Moura firmou o compromisso de buscar uma agenda junto ao presidente da República, Michel Temer, ainda no mês de setembro, para encaminhar o pleito em seus aspectos financeiros e administrativos e dar início a uma solução definitiva à questão da violência no campo em Rondônia.

Incra discute mecanismos para assegurar políticas públicas a comunidades quilombolas. INCRA, 19/09/2016.

A promoção do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas voltadas a beneficiários da reforma agrária foi tema de reunião ocorrida na sede do Incra, em

Brasília (DF), dia 14 de setembro. Na ocasião, diretores e técnicos da autarquia discutiram mecanismos que avancem nesse sentido.

A ampliação das políticas de desenvolvimento de assentamentos tradicionais às comunidades quilombolas está em consonância com a Portaria nº 175, do Incra, publicada em abril deste ano. O ato normativo reconhece os remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e prevê que possam acessar o Crédito Instalação do Incra, créditos do grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), receber ações nas áreas da educação e assistência técnica, e programas voltados à produção, como o Terra Sol.

Os diretores de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, Ewerton Giovanni dos Santos, de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Arantes, a coordenadora geral de Regularização de Territórios Quilombolas, Isabelle Picelli, entre outros técnicos das duas diretorias reforçaram a necessidade de adequar normas para possibilitar essa atuação mais abrangente do Instituto.

Santos ressaltou a importância das diretorias convergirem em públicos antes distintos e agora igualitários no acesso a políticas de desenvolvimento dessas áreas. “Com esse entendimento mais forte entre as diretorias, podemos reunir esforços para assegurar a chegada das políticas para as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos e também confirmar que a Diretoria de Desenvolvimento segue na mesma direção que a política quilombola, de forma a desenvolver assentamentos, mas também comunidades quilombolas”, afirmou.

Já o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Arantes, destacou um novo momento para os quilombolas após “o esforço grande do Incra em momentos anteriores, de focar as ações na garantia do acesso à terra”.

Novos encontros serão realizados para debater adequações nos atos normativos do Incra visando assegurar o cadastro, a seleção e a inclusão de famílias quilombolas em políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Mais de 50 toneladas de produtos da Reforma Agrária foram comercializadas em Sergipe. Luiz Fernando. Site do MST, 19/09/2016.

Cerca de 200 agricultores levaram a capital sergipana uma grande diversidade de produtos que foram comercializados durante os quatro dias de feira

Na última quinta-feira (15), terminou a 4° Feira Estadual da Reforma Agrária de Sergipe. O evento que ocorria desde o dia 12 de setembro na cidade de Aracaju, comercializou mais de 50 toneladas de produtos da Reforma Agrária.

Cerca de 200 agricultores levaram a capital sergipana uma grande diversidade de produtos que foram comercializados durante os quatro dias de feira. Entre eles, hortaliças, frutas, macaxeira, Inhame, fava, tapioca, óleo de coco, artesanatos e produtos beneficiados, além de uma grande variedade de produção oriunda de grupos organizados em agroindústrias e cooperativas.

Para Gileno Damasceno, da Direção Nacional do MST, a feira teve também o objetivo de "debater com a população de Aracaju o papel da soberania alimentar, da produção de alimentos saudáveis e mostrar a urgência da Reforma Agrária, comprovando na prática o seu grande potencial de produção."

Mais de 20 mil pessoas que transitaram pela feira e tiveram acesso aos alimentos trazidos dos assentamentos e acampamentos do MST no estado. A exposição e comercialização do que produzem nestes espaços e tem como base o modelo de produção agroecológica, mostraram a importância da Reforma Agrária, não apenas para o homem do campo, mas também para a população urbana.

A feira também contou com participação do Setor de Saúde do MST em Parceria com o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e estudantes de Universidade Tiradentes (UNIT), montou uma tenda onde houve massagens fitoterápicas, a técnica do Reiki e muito bate papo sobre alimentação saudável.

A cultura popular abrilhantou o evento com suas cores, ritmos e as mais variadas expressões culturais do povo sergipano e nordestino. Chiko Queiroga e Antônio Rogério, André Lucas, Jamaica Voz e Violão, Banda Reação, os trios pé de serra balanceados do forró, Branquinho do Acordeom e Trincheiras do Mato não deixaram ninguém ficar parado.

O grupo de Teatro Canudos em Movimento do Assentamento Ivan Ribeiro em Japaratuba foi ovacionado de pé por todo o público que presenciou a apresentação do Espetáculo Paixão e Morte no Sertão de Canudos.

CPT denuncia assassinatos de camponeses em Rondônia. Site do MST, 19/09/2016.

Nesses nove meses de 2016, das 47 pessoas assassinadas no campo em todo o Brasil, 16 são de Rondônia, 30% do total.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) emitiu uma nota pública na manhã desta segunda-feira para denunciar o brutal assassinato de dois líderes da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental (LCP). O crime ocorreu no dia 13 de setembro, no Acampamento 10 de maio, na região de Alto Paraíso (211km de Porto Velho-RO). Confira a íntegra:

NOTA PÚBLICA - Violência agrária em Rondônia: a luta sepulta seus mortos

É com ressentido pesar e revolta que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia mais duas mortes no campo em Rondônia. Mortes essas anunciadas. Dessa vez as vítimas foram Isaque Dias Ferreira, 34 anos, e Edilene Mateus Porto, 32, lideranças da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental (LCP) e do Acampamento 10 de maio. Na última terça-feira, 13 de setembro, por volta das 08h00, o casal foi covardemente assassinado. O crime ocorreu próximo ao lote da família, no Acampamento 10 de maio, na região de Alto Paraíso, distante 211 km de Porto Velho (RO).

A cabeça de Isaque foi destroçada. Essa parece ser uma assinatura bastante singular quando a vítima é liderança. Atualmente, pelo menos seis lideranças da LCP tiveram a cabeça esmagada pelos executores. Será uma tentativa de destruir suas ideias e inibir a luta de outros trabalhadores?

O casal sempre estava presente nas audiências da Ouvidoria Agrária Nacional de Combate à violência no Campo, onde denunciava a grilagem de terras públicas na região e reivindicava o assentamento dos/as moradores do Acampamento 10 de maio. Muitas vezes o casal também relatou as ameaças sofridas e as constantes perseguições – tudo, porém, ficou apenas nas atas.

Somente neste ano já foram brutalmente assassinados quatro membros do Acampamento 10 de maio. No dia 24 de abril, os irmãos Nivaldo Batista Cordeiro e Jesser Batista Cordeiro foram mortos quando saiam de moto do acampamento. E agora o casal. Não se trata de simples coincidência. Corre a notícia de uma lista com nomes de integrantes da LCP a serem executados. Dos dez nomes desta lista, apenas dois ainda estão vivos, conforme relatos na região.

O imóvel rural ocupado pelos acampados é terra declaradamente pública. Trata-se de uma área desapropriada e destinada à Reforma Agrária desde 1995, conforme Ação de Desapropriação de Número 0003578-35.1994.4.01.4100 (TRF1). O Ministério Púbico Federal (MPF) mais de uma vez conseguiu suspender as liminares de reintegração de posse na área, por tratar-se de terras da União.

No ano de 2015, Rondônia despontou no cenário nacional como o estado com o maior número de mortes em conflitos no campo no país. Foram 21 pessoas assassinadas. O número mais elevado de assassinatos de camponeses e Sem Terra já registrado no estado desde 1985, quando a CPT começou a divulgar os registros destes fatos. O mais grave, porém, é que essa onda de violência continua. Nesses nove meses de 2016, das 47 pessoas assassinadas no campo em todo o Brasil, 16 são de Rondônia, 30% do total.

Enquanto trabalhadores e trabalhadoras pobres são assassinados, parte da mídia joga sobre eles a responsabilidade pela violência no campo no estado. A impunidade campeia solta. Nenhuma das mortes que ocorreram em 2015 e 2016 foi devidamente apurada e os culpados julgados. Tem-se conhecimento apenas da prisão dos acusados de executar um jovem acampando e pelo desaparecimento de outro. Fato ocorrido em janeiro desse ano na fazenda Tucumã.

Exigimos que o Poder Público em todas as suas esferas cumpra seu papel e que ofereça pessoal e estrutura para apurar as mortes e punir os assassinos. A terra pela qual o casal morreu lutando era pública.

O campo em Rondônia mais uma vez está manchado de sangue. A terra que produz os alimentos e sustenta a vida continua sendo palco de injustiças e mortes. Enquanto o latifúndio avança, a luta sepulta seus mortos e acolhe seus órfãos.

Acórdão do TCU compromete 575 mil famílias assentadas. Cristiane Sampaio. Site do MST, 19/09/2016.

Medida considera irregular a situação de agricultores e trava processo de reforma agrária e de concessão de benefícios.

Uma polêmica envolvendo os movimentos da causa agrária e o Tribunal de Contas da União (TCU) vem afetando a vida de milhares de famílias de todas as regiões do país que haviam sido beneficiadas pela reforma agrária. O motivo é o Acórdão 775/2016, publicado pelo TCU em abril, que torna irregular o cadastro de 578 mil pessoas já assentadas.

O documento trata de uma medida cautelar que suspende a concessão de benefícios da reforma agrária para as referidas famílias, após um processo de cruzamento de dados dos beneficiários.

De acordo com o Tribunal, o levantamento apontou que haveria indícios de irregularidades na seleção dos candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o que resultaria, ainda segundo o órgão, num cenário de prejuízos financeiros da ordem de R$ 2,8 bilhões para os cofres públicos.

Entre os motivos apontados para a irregularidade, o TCU argumenta que não estão aptos a concorrer aos lotes os candidatos com os seguintes perfis: proprietários com área maior do que um módulo rural; aposentados por invalidez; portadores de deficiência física ou mental; titulares de mandatos eletivos; pessoas com idade inferior a 18 ou maior que 60; pessoas com renda superior a três salários; pessoas cujo lote recebido fica em local diferente do de residência; servidores públicos, entre outros.

Após a publicação do acórdão, as famílias que foram consideradas irregulares estão impedidas de acessar as políticas públicas agrárias, como a aposentadoria rural, a

assistência técnica e o Plano Safra. Além disso, a medida suspendeu os processos de seleção de novos beneficiários para o programa e o assentamento de novas pessoas.

“Eles pararam a reforma agrária por conta desse acórdão. (…) Os técnicos do TCU não conhecem a fundo essa questão e aí o Tribunal toma uma decisão que simplesmente paralisa a economia rural. Em muitas regiões, estamos perdendo o ano agrícola por causa dessa medida dramática”, disse Alexandre Conceição, da direção nacional do MST.

A novidade pegou de surpresa o agricultor João Luís Vieira de Sousa, que vive num assentamento em Teresina, no Piauí. Assentado pela reforma agrária desde 2006, ele não só questiona os critérios utilizados pelo Tribunal como afirma que foi vítima de um engano.

“Eles bloquearam meu cadastro dizendo que minha companheira tem menos de 17 anos, mas, na verdade, ela tem 27. O TCU alega também que ela é assistente administrativa, mas ela nunca teve vínculo empregatício em lugar nenhum e eu não faço ideia de onde eles tiraram isso. Ela é assentada e filha de assentados. (…) Outra coisa que eles disseram é que ela não mora aqui no local do assentamento, mas isso é porque eu morei quase três anos em Brasília uns anos atrás, atuando na luta agrária, e uma vez ela foi passar um tempo comigo, aí um dia precisou de atendimento médico e nós tivemos que tirar um cartão do SUS pra ela. Por conta desse cartão que foi tirado em Brasília, o TCU alega que ela não mora aqui no Piauí”, relata o agricultor, que se diz preocupado com a situação das mais de 10 mil famílias que também estão passando pelo mesmo problema no estado.

“Tenho em média 22 mil kg de macaxeira pra colher na roça e estou impossibilitado porque, como o TCU bloqueou meu cadastro, não posso nem vender os produtos”, desabafa o agricultor, que tem 40 anos e sempre viveu da roça e da pesca.

A situação provocou uma reação por parte do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Federal, que oficiou o Ministério Público Federal (MPF) no último dia 26, pedindo providências por parte da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF).

“Esta é a primeira vez que vejo um trabalho do TCU tão mal amparado em termos de metodologia. Se olharmos para os critérios que eles apontaram, é como se o Tribunal

estivesse dizendo que assentado não pode, por exemplo, ter vida política, já que não pode se eleger, não pode progredir social nem economicamente, entre outras coisas, senão deixa de ser beneficiário da reforma agrária. (…) Essa é uma visão conservadora, liberal, além de ser um descalabro e um excesso de poder por parte do TCU", classificou João Marcelo Intini, que atua na assessoria do Núcleo.

Como resposta à iniciativa do Núcleo, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat solicitou ao procurador-geral de Justiça, Rodrigo Janot, que ingresse junto ao Supremo com um pedido de inconstitucionalidade do acórdão.

Entre outras coisas, ela reforça que as conclusões do TCU que resultaram na edição do acórdão provêm somente de cruzamento de dados, sem a realização de trabalho de campo e sem o contato prévio com os beneficiários.

"Trata-se de meros 'indícios de irregularidade', contestados, em sua grande maioria, pelo próprio Incra, que critica a metodologia utilizada e, especialmente, a interpretação conferida à legislação de regência da reforma agrária", diz a procuradora.

O pedido foi encaminhado na última terça-feira (6) e o procurador-geral ainda não se manifestou.

TCU

O Brasil de Fato procurou o TCU para tratar do assunto. Em nota, a instituição afirmou que o acórdão resulta da falta de evolução do Incra na melhoria dos controles internos relacionados ao PNRA.

"No entanto, no mesmo Acórdão (item 9.4), o TCU autorizou o Incra a restabelecer os processos de pagamentos de créditos da reforma agrária e de remissão dos referidos créditos, na forma da Lei, bem como o acesso a outros benefícios e políticas públicas concedidos em função do PNRA aos beneficiários com indícios de irregularidades apontados, na hipótese de comprovação espontânea, por parte do beneficiário, mediante documentação idônea e verificação por parte do Incra. Assim, cabe àquela autarquia tomar as medidas administrativas cabíveis para regularização e retomada do PNRA", diz a nota.

Incra

O Brasil de Fato também procurou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para tratar do assunto. A instituição informou que tem realizado reuniões com a Casa Civil e o TCU, no intuito de resolver o impasse e restabelecer o acesso das famílias às políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

PNCF: Agricultores recebem escrituras em condomínio cujo nome homenageia a coordenadora de juventude da Fetraf. FETRAF, 19/09/2016.

O sonho foi realizado por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT)

Sete jovens agricultores familiares que vivem no Território de Identidade Baixo Sul, na Bahia, receberam nesta quinta-feira (15) a escritura de suas propriedades rurais. O sonho foi realizado por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Nossa Primeira Terra (PNCF/NPT). Os beneficiários pertencem à Associação dos Produtores Rurais do Condomínio Agrícola Eliane Oliveira. A área, que fica no município de Presidente Tancredo Neves, corresponde a 138,5 hectares, sendo emblemática para o PNCF, já que o quadro social é de público 100% jovem. Foram investidos mais de R$ 450 mil para a compra da área que fica na Fazenda Enia, a 6 km de Tancredo Neves, e para os investimentos comunitários.

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) foi representada na entrega das escrituras pela Diretora Interina do Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/Sead), Raquel Santori. Os jovens que receberam os documentos têm idade entre 22 e 29 anos e são técnicos agrícolas formados em agropecuária. Eles estudaram na Casa Família Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN).

Raquel Santori destaca que, neste caso, o PNCF é fundamental na promoção da sucessão rural. “Estamos dando a oportunidade para que esses jovens possam dar continuidade à tradição de agricultura familiar a partir da possibilidade de ele ter sua própria terra”, destaca. “Isso é fundamental para a sucessão rural, pois a gente sabe que

há um envelhecimento da população rural, e projetos como este reforçam a importância do protagonismo e autonomia da juventude rural", acrescentou Raquel.

A coordenadora de Desenvolvimento Agrário do estado da Bahia, Renata Rossi participou da cerimônia de entrega das escrituras. Para ela, a entrega dos documentos para os jovens é uma forma de garantir o futuro da agricultura familiar. "É um grande passo para valorização da juventude e o futuro da agricultura familiar. O Condomínio Eliane Oliveira é uma bela experiência e demonstração do sucesso que pode ser o programa para garantir que a juventude tenha acesso à terra e aos meios de produção", destaca.

Orgulho

A satisfação e felicidade de receber a escritura da terra estavam estampadas no olhar de cada um dos jovens. "Para a gente é um orgulho muito grande saber que somos a primeira seção de jovens do estado da Bahia a ser contemplada pelo Nossa Primeira Terra", disse Benivaldo Santos, de 29 anos. Para o jovem, que já acessou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o documento em mãos será mais fácil acessar novas linhas de crédito e políticas públicas do Governo Federal. "Agora eu posso chegar no banco e comprovar que tenho como produzir e pagar meu empréstimo. É uma satisfação que não tenho palavras para explicar", conta emocionado.

Benivaldo, assim como os outros seis jovens, é o primeiro da família a ser o dono da terra em que produz. Ele, que morava com os pais e a irmã em uma propriedade de 3 hectares, agora planta mandioca, aipim, abacaxi e banana. Tudo que ele e os amigos produzem é comercializado pela Cooperativa de Produtores Rurais de Tancredo Neves (Coopatran) da qual todos fazem parte.

Educação

Os sete jovens agricultores familiares estudaram na Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves. Lá receberam educação, estímulo para permanecer no campo de forma comprometida com o desenvolvimento de suas comunidades e da região. Para

Benivaldo estudar Tecnologia em Agropecuária fez toda diferença. “Antes do curso eu produzia 8 toneladas de mandioca por ano e agora são 33 toneladas. Se não tivesse educação, eu não saberia como melhorar a produção”, conta.

Homenagem

O Condomínio Agrícola Eliane Oliveira recebeu esse nome em homenagem a jovem de 32 anos que faleceu em um acidente de moto em 2011. Ela foi coordenadora Nacional de Juventude da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf/CUT) e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Agricultura Familiar de Tancredo Neves (BA).

A construção de condomínio foi possível graças à uma parceria entre a Sead e a Unidade Técnica Estadual (UTE-BA), que é administrada pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia.

Nossa Primeira Terra

A linha NPT é destinada a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, com idade entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural.

Perfil do agricultor que pode acessar

•Ser filho ou filha de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas e de centro familiares de formação por alternância;

•Ter renda familiar anual de até R$ 30 mil e patrimônio anual inferior a R$ 60 mil;

•Comprovar experiência de cinco anos em atividades agrícolas e rurais, podendo contar o tempo de escola (os sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar são responsáveis pela verificação e declaração de elegibilidade dos candidatos ao crédito).

Mais informações

• O crédito pode atender até R$ 80 mil para a compra do imóvel;

• Todo o recurso é reembolsável, tanto de SAT (compra da terra) quanto de SIB (infraestrutura básica);

• Recurso de R$ 7,5 mil para Ater, por cinco anos, com parcelas anuais de R$ 1,5 mil por beneficiário;

• O acesso é individual;

• Até 35 anos para quitar o financiamento, incluindo os três anos de carência;

• Taxas de juros de 1,0% ao ano;

• Bônus de até 30% para quem efetuar os pagamentos em dia;

• Bônus de 10% para terra negociada abaixo do preço de mercado.

Acampamento sofre ameaça de despejo iminente em Ecoporanga-ES. Demian Cunha. Site do MST, 20/09/2016.

No último dia 5/09, o acampamento foi notificado pela Justiça Estadual da reintegração de posse da Fazenda Santa Rita, solicitada pelo arrendatário da terra.

Mais um capítulo na luta que já dura quatro anos para o acampamento Derli Casali e Maria Izabel em Ecoporanga-ES está próximo de acontecer. No último dia 5/09, o acampamento foi notificado pela Justiça Estadual da reintegração de posse da Fazenda Santa Rita, solicitada pelo arrendatário da terra.

A propriedade tem aproximadamente 508 hectares e foi considerada improdutiva pela vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no

primeiro semestre desse ano e confirmada pelo Superintendente Substituto Laércio André Nochang. O processo de venda da propriedade para a União está em avançado estágio, mas parado pois o órgão ainda não realizou o pagamento à proprietária.

Como forma de pressionar o governo federal pelo cumprimento do acordo de aquisição da área e criação do assentamento, as 300 famílias acampadas ocuparam a fazenda em 20/08 e prometem não abandonar a propriedade sem que a sua situação seja definida.

A Fazenda Santa Rita já foi arrendada diversas vezes para a criação de gado, atividade mais comum no município de Ecoporanga e também nos municípios vizinhos, do Espírito Santo e Minas Gerais – Ecoporanga situa-se na divisa dos estados ao noroeste capixaba e é vizinha à mineira Mantena. O pedido de reintegração de posse foi feito pelo atual arrendatário, que possui cerca de cem cabeças de gado pastando no propriedade.

O advogado do arrendatário alegou que a propriedade é produtiva e serve à "compra, engorda e venda de gado". O Juiz de Direito Substituto Douglas Demoner Figueiredo aceitou o argumento da defesa do arrendatário e, sem considerar o laudo já existente que indica a improdutividade da fazenda, estabeleceu que a propriedade deva ser desocupada.

A decisão, no entanto, não foi publicada do Diário da Justiça do Estado. Sendo assim, em tese, o prazo expirou desde segunda-feira (12) mas os acampados permanecem na propriedade e estão apreensivos.

Luta pela terra em Ecoporanga já leva quatro anos sem resolução

Ecoporanga é um município marcado pela história de violência do latifúndio contra trabalhadores rurais posseiros. Na década de 1950 o município presenciou eventos que ficaram conhecidos como "O Massacre de Ecoporanga", em que grileiros se apoderaram de terras de pioneiros vindos de várias regiões do país para ali estabelecerem suas propriedades.

O avanço da atividade madeireira e de criação extensiva de gado fez com que o município, que já foi grande produtor de arroz na região, se tornasse especializado na criação de gado de corte e de leite. Na década de 1960, a ditadura militar enviou os posseiros e pequenos produtores para o Norte do país, em especial Rondônia, como forma de aliviar as tensões por terra na região.

O terceiro maior município em extensão no Espírito Santo possui apenas 23 mil habitantes e os poucos empregos existentes na cidade são direcionados à pecuária e à extração de rochas ornamentais, como o granito. Um grande número de desempregados precisa se locomover até cidades vizinhas para garantir o sustento que poderia ser retirado da terra de trabalho, que ali é domínio do boi.

O acampamento Derli Casali surgiu em março de 2012 com aproximadamente 90 famílias mobilizadas, que ocuparam uma área pública no Córrego do Bagre que havia sido indevidamente apropriada por um fazendeiro local. Houve reintegração de posse, quando então o acampamento migrou para o Córrego da Laje, localidade distante da sede do município.

Surge nesse ínterim o acampamento Maria Izabel, localizado à beira da estrada de Imburana, com aproximadamente 120 mil famílias. Alguns meses depois, novamente os acampamentos precisaram abandonar as áreas que ocupavam, cada qual se instalando numa nova área. A última ocupação realizada juntou os acampamentos para reivindicar o cumprimento da desapropriação para fins de Reforma Agrária da Fazenda Santa Rita pelo Incra, respeitando o que indica o laudo elaborado pela instituição.

Desde a fundação dos acampamentos, em Ecoporanga, as famílias já foram removidas de áreas públicas e beira de estradas sem que ocorresse o assentamento definitivo. O MST exige que as fazendas vistoriadas sejam desapropriadas para fins de Reforma Agrária, mas o governador Paulo Hartung resiste em divulgar o mapa das terras devolutas do Estado, demonstrando sua insensibilidade a um processo que é garantido pela Constituição Federal.

No Espírito Santo são 750 famílias acampadas aguardando a criação de assentamentos para a produção de alimentos saudáveis livres de agrotóxicos, algumas aguardando mais de oito anos pela efetivação da política de assentamento.

Indígenas ocupam Dsei há 10 dias no MT. Felipe Milanez. Carta Capital, 14/09/2016.

Guerreiros de 16 etnias do Xingu exigem exoneração de coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena, do qual suspeitam

Quando foi convidado a participar do Kuarup na aldeia Tuatuari, do povo Yawalapiti, em agosto último, o atual secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Rodrigo Rodrigues, não hesitou um segundo e aceitou na hora. Poucas semanas depois, no entanto, ao ser convidado pelos indígenas para um diálogo político, relutou. Como relata abaixo a liderança do povo Kuikuro, Marrayury, também conhecido como Jair Cineasta: "Se vem na festa do Kuarup, por que não quer vir aqui para discutir os nossos problemas de atendimento de saúde?"

Os indígenas acusam o atual coordenador regional de desvio de recursos e pedem a sua exoneração imediata. Marrayury, que integra o Coletivo Kuikuro de Cinema (CKC) e desenvolve um projeto de produção de conteúdo de mídia, transmitiu o relato abaixo para a coluna. O CKC está com uma campanha aberta para arrecadar recursos para a compra de equipamentos, que podem ser doados nesse projeto da Vakinha.

Marrayury Kuikuro / Coletivo Kuikuro de Cinema

Completa 10 dias nesta quinta-feira 15 a mobilização de indígenas do Parque Indígena do Xingu pela mudança da coordenação da saúde na região. Quase 400 guerreiros de 16 etnias estão ocupando a sede do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI) do Xingu, em Canarana (MT), e não deixarão o local até terem suas demandas atendidas.

Os guerreiros afirmam que somente irão deixar a sede do distrito depois da exoneração do atual coordenador e de sua auxiliar financeira, e for publicada no *Diário Oficial* a nomeação de uma pessoa de confiança, conforme carta divulgada no dia 5 de setembro.

A demanda dos povos do Xingu é a saída imediata do coordenador regional da Saúde, Otercindo Francisco da Silva, indicado ao cargo pelo deputado federal Valtenir Pereira(PMDB-MT). Silva sofre críticas desde que tomou posse, pois os indígenas sempre souberam se tratar de uma indicação política a servir bem a outros interesses em um ano eleitoral.

Rodrigo Rodrigues, secretário especial de Saúde Indígena (Sesai) no Ministério da Saúde, disse em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA) que ele, por sua vez, foi indicado à chefia da Sesai por três parlamentares do PMDB: Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Valtenir Pereira.

Os indígenas tiveram na terça-feira 6 uma reunião com o deputado Valtenir Pereira, junto de Otercindo da Silva, o coordenador atual, e nessa reunião ele entregou o cargo. Afirmou que já havia sido feito o pedido de exoneração formal e que estaria prestes a

sair no *Diário Oficial*. Mas Rodrigo Rodrigues, que também é do Mato Grosso, tem se recusado a dialogar com as lideranças.
Na última comunicação, disse que iria mandar um auxiliar, proposta recusada pelos guerreiros. A demanda é a negociação direta, no distrito de Canarana, com Rodrigues, uma vez que desconfiam de uma tentativa de ganhar tempo.

Enquanto isso, há temor de articulações com a Polícia Federal para intimidar e prender os indígenas que estão protestando pacificamente. A cúpula da Sesai não quer negociar, enquanto os indígenas querem ouvir diretamente o secretário da entidade.

Os indígenas desde o início desconfiaram da indicação política para esse cargo, que exige experiência técnica e conhecimento das culturas indígenas, mas a questão se agravou.

Não apenas pela falta de acesso à saúde, mas também pelas suspeitas de graves esquemas de desvios, indicativos de corrupção. A respeito de tais denúncias, os indígenas se reuniram com o Ministério Público Federal, na segunda-feira 12.

Yefuka Kayabi, uma das lideranças da ocupação, contou para a equipe do MPF que os recursos que entram não estão sendo utilizados para comprar medicamentos para as aldeias. Yefuka perguntou para o MPF: os 18 milhões de reais que chegam ao distrito, para onde vão, com o que e onde estão sendo gastos?
Após a conversa com os guerreiros, o MPF foi verificar alguns arquivos de pagamento, documentos financeiros, colhendo informações e provas, fazendo entrevistas com indígenas. Querem encontrar os responsáveis pelos supostos desvios e os destinatários.
Se por ano chegam 18 milhões de reais para cuidar da saúde dos povos indígenas do Xingu e todos nós estamos sofrendo com a falta de medicamentos, para onde foi esse dinheiro? Ocupamos o distrito para melhorar a nossa saúde. Há muita mortalidade e, com ela, muito sofrimento.

A suspeita levantada pelos indígenas da ocupação é que uma funcionária do departamento financeiro da DSEI participaria de um esquema de desvios de recursos para campanhas políticas nas eleições municipais. Estes desvios estariam por trás da atual crise que está afundando a nossa saúde.

Esta funcionária também estaria por trás, desconfiam os indígenas, de articulações junto da Polícia Federal para intimidar os indígenas que estão na ocupação, afirmando que o protesto seria violento e que os indígenas estariam cometendo crimes como de "sequestro" e "cárcere privado" e "formação de quadrilha". Tudo isso é prontamente negado por todos os guerreiros que reafirmam, e relato isso daqui diretamente da ocupação, ser este um protesto pacífico.

Guerreiros que fazem a vigília durante a noite já identificaram que ela passa na frente do distrito tentando entrar, mas os guerreiros vigiando não permitem. Desconfiam que ela quer usar o computador para esvaziar as provas.
Os índios, os caciques tradicionais e os membros do conselhos de saúde indicam a nomeação da atual secretaria municipal de saúde de Canarana, Alessandra Santos Abreu, uma pessoa que trabalha há anos na área e conquistou a confiança dos caciques tradicionais do Xingu.

Quando o pessoal do Xingu convidou o Roberto Rodrigues, da Sesai, para vir para o Kuarup no Yawalapiti, muito rápido ele confirmou e disse que viria para ver a nossa festa. Mas, agora, a gente não entende porque ele não quer visitar o Xingu para dialogar e ouvir as nossas demandas. Se vem na festa do Kuarup, por que não quer vir aqui para discutir os nossos problemas de atendimento de saúde?

Decidimos que iremos até Brasília em uma comitiva de lideranças de todas as etnias para falar com o ministro da Saúde. Os caciques e as lideranças tradicionais do Xingu estão revoltados, estamos organizados e vamos lutar.

Indígenas denunciam violência e racismo na ONU. Felipe Milanez. Carta Capital, 21/09/2016.

Representantes da comunidade indígena brasileira estiveram no Conselho de Direitos Humanos da ONU

A semana foi marcada por constrangimentos internacionais para o governo Temer. Na terça-feira 20, na sede das Nações Unidas, em Nova York, representações diplomáticas de sete países deixaram a sala na hora do discurso de Michel "Fora" Temer.

No mesmo dia, em Genebra (Suíça), foi apresentado, na 33ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, o relatório da visita ao Brasil de Victoria Tauli-Corpuz, relatora especial sobre a questão indígena do organismo internacional.

A conclusão do trabalho é extremamente preocupante: "No atual contexto político, as ameaças que os povos indígenas enfrentam podem ser exacerbadas e a proteção de longa data de seus direitos pode estar em risco." Em comunicação anterior, Tauli-Corpuz já havia alertado para o risco de "ações etnocidas" em curso, e que estão se agravado após o golpe.

Entre as criticas da ONU está o processo de sucateamento da Fundação Nacional do Índio (Funai). Causou constrangimento o fato de, durante a sessão, ter sido anunciada a exoneração do presidente substituto da entidade, Artur Nobre Mendes.

O afastamento ocorreu após a fundação divulgar uma nota criticando a organização dos Jogos Paralímpicos de promover "ofensa e desrespeito aos povos indígenas do Brasil", e ter um posicionamento que "revela total incompreensão sobre a realidade indígena no país, refletindo uma visão preconceituosa e discriminatória sobre esses povos, suas culturas e seus modos de vida."

Essa mudança, para um "perfil conservador", foi denunciada por Sonia Bone Guajajara, liderança da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em seu discurso.

A equipe da embaixada do Brasil tentou ignorar as recomendações da ONU, que destacam o aumento da violência dos indígenas, a falta de acesso à Justiça, o sucateamento da Funai e a morosidade das demarcações.

A delegação indígena em Genebra, ao contrário das representações oficiais do governo atual, era majoritariamente composta por mulheres: Tsitsina Xavante, Sonia Bone Guajajara, Tema Taurepang e Cris Pankararu. Elizeu Lopes, o único homem indígena, representou a assembléia dos povos Guarani e Kaiowa Aty Guasu. "Não temos água e comida saudáveis, sofremos com pulverização de agrotóxicos como se fôssemos pragas, mas somos seres humanos", disse Elizeu Lopes.

Os discursos foram todos contundentes contra a terrível situação à qual os povos indígenas estão submetidos. E em um evento paralelo também participou o procurador do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul Marco Antonio Delfino.

Abaixo a íntegra do discurso proferido por Sonia Bone Guajajara.

Estimada relatora, irmãs e irmãos indígenas e representantes de governos,
Conectas, junto da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, manifesta o sincero agradecimento indígena pela sua ilustre visita a tantas partes do Brasil.
Estamos de acordo com todas as conclusões da Relatora. Nossa situação piorou, porque, apesar da realização da Conferência Nacional e da criação do Conselho de Política Indigenista, nossos direitos não são implementados.
Nós, do movimento indígena, organizações sociais de apoio, temos denunciado numerosos casos de violações de direitos, relacionados com: a falta de demarcação dos territórios; a criminalização, prisão e assassinato de líderes indígenas; assim como os impactos provocados pelos megaprojetos e outras atividades ilegais como a exploração de madeira e mineração nos territórios. Seu informe, Relatora, traz os nosso clamores!!!
A Convenção 169 da OIT não está sendo aplicada em relação à consulta e o consentimento livre, prévio e informado.
Além disso, a FUNAI segue sendo debilitada pelo atual governo e sua base de apoio no Congresso Nacional. Hoje mesmo nomearam um presidente interino de perfil conservador.
A partir do Parlamento, estamos recebendo incessantes manifestações racistas dos parlamentares que promovem projetos de leis ou emendas à Constituição para suprimir nossos direitos. No Poder Judiciário, ameaçam as proteções constitucionais já garantidas para os nossos territórios e direitos originários.
Se não forem adotadas medidas urgentes, essa situação vai piorar, levando ao abandono e o extermínio de nossos povos.
A despeito dessa persistente relação de colonização, seguimos firmes, resistindo, e com tudo o que somos, nossas culturas e nossos próprios modos de viver.
Assim, esperamos um compromisso concreto do Brasil para a implementação das recomendações da Relatora Especial. Seguimos com nossa luta por tempos melhores, por uma sociedade justa, plural e verdadeiramente democrática, sem explorações nem discriminações.

Até podem tentar, mas nossas vozes não se clarão!
Muito obrigado

Solicitação do Incra é atendida e TCU desbloqueia 400 mil famílias de assentados do PNRA. INCRA, 22/09/2016.

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou nesta quarta-feira (21/9) a solicitação do Incra no sentido de reconsiderar os efeitos do Acórdão 775/2016, que identificou 578 mil indícios de irregularidades em projetos de assentamentos. A corte bloqueara, em abril, o acesso de aproximadamente 500 mil famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) a políticas públicas de crédito, assistência técnica e demais ações desenvolvidas pelo Incra. O TCU atendeu parcialmente ao pedido da autarquia e suspendeu, por 120 dias, os efeitos do acórdão. Estimativas preliminares da área técnica do Incra indicam que a nova decisão do tribunal atinge aproximadamente 400 mil famílias.

O desbloqueio parcial autorizado pelo TCU foi resultado de um trabalho de 90 dias que mobilizou diversas áreas do Incra, no sentido de prestar esclarecimentos e preparar o Plano de Providências apresentado este mês ao tribunal. De acordo com o presidente do Incra, Leonardo Góes, reverter os efeitos do Acórdão 775 foi prioridade desde que tomou posse. “Ao assumir, encontrei o Incra paralisado, por conta da decisão do tribunal. Dei prioridade à tarefa de encontrar uma solução para o caso, pois os grandes prejudicados eram os assentados. Graças ao trabalho dos técnicos da autarquia e da Procuradoria Federal Especializada, conseguimos reverter os efeitos do acórdão para boa parte das famílias afetadas pelo bloqueio”, salienta Góes.

A decisão desta quarta-feira permitirá que as famílias beneficiárias acessem linhas de crédito para o plantio da safra 2016/2017, além de contar com os serviços de assistência técnica. O bloqueio colocava em risco a subsistência dos assentados.

Mobilização – A solicitação do desbloqueio das famílias beneficiárias afetadas pela decisão do TCU mobilizou diversos seguimentos da sociedade. Parlamentares, membros do Governo Federal e lideranças dos movimentos sociais destacaram os graves efeitos sociais gerados pelo acórdão, que colocava em risco os agricultores familiares atendidos

pelo PNRA. Para o presidente do Incra, a decisão tomada nesta quarta-feira demonstra sensibilidade por parte dos ministros do tribunal.

"Todos os ministros do TCU sempre se mostraram abertos ao diálogo com o Incra. O tribunal tem um papel a cumprir e isso precisa ser respeitado. Partimos desse pressuposto e trabalhamos em duas frentes: apresentar medidas para sanar possíveis irregularidades e esclarecer questões que pudessem gerar dúvidas sobre a situação de assentados regulares. A corte, sem perder de vista a sua função de órgão de controle, foi sensível e reconsiderou os efeitos do acórdão. Nesse esforço, contamos com o apoio de parlamentares, autoridades do Executivo e lideranças das entidades representativas da agricultura familiar", destaca o presidente do Incra.

Plano de Providências – No início deste mês, o Incra encaminhou ao TCU o Plano de Providências elaborado para sanar possíveis irregularidades e projetos de assentamento, além de esclarecer inconsistências verificadas pelo tribunal. O documento prevê também uma série de medidas – algumas delas já em andamento – capazes de assegurar transparência e controle ao processo de cadastro e seleção de beneficiários da reforma agrária. O Plano de Providências será implementado pelas 30 Superintendências Regionais, sob supervisão da direção do Incra.

Góes acredita que a decisão do TCU desta quarta-feira marca o início de uma nova etapa para o Incra: "O desbloqueio parcial autorizado pelo TCU sinaliza uma mudança na imagem do Incra. Os órgãos de controle externo entenderam que queremos atuar de forma absolutamente transparente e dentro dos parâmetros estabelecidos pelos marcos legais. Isso é uma prova de confiança na autarquia, o que também aumenta a nossa responsabilidade".

A Procuradoria Federal Especializada aguarda a publicação da nova decisão do TCU para obter mais detalhes e orientar as Superintendências Regionais sobre os procedimentos que serão adotados a partir de agora.

CONTRAF BRASIL E FETRAF PARÁ divulgam NOTA PÚBLICA sobre assassinatos no assentamento Cristalino. FETRAF, 22/09/2016.

Agricultores Familiares publicam nota em repúdio aos assassinatos ocorridos no Pará e que ficam impunes

NOTA PÚBLICA

A coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil (CONTRAF BRASIL), vêm a público se manifestar diante dos inúmeros assassinatos ocorridos no estado do Pará, incluindo a morte do companheiro Adoaldo Rodrigues Barbosa, cruelmente assassinado por pistoleiros, que também deixaram outros feridos, nesta terça-feira 20.09.2016.

A vítima, tinha 43 anos, era acampado no assentamento Cristalino, no município de Santana do Araguaia. Ele chegou a registrar uma denúncia na delegacia do município, em julho, que também foi protocolada na secretaria de segurança pública, sobre as ameaças de morte que as famílias do assentamento estavam sofrendo nos últimos meses. Adoaldo foi a polícia após receber orientações das autoridades da segurança pública local, em registrar uma queixa, pois nada podia ser feito para evitar a violência sem uma denúncia formal.

Depois disso, o assentado passou a ser alvo de perseguição dos mesmos jagunços que aterrorizam o assentamento. Em Cristalino, são 200 famílias que aguardam há mais de 12 anos por uma ação, do Governo Federal, na regulação da terra, por meio da reforma agrária, área que inclusive já está em processo no INCRA.

Esse foi mais um dos crimes que se somam aos vários assassinatos, impunes na região. São cerca de 19 assassinatos, só neste ano, no Pará, e que já foram denunciadas para a segurança pública do estado. Nesta espera, as mesmas famílias sofrem cotidianamente ameaças, ataques de pistoleiros que queimam, demolem os barracos, disparam tiros, entre outras formas de coação.

O derramamento de sangue é crescente e a impunidade tem prevalecido. A exemplo disso, vale lembrar do caso de 2010, onde o dirigente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Pará (FETRAF PARÁ), Pedro Alcântara de Souza, também foi assassinado, brutalmente, com cinco tiros na cabeça.

A FETRAF-PA, recentemente, voltou a denunciar às constantes ameaças que sofrem os agricultores familiares, numa reunião com o Secretário de Segurança Pública do Pará realizada no dia 17.08. O secretário ficou a par de todos os crimes ocorridos e cometidos pelos pistoleiros nos assentamentos.

As denúncias, dos assassinatos no Pará, feitas pela CONTRAF BRASIL, chegaram também as autoridades do INCRA no último dia 30 agosto, quando suas lideranças se reuniram com o presidente do INCRA e representantes da ouvidoria agrária.

Apesar dos esforços das entidades, nenhuma medida foi tomada, por parte dos poderes e segurança pública, para evitar os crimes cometidos por latifundiários.

A série de atentados contra aos que defendem a reforma agrária no País, representa uma perseguição ao movimento sindical rural. Segundo o relatório dos Conflitos no Campo Brasil de 2015, 50 pessoas foram assassinadas no campo, o maior número de vítimas desde 2004, 39% a mais do que em 2014, quando foram registrados 36 assassinatos.

A violência no campo é um debate constante e uma luta permanente da CONTRAF BRASIL, que não se posicionará como as autoridades que são negligentes com o problema da violência no campo. A CONTRAF BRASIL continuará sendo a voz de denúncia, luta e defesa dos direitos dos agricultores familiares e reivindicação da reforma agrária.

Apesar dos números crescentes de crimes no campo, as autoridades do Governo Federal, Estadual e INCRA não realizam medidas suficientes para conter as mortes no campo.

Com essa Nota Pública, a CONTRAF BRASIL suplica socorro, novamente, às autoridades, para que a justiça seja feita e que medidas sejam tomadas, a fim de acabar com a violência no campo e responsabilizar as autoridades competentes pela omissão e inércia em tentar resolver os conflitos que terminam com a morte de inocentes.

Neste sentido, a CONTRAF BRASIL juntamente com a FETRAF-PA espera que o Governo Federal, a Polícia Federal e Força Nacional intervenham nestes conflitos, do estado do Pará, no intuito de dar fim as chacinas e punir os executores e mandantes dos crimes.

A CONTRAF BRASIL e suas respectivas federações se solidarizam com as famílias, companheiros e companheiras do acampamento que perderam mais este trabalhador e agricultor familiar e reafirma sua batalha na defesa incansável da reforma agrária; redistribuição de terras; dos direitos humanos e preservação das famílias de agricultores familiares. Não aceitaremos que a impunidade prevaleça e que agricultura familiar colecione mais mortes devido a negligência dos poderes legislativo, judiciário e executivo.

Coordenação da CONTRAF BRASIL e FETRAF PARÁ

CONTRAF BRASIL cobra do Governo medidas para reforma agrária e violência no campo. Patrícia Costa. FETRAF, 23/09/2016.

Na pauta as lideranças discutiram sobre a reforma agrária, crédito fundiário, produção agroecológica e orgânica para o país e sobretudo dos assassinatos ocorridos no Pará.

A semana do dia 19 a 23 deste mês de setembro foi de intensos debates e negociações entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL) e Governo Federal. Na pauta as lideranças discutiram sobre a reforma agrária, crédito fundiário, produção agroecológica e orgânica para o país e sobretudo dos assassinatos ocorridos no Pará.

Para Marcos Rochinski, coordenador geral da CONTRAF BRASIL, a violência no campo tem sido um dos problemas mais difíceis de dialogar com o Governo. Segundo ele, as denúncias foram feitas há três meses no sentido de alertar o risco que famílias estavam ocorrendo, e assim tentar evitar mortes, mas nenhuma ação foi tomada pelas autoridades e o resultado foi o assassinato do agricultor familiar, Adoaldo Barbosa, na terça-feira 20.

Após dez anos de luta, 45 famílias são assentadas no sudeste goiano. Maisa Lima. Site do MST, 27/09/2016.

No município de 26 mil habitantes existia até então somente o assentamento Olga Benário, onde vivem e produzem mais de 90 famílias

Num momento em que lutadores da Reforma Agrária se encontram encarcerados em Goiás, 45 famílias ligadas ao MST comemoraram na sexta-feira (23) a posse dos 1,3 mil hectares da antiga Fazenda Buriti/Corumbá Velho, que o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra) declarou de interesse social após a propriedade ter utilizado trabalho análogo à escravidão.

O assentamento Ana Ferreira se tornou realidade após dez anos de luta e está localizado em Ipameri, no sudeste goiano, distante cerca de 200 quilômetros de Goiânia. No município de 26 mil habitantes existia até então somente o assentamento Olga Benário, onde vivem e produzem mais de 90 famílias.

"É muito importante a posse dessa terra no momento em que a luta pela Reforma Agrária está sendo criminalizada. Mantém viva a esperança naqueles que continuam buscando o acesso à terra para nela viver e produzir. O MST permanece organizado e na luta.

Não se resume a esta ou aquela pessoa. A prisão de um líder motiva ainda mais o movimento a permanecer unido nessa luta, que é por justiça e pela vida", afirma Dom Guilherme Antônio Werlang, Bispo da diocese de Ipameri e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que realizou no assentamento um ato ecumênico pela vida, pela preservação da terra e por alimentação saudável.

Comemoração

Na sexta-feira as famílias assentadas, dirigentes do MST e convidados puderam comemorar a posse da terra com um jantar e uma festa. Não faltou a mística, música, poesia e exposições de pintura e artesanato. A região é uma das maiores produtoras de soja e milho transgênico de Goiás e agora ganha o compromisso dessas 56 famílias de produzir alimentos saudáveis.

"Aqui vamos produzir comida limpa. Onde antes havia apenas um dono, agora são 45 famílias empenhadas em oferecer sua produção aos moradores de Ipameri e região. Vamos firmar uma parceria para produzir sementes crioulas e trabalhar com a agroecologia.

Temos a mesma proposta, nós e o MST", pontua o coordenador do Movimento Camponês Popular (MCP) na região, José Melchior de Souza.

O Papa Francisco tem dito que "a Reforma Agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral". O MST em Goiás vem construindo com as famílias a

perspectiva da Reforma Agrária Popular, que será a base do planejamento do Assentamento Ana Ferreira e das lutas futuras das famílias ali assentadas.

“Em meio ao agronegócio da soja e do milho transgênico, não será fácil garantir a produção diversificada e agroecológica, devido às pulverizações na área, à baixa logística para comercialização de produtos diversificados e voltados para consumo dos municípios da região.

Mas as famílias, que lutaram durante tantos anos pela desapropriação daquele latifúndio, estão determinadas a ter mais essa conquista”, adianta Luiz Zarref, um dos coordenadores do MST em Goiás.

Acampamento do MST sofre despejo ilegal por pistoleiros em Rondônia. Site do MSt, 27/09/2016.

Foi utilizado aparato bélico pesado, com armas automáticas e de grosso calibre.

Cerca de 70 famílias do Acampamento Egídio Brunetto sofreram um ataque violento no dia 23/09, por volta das 14 horas. O acampamento é organizado pelo MST e está localizado na fazenda Morro Vermelho, no ramal 31 de março, km 12, próximo à vila de Nova Mutum Paraná, entre Jaci Paraná e União Bandeirantes, cerca de 140 km de Porto Velho.

O ataque foi realizado por cerca de 10 homens acompanhados dos pretensos donos da área e aconteceu da forma como tem ocorrido a maioria dos ataques paramilitares contra camponeses Sem Terra no estado de Rondônia, cuja incidência têm se intensificado.

Foi utilizado aparato bélico pesado, com armas automáticas e de grosso calibre. O repertório tem se repetido: a truculência indiscriminada contra idosos, mulheres e crianças; a destruição dos barracos e dos pertences dos acampados; além da eliminação de registros, como filmagem, para forçar as pessoas a dar seus nomes e de parentes durante as denúncias, visando torná-las expostas à futuras represálias.

Os pistoleiros também filmaram os acampados enquanto os ameaçavam com armas apontadas para dizerem os seus nomes.Após o despejo, as famílias retornaram para uma

área vizinha e mesmo estando fora da tal fazenda, a tensão permanece com a presença dos pistoleiros, que continuam constantemente rondando o grupo e proferindo ameaças. A Delegacia Agrária e a Ouvidoria Agrária foram comunicadas no mesmo dia por meio do Ministério Público Federal, mas a Polícia Civil informou que não teria efetivo suficiente para atender a urgência até segunda-feira (26).

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a área de 2.196 hectares é objeto de conflito agrário desde 2010 e foi arrolada em investigações na Operação Termópilas da Policia Federal em 2011, que culminou na decretação de prisão do então presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Valter Araújo.

O acampamento já foi alvo de pedido junto à justiça de Reintegração de Posse pelos pretensos donos da fazenda Morro Vermelho, o que não logrou êxito. O despejo foi então suspenso por se tratar de terras públicas, que foram ilegalmente incorporadas à fazenda e oficialmente deveriam fazer parte do Assentamento Nilson Campos. Tal fato já foi confirmado nos autos do processo em laudos de vistorias técnicas do próprio Incra, que vem se comprometendo a assentar as famílias.

Clima de tensão no estado

Sem decisão judicial que ampare a reintegração de área pública ilegalmente obtida, vem se buscado expulsar os acampados criminosamente, por meio da pistolagem. "O que está ocorrendo é extremamente preocupante e exige providências urgentes, levando-se ainda em consideração a escalada de criminalização e violência contra os movimentos sociais camponeses em Rondônia, onde ocorreu 20 dos 50 assassinatos de lideranças da luta pelo direito à terra no Brasil em 2015", denuncia Zonália Neris, da Direção Nacional do MST.

No primeiro semestre deste mesmo ano, o acampamento Hugo Chávez, entre as cidades de Ariquemes e Cacaulândia, também organizado pelo MST em Rondônia, sofreu um ataque de pistoleiros à luz do dia, em que despejaram as famílias com agressões e disparos de armas, em seguida queimaram o acampamento.

Ambos os casos poderiam ter sido evitados, mas não houve agilidade e eficácia na atuação da polícia, do Incra em assentar as famílias e do Estado de Rondônia.

Latifúndio de dez mil hectares é ocupado no Vale do Rio Doce. Geanini Hackbardt. Site do MST, 27/09/2016.

A fazenda, localizada no distrito de Pedra Corrida, em Periquito, era explorada através da monocultura de eucalipto

Duzentas famílias Sem Terra ocuparam nessa segunda-feira (26), mais um latifúndio em Minas Gerais. A fazenda, localizada no distrito de Pedra Corrida, em Periquito, era explorada através da monocultura de eucalipto pela empresa Operan e pela Celulose Nipo-Brasileira (CENIBRA), uma transnacional de capital japonês.

De acordo com Teresinha Sabino, da direção regional do Movimento, a exploração prolongada dessas terras por empresas de celulose causou grandes danos ambientais e sociais a região.

"A monocultura tem gerado uma degradação intensa, durante anos vêm infringindo leis ambientais. Quando não se respeita a natureza ao explorar a terra, não cumpre-se a função social determinada pela constituição. O que faz uma empresa sair lá do Japão e vir destruir nossa natureza aqui? Então, a Operan, a CENIBRA e todas essas empresas são criminosas, atentam contra a vida."

Da lona preta para alvenaria: famílias Sem Terra comemoram conquistas de moradias no RS. Catiana de Medeiros. Site do MST, 28/09/2016.

As famílias têm participação ativa, desde a etapa da escolha do projeto até o processo de construção e acabamento, o que envolve ainda a possibilidade de escolha da cor da tinta das paredes

Ter um pedaço de terra para produzir alimentos, ter uma casa própria para poder se abrigar. Estas eram algumas das metas prioritárias para a família de Neiva da Silva, 50 anos de idade, natural da região Norte do Rio Grande do Sul.

Neiva morava e trabalhava de empregada com seu esposo Luis Ramos numa granja no município de Palmeira das Missões, mas não tinha perspectivas de um futuro melhor na situação em que vivia. No entanto, o pontapé de mudança da vida da família começou em 2003, quando optou por conquistar a casa própria e outros direitos fundamentais através da luta pela terra.

“Eu sonhava em ter um cantinho para morar com meus filhos e parar de trabalhar de empregada. À época eu tinha um sobrinho acampado e fomos vistá-lo no acampamento. Foi quando percebemos na organização e na luta pela terra a oportunidade de conquistarmos os nossos sonhos, então, no mesmo dia, pedimos as contas e viramos Sem Terra”, recorda a assentada.

O primeiro acampamento de dona Neiva e seu Luis foi em 2003 no trevo de acesso à Palmeira das Missões, conhecido como Esquina Boa Vista. Desde então, foram inúmeros os acampamentos da família. O último, de acordo com Neiva, foi no município de São Borja, na região das Missões. “De lá viemos direto para Eldorado do Sul, onde fomos assentados no Apolônio de Carvalho”, afirma.

Porém, o sonho da casa própria não veio junto com a conquista da terra. A família de Neiva conseguiu construir uma casa de alvenaria somente sete anos depois de assentada, quando teve acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Minha Casa, Minha Vida. Antes disto, a família morava num galpão de madeira e lona.

“Nos mudamos para a casa nova três dias antes do Natal do ano passado. Agora, queremos ampliá-la, construir uma varanda para ter mais espaço e um banheiro do lado de fora”, planeja Neiva.

A assentada Jaqueline Argolo, 33 anos, também está entre os beneficiários do Assentamento Apolônio de Carvalho. Assim como dona Neiva, mesmo depois de assentada em Eldorado do Sul, em 2009, ela demorou anos para ter uma moradia digna. “Logo que chegamos aqui conseguimos fazer uma casa de madeira, mas a situação era tão precária que quando chovia molhava dentro, porque as telhas estavam furadas. Agora que conquistamos uma boa casa temos mais conforto, segurança e qualidade de vida”, explica Jaqueline.

Comemoração

Jaqueline e Neiva se somaram nesta terça-feira (27) às outras famílias do Assentamento Apolônio de Carvalho, para confraternizar a conclusão das moradias que conquistaram por meio da luta pela terra. As 51 unidades habitacionais começaram a ser executadas em 2014 pelas famílias, sob a coordenação da entidade organizadora Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs).

Acesso ao programa

Desde 2013, em nível nacional, as famílias assentadas da Reforma Agrária acessam a moradia por meio do Programa Nacional de Habitação Rural – Minha Casa, Minha Vida, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) ou Banco do Brasil. Anterior a isto, as casas eram construídas através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Porém, famílias do Rio Grande do Sul já tiveram experiências anteriores, em 2005 e 2008, com a CEF. As principais diferenças desta mudança, conforme os técnicos do setor de habitação da Coceargs, é o aumento do recurso financeiro e, consequentemente, a construção das moradias com maior qualidade.

“Por meio do Incra fazíamos casas com R$ 15 mil e quando se tornou possível construir através do Minha Casa, Minha vida, o valor passou para R$ 28,5 mil – as moradias de Eldorado do Sul foram feitas em parceria com a Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação do Estado, que aportou mais R$ 4,5 mil, totalizando o valor de R$ 33 mil. Este aumento do recurso possibilitou construirmos casas com acabamento, forro e pintura. Muitas famílias construíram casas que eram só alvenaria externa, um coberto e piso bruto. Agora elas podem optar por dois modelos: um com 52,5 metros quadrados e três dormitórios; e outro com 52,8 metros quadrados e dois dormitórios. Todos têm garantia de acessibilidade”, explicam os técnicos.

Segundo a Coceargs, as famílias têm participação ativa, desde a etapa da escolha do projeto até o processo de construção e acabamento, o que envolve ainda a possibilidade de escolha da cor da tinta das paredes internas e externas e a padronagem do revestimento cerâmico que querem utilizar nas suas casas.

“Para a Coceargs, os beneficiários são os principais fiscalizadores e o envolvimento deles é fundamental para garantir a qualidade das habitações. Nós operamos com a modalidade prevista no PNHR, que é de autoconstrução assistida, ou seja, possibilitamos que o próprio beneficiário faça a execução da sua obra e receba

acompanhamento técnico. As famílias recebem todas as orientações e a construção ocorre de forma solidária: todas as famílias têm que andar juntas na construção de suas casas", finalizam.

Outros benefícios

De acordo com a Coceargs, a construção das casas tenciona para que as famílias tenham mais qualidade de vida no campo, uma vez que a execução dos projetos por meio de entidades financiadoras exige uma infraestrutura básica completa, com água, luz, saneamento, estrada, entre outros. Além disso, elas também recebem visitas regulares de diversos profissionais.

Os 51 beneficiários de Eldorado do Sul também foram contempladas com projeto social, que envolve a realização de uma série de atividades com as famílias durante a construção das habitações.

Estas atividades compreendem oficinas com foco na produção leiteira e de arroz orgânico; reflorestamento; preparação de remédios fitoterápicos e implantação de hortos medicinais; destinação de resíduos e compostagem do lixo orgânico; entre outras.

Incra realiza auditoria em certificações de imóveis rurais de todo o Brasil. INCRA, 28/09/2016.

O Incra está realizando auditoria nos processos de certificações do georreferenciamento de imóveis rurais de todo o Brasil, com objetivo de monitorar, controlar e assegurar que sejam verdadeiras as informações prestadas pelos cerca de 10 mil profissionais credenciados, junto à autarquia, para executar tais trabalhos. Um relatório com detalhamento da auditoria deve ser divulgado até o fim de 2016.

Considerando a complexidade do trabalho – já que há no Brasil um total de 5,7 milhões de imóveis rurais, sendo que aproximadamente 4,8 milhões destes são propriedades particulares -, e o mercado de compra e venda de terras é constante, com desmembramentos e remembramentos de áreas no país, o Incra criou o Comitê Nacional de Certificação e Credenciamento (CNC), enquanto que nas suas 30 superintendências

também foram formados Comitês Regionais de Certificação (CRC). A auditoria realizada pelos referidos comitês, faz parte das ações da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto, por meio da sua Coordenação Geral de Cartografia.

O trabalho dos comitês, na auditoria, consiste em verificar por meios eletrônicos e físicos eventuais inconsistências de dados inseridos pelos técnicos contratados por proprietários rurais no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) - criado pelo Incra para automatizar a certificação de imóveis rurais.

Normalmente o processo para obter a certificação eletrônica de georreferenciamento de imóvel rural inicia com o técnico contratado por proprietário da terra indo a campo realizar a coleta de dados georreferenciados da área (conforme a Norma Técnica para Georreferenciamentos de Imóveis Rurais – NTGIR e seus manuais); em seguida essas informações são inseridas pelo técnico no Sigef (com uso de um certificado digital); na sequência, o sistema faz eletronicamente análise das informações com destaque para a não sobreposição de áreas de outros imóveis, sendo emitido no mesmo instante o documento de certificação – caso não haja nenhuma inconsistência. Se houver sobreposição de áreas com imóveis públicos não certificados o técnico pode abrir pedido de requerimento de análise, sendo enviada eletronicamente a solicitação para Incra, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Na primeira fase da auditoria, que deve ser concluída até o fim de 2016, a meta é auditar cerca de 27 milhões de hectares – abarcando aproximadamente 880 imóveis rurais, de Norte a Sul do país. A auditoria do Incra busca verificar certificações feitas por profissionais contratados pelos proprietários rurais, como forma de identificar possíveis equívocos repetidos por tais técnicos e instrui-los na adequação dos procedimentos corretos. No caso de inconsistências, os profissionais têm 30 dias para apresentar documentação comprobatória do que foi declarado no Sigef na ocasião da certificação. Se a inconsistência permanecer no sistema uma equipe de profissionais do Incra vai a campo fazer vistoria no imóvel. Caso seja confirmada a irregularidade, o CRC cancela o certificado daquela área e informa ao proprietário e ao cartório de registro de imóveis.

Evolução tecnológica

Antes deste processo de automação de certificação de georreferenciamento, o técnico contratado, após ir a campo colher dados do imóvel rural, abria processo físico na superintendência regional do Incra onde a área estava localizada, com a seguinte documentação: requerimento para certificação de imóvel rural; Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); cópia de matrícula do imóvel emitida por cartório; declaração de respeito de limites; memorial descritivo; mapa detalhado do perímetro/limites da área; tabela de cálculo da área, azimute e coordenadas; planilha de dados cartográficos.

Este processo de análise física dos pedidos de certificação era lento, gerando atrasos de vários meses para liberação do documento ou negativa.

Desde 23 de novembro de 2013, quando entrou em funcionamento o Sigef, a automatização do procedimento de certificação do georreferenciamento de imóveis rurais deu agilidade ao processo e eliminou entraves. O Sigef trouxe ainda ao processo de certificação transparência, segurança e integração de dados fundiários de outros órgãos - a exemplo da FUNAI, ICMBio e sobretudo, Cartório de Registro de Imóveis.

Prêmio e-Gov

A importância do trabalho realizado pelo Sigef o levou a vencer o Prêmio e-Gov 2014, que é uma iniciativa da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O e-Gov tem como objetivo reconhecer e incentivar o desenvolvimento de projetos e soluções de governo eletrônico na administração pública e divulgar ações que, com o uso da tecnologia da informação, visem a modernizar a gestão pública em benefício da população.

Legislação

A Lei 10.267, de 2001, atribuiu ao Incra a responsabilidade pela certificação de georreferenciamento de imóveis rurais, a partir de parâmetros apresentados pelo Decreto 4.449/2012.

Essa mesma lei criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), que tem base comum de informações, gerenciada conjuntamente pelo Incra e pela Secretaria da Receita Federal, produzida e compartilhada pelas diversas instituições públicas federais e estaduais produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro.

A luta contra o latifúndio na região noroeste do Paraná. Geani Paula. Site do MST, 30/09/2016.

Em um pequeno sitio era cercado por grandes fazendas, seu João de Oliveira e sua família, enfrentou quase 30 anos de luta pela terra e de sobrevivência contra o latifúndio

No ano de 1962, João de Oliveira dos Santos, juntamente com sua esposa, Rosa Pereira dos Santos, ganharam um pedaço de terra no município de Perobal, de um amigo que não tinha para quem deixar sua herança. O mesmo doou a terra com comprometimento de que eles iriam cuidar e criar as filhas. Ali começou a luta pela terra e a sobrevivência de uma família contra o latifúndio na região noroeste do Paraná.

Antes de morrer o amigo deixou, escrito a mão em um pedaço de papel, que passaria a posse daquela área para a família de João que conseguiu a posse dos 10 alqueires na justiça.

O casal criou as oito filhas em cima deste pedaço de terra. Produziu e criou animais para o sustento da família. Porém, o pequeno sitio era cercado por grandes fazendas. Na época, havia aproximadamente 88 posseiros na região, todos com o mesmo objetivo de ter um pedaço de terra para plantar e sustentar a família.

Dona Rosa, hoje com 82 anos, conta que a luta para se manter no local foi grande. Em seus relatos afirma que os fazendeiros eram ruins e mandavam os jagunços amedrontá-los. “Os jagunços do fazendeiro passavam a cavalo atirando no terreiro da nossa casa”, lembra.

Nesse período, João já havia sofrido vários atentados contra sua vida. Os jagunços o esperavam atocaiado para tentar matá-lo. Ele conta que ficou escondido por vários meses, pois temia que tirassem sua vida.

Do sítio onde moravam até a primeira cidade era longe, por isso quando precisavam ir até o comércio, sempre iam a pé e escondidos pelo mato com medo de encontrarem os jagunços pela estrada.

“Quando eu precisava ir para a cidade, eu nunca pegava carona com ninguém. Quando ouvia o barulho de uma condução vindo pela estrada eu corria para o mato”, descreve Dona Rosa.

Passaram-se 16 anos de luta pela terra e além dos atentados contra a família, os fazendeiros foram brigar na justiça pela área, alegando que a família não era dona. Foram várias reintegrações de posse na tentativa de retirá-los.

Uma das filhas, Jandira Pereira dos Santos Souza, conta que já havia até comprador fixo para a compra de bois. “Quando o fazendeiro erguia uma ação de reintegração, já descia a caminhonete do advogado buscar o melhor boi ou a melhor vaca”, relata.

Em 1989 um dos fazendeiros sugeriu um acordo de troca. Ele daria quatro alqueires em outro pedaço de terra junto com uma casa pronta, se eles deixassem aquela parte da fazenda. A família aceitou a troca, pois não aguentavam mais a perseguição e temiam que matassem o senhor João.

Foram quase 30 anos na luta pela posse da área. A família se emociona ao lembrar os anos de sofrimento. “A proposta dele era acabar com nós, mas graças a Deus estamos todos vivos. Eu rezava muito, acho que eu só venci aquela batalha a custa de sofrimento e fé em Deus”, relembra Dona Rosa.

Continuidade da Luta pela Terra

Em 2009, a fazenda que fica ao lado do sítio foi ocupada por famílias Sem Terra, que lutam contra o latifúndio e pela conquista de um pedaço de terra para viver. Jandira, a filha do casal, relata que eles contribuíram com as famílias que chegaram ali doando alimentos.

“Eles abriram as portas do sítio e no dia da ocupação eles deram janta, comida e leite para as crianças. Meu pai disponibilizou todas as vacas para tirar o leite e dar para as crianças”, relata Jandira, orgulhosa dos pais.

Ali iniciou uma nova luta contra o latifúndio da região, pois os fazendeiros denunciaram o senhor João para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento por ceder alimentos não autorizados para as famílias.

No final de 2009, o acampamento sofreu um despejo e as famílias foram retiradas dali. O casal se sentiu muito sozinho e solitário e começaram a ficar doentes, pois estavam isolados. “Ao mesmo tempo em que eles tinham tanta gente que era da mesma luta, de repente todo mundo foi tirado pela polícia e eles ficaram sozinhos”, conta Jandira.

Em 2010, as filhas compraram uma chácara próxima à cidade e levaram o casal para lá, por questão de segurança e saúde. Para não deixar o sítio e não se desfazer do lugar conquistado com muita luta, as filhas se revezaram para cuidar do local.

“Isso aqui foi comprado a preço de sangue, lágrimas e suor, não foi de graça. Isso aqui custou um preço muito salgado”, diz uma a filha que promete cuidar sempre do sítio dos pais.

Mais de 40 lideranças da reforma agrária voltam a discutir pautas com o Governo Federal. Patrícia Costa. FETRAF, 30/09/2016.

Cerca de 40 lideranças dos movimentos do campo vão discutir desde a manutenção e continuidade dos programas de desenvolvimento agrário, como também as novas propostas de avanço para reforma agrária.

Nos dias 5 e 6 de outubro as lideranças da CONTRAF BRASIL e movimentos sociais estarão dialogando com o Governo Federal os próximos passos das políticas públicas para a agricultura familiar e reforma agrária. As reuniões acontecem com o secretário especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento, José Ricardo Ramos Roseno; com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; e presidente do INCRA, Leonardo Góes.

O debate, que terá cerca de 40 lideranças dos movimentos do campo, abordará desde a manutenção e continuidade dos programas de desenvolvimento agrário, como também as novas propostas para avançar na regularização fundiária e reforma agrária do país.

A agenda da próxima semana é fruto da Jornada de Lutas do Campo Unitário que ocorreu nos dias 5 a 7 de setembro, onde foram apresentados os inúmeros problemas recorrentes das políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e reforma agrária.

As reivindicações abordam a continuidade do Programa Nacional de Crédito Fundiário; a regularização fundiária, ou seja, titulação das terras; retomada das políticas para os territórios; programas de educação para jovens e adultos no campo; desburocratização dos processos de financiamento; assistência técnica e extensão rural; habitação; intervenção do governo e forças armadas para dar fim aos conflitos do campo; a volta da ANATER e avanço na política da reforma agrária do país.

Reuniões

Entre os dias 26 e 29 os coordenadores da CONTRAF BRASIL estiveram reunidos com os gestores responsáveis pela execução dos programas do Governo Federal, em Brasília, e apresentaram os gargalos das políticas de desenvolvimento agrário. As audiências ocorreram na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (SEAD), na Secretaria de Articulação Social e INSS.

SEAD

O secretário da SEAD, Ricardo Roseno, após ouvir as lideranças da CONTRAF BRASIL, afirmou que o Governo não irá acabar com nenhuma política. “Vamos remodelar” disse o secretário, que acrescentou “nosso horizonte é de no máximo dois anos, então temos que gerar resultados. Nosso quadro é técnico e precisamos ter a visão da realidade e quem nos dará isso é, justamente, os movimentos sociais”, referiu-se a importância dos debates com as organizações.

O coordenador geral da CONTRAF BRASIL, Marcos Rochinski, apresentou um panorama geral da atual situação dos programas que apoiam o desenvolvimento econômico da agricultura familiar, apontando os problemas que devem ser solucionados para que as políticas possam avançar nos próximos anos.

“O Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) foi umas das políticas que deu certo e avançamos muito no acesso à terra, portanto, é interessante manter e ampliar, na perspectiva de que pudéssemos incluir novos estados, aqueles que ainda não fazem parte do projeto”.

A regularização fundiária também foi mencionada como um entrave para o acesso de programas. “O ideal é descentralizar o serviço de regularização fundiária e elevar de

patamar, para que mais famílias possam acessar a terra" complementou o coordenador de gestão e finanças da CONTRAF BRASIL, Lázaro Bento.

Outro problema, que não passou despercebido, foi do funcionamento da Unidade Técnica Estadual (UTE), que faz todo o procedimento de vistoria, cadastro, georreferenciamento e análise documental. Em Goiás, a unidade não conseguiu fazer com que os processos andassem e prejudicou muitas famílias, inclusive do entorno de Brasília.

"A SRA está criando a UTE do DF e Entorno, isso será fundamental para nossas famílias. Serão 22 municípios contemplados, então existe uma grande expectativa", disse Anaildo Porfírio, coordenador da FETRAF-DFE.

Secretaria de Articulação Social

A CONTRAF BRASIL levou a pauta de retomada do programa Territórios da Cidadania para o secretário Henrique Villa. O programa Territórios da Cidadania tinha entre seus objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

INSS

O encaminhamento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi da solução imediata para resolver problemas referente ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Além disso, a CONTRAF BRASIL denunciou as irregularidades que estão ocorrendo nas agências do INSS em vários estados. Há casos de exigências indevidas de documentação aos agricultores familiares, que terminam prejudicando os segurados e beneficiários quando vão procurar os serviços.